

Quem é Quem?

na Advocacia de Negócios
em Portugal

2026





Ficha técnica

Propriedade

Media9Par, S.A.

Diretor

André Macedo

Subdiretores

Lígia Simões
e Ricardo Santos Ferreira

Redação

Almerinda Romeira,
António Sarmento e Inês Amado

Área Comercial

Rui Nunes (Head of Digital & New Projects),
Cristina Marques, Elsa Soares e Isabel Silva

Fotografia

Cristina Bernardo, Lusa,
Reuters e Unsplash

Tratamento de imagem

Fábio Gomes

Design e Paginação

Gonçalo Sena e Rute Marcelino
(coordenadora)

Impressão

Jorge Fernandes, Lda

Revista distribuída com
O Jornal Económico nº 2330
de 12 de dezembro de 2025

Sede e Redação

Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74,
2740-122 Porto Salvo.

Processo de adaptação em curso

Quando placas tectónicas chocam, a crosta terrestre reage de forma violenta e estrutural. A energia gerada pelo movimento comprime, deforma e eleva rochas, criando cadeias montanhosas, como os Himalaias, ou zonas de depressão, provocando sismos e vulcões, num processo capaz de redesenhar continentes, abrir oceanos e alterar o clima. É uma transformação imensa que serve de imagem ao que acontece nos mercados quando há forças de grande magnitude que convergem. A advocacia está a viver isto, à escala, mas de forma mais rápida do que a lentidão com que o planeta cede às forças que o formam. Mais em Portugal, com a sobreposição de fatores de mudança.

Tecnologias disruptivas que vão alterar a própria prática e o modelo de negócio das sociedades, que estão a mudar na sua natureza, respondendo às alterações regulatórias. Concorrência, mais e mais forte, porque o mercado abriu e porque se tornou apetecível para quem vem de fora. Competição por talento, que cruza com a necessidade de novos perfis e de uma nova postura profissional, muito mais estratégica e de acompanhamento do que técnica. Globalmente, porque as fronteiras se esbatem. E tudo isto num quadro de instabilidade insistente, obrigando a um esforço acrescido na gestão das sociedades.

Quando há choques violentos, liberta-se energia. E esta tem de ser canalizada para a adaptação do negócio, das estruturas e do capital humano. A chave é adaptação. “Não são as espécies mais fortes que sobrevivem, mas aquelas que melhor se conseguem adaptar”, como se sintetiza da Origem das Espécies.

Para as maiores sociedades de advogados portuguesas, a adaptação passa também por saltar as fronteiras, especialmente para os países lusófonos, em que beneficiam da vantagem da língua e de um edifício legal similar ou igual ao português. São vantagens competitivas sólidas, como têm os anglo-saxónicos ou os franceses, que as aproveitam. Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e

Príncipe, Guiné-Bissau, até Timor-Leste representam mercados com procura crescente de serviços jurídicos qualificados e cada vez mais abertos.



Ricardo Santos Ferreira
Subdiretor do Jornal Económico



Tem de haver decisão empresarial, mas também vontade institucional e política, a percepção de que o mercado da língua portuguesa se faz muito por aqui, pelo enquadramento legislativo, que condiciona tudo o resto. Tem de ser um movimento estratégico, conjunto. O potencial é imenso e a oportunidade surge sempre nos momentos de mudança. Como a energia que se liberta dos choques das massas de terra.

08

10

18

22

28

38

40

Aproveitar o momento para crescimento sustentado

Portugal está a crescer acima da média europeia e a advocacia de negócios está a capturar este impulso. É a maioria do mercado. Os negócios sucedem-se na banca, energia, tecnologia e imobiliário, sustentando receitas recorde, atraindo firmas internacionais e intensificando a disputa por talento. O setor prepara-se para outra fase de expansão.

“Portugal está novamente no radar, talvez como nunca esteve antes”

Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, que também é sócio da SRS Advogados, fala num momento positivo num setor em mudança. Portugal atrai investimento e as sociedades olham para fora. Mas há desafios a que dar resposta rápida

Quatro desafios da transformação do mercado

Parece uma corrida a alta velocidade. É difícil de acompanhar por quem está de fora, mais ainda por quem dirige grandes sociedades de advogados e tem de responder a diferentes desafios, todos interligados, num quadro de instabilidade permanente, sabendo que não corre sozinho, mas que tem concorrência, forte.

O papel da tecnologia num setor tradicional

Quatro especialistas explicam o impacto das ferramentas tecnológicas no quotidiano jurídico e desenham um mapa para a mudança em curso.

Crescer além-fronteiras

O mercado português está a ficar apertado para as sociedades de advogados, que têm de expandir-se, para poderem continuar a crescer. Já o fazem, mas querem mais. Especialmente para os países em que falam português, porque há uma vantagem competitiva óbvia, da língua e do Direito.

Opinião de João Massano, bastonário da Ordem dos Advogados

Advocacia portuguesa: cem anos de futuro — liderança, dignidade, compromisso social e responsabilidade global. Em discurso direto.

Fórum de Líderes


O que esperam as sociedades de advogados do ano de 2026? Otimismo cauteloso. A maioria espera um ano pelo menos tão positivo quanto foi 2025, de crescimento sustentado por estabilidade política, continuação do investimento estrangeiro e uma maior atividade transacional, sobretudo em fusões e aquisições, private equity e reestruturações de empresas.

Aproveitar o momento para o crescimento sustentado

Portugal está a crescer acima da média europeia e a advocacia de negócios está a capturar este impulso. É a maioria do mercado. Os negócios sucedem-se na banca, energia, tecnologia e imobiliário, sustentando receitas recorde, atraindo firmas internacionais e intensificando a disputa por talento. Com mais investimento previsto em infraestruturas, defesa e transição climática, o setor prepara-se para outra fase de expansão.

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA



Desde o final da pandemia de covid-19, em 2022, que Portugal cresce sistematicamente acima da média europeia, o que se terá mantido em 2025, com a economia a expandir-se a um ritmo esperado pelo Governo de 2%, acima dos 1,3% que a Comissão Europeia estima para os países da zona euro e dos 1,4% projetados para a União Europeia. Depois dos choques da pandemia, primeiro, da crise inflacionista, depois, e da crise energética, Portugal consolidou uma trajetória de crescimento moderado, mas robusto, convergindo gradualmente com a média dos parceiros europeus.

Nem a instabilidade política tem emperrado o crescimento. A maioria absoluta conquistada nas legislativas de 2022, a mais estável na democracia recente, ruiu prematuramente, na sequência de crises políticas e investigações judiciais. Realizaram-se eleições antecipadas em 2024, seguidas por novo escrutínio em 2025, nos dois casos resultando em maiorias relativas. Em pouco mais de três anos, viveu-se uma sucessão improvável de ciclos eleitorais curtos e rearranjos governativos, com efeitos na agenda legislativa e na execução de políticas públicas, com destaque para a concretização do Plano de Recuperação e Resiliência, mas sem travar o crescimento económico.

Este contexto macroeconómico, ancorado em exportações, investimento e fundos europeus, criou a base para um ciclo de negócios em que a advocacia de negócios se apoiou.

Portugal apresenta uma “economia dinâmica, compromisso com a inovação e abertura ao investimento estrangeiro”, como resume Robert Shooter, managing partner global da Fieldfisher, quando explicava a entrada da multinacional britânica de advocacia no mercado português em 2025. O termómetro mais direto para o trabalho das sociedades de advogados de negócios é o mercado de fusões e aquisições. Em 2024, o mercado português registou 602 operações, no valor agregado de cerca de 12,6 mil milhões de euros, segundo o relatório do TTR Data em parceria com a A&O Shearman. Esta contabilidade mostra que foram feitas menos operações e movimentado menos dinheiro do que em 2023, mas que os níveis se situam ainda num patamar historicamente elevado, espalhado por setores como imobiliário, energia, infraestruturas, tecnologia e

serviços financeiros. Na prática, significa equipas de corporate, fiscal, financeiro e regulatório permanentemente alocadas a transações complexas, com forte componente internacional. Do lado dos assessores jurídicos, a Cuatrecasas liderou em número de operações e a PLMJ esteve no topo em valor.

Em 2025, com a compra do Novobanco pelos franceses do BPCE, por anunciados 6,4 mil milhões de euros, a tendência de quebra inverte-se. Foi o maior negócio do ano e o mais elevado múltiplo de valorização de capital num banco português em décadas. Não foi o único grande negócio: a sueca Boliden comprou a mineira Sominor por 1.227 milhões de euros, numa operação assessorada pela Uría Menéndez e a Morais Leitão; a NOS avançou para ficar com a Claranet Portugal por 152 milhões de euros, reforçando a aposta em serviços de cloud, dados e cibersegurança. Os CTT protagonizaram uma das raras operações outbound, ao adquirir a espanhola Cacesa por 104 milhões de euros, ampliando presença no setor logístico ibérico. A energia é outro dos motores. Os leilões de renováveis, a expansão fotovoltaica, os projetos de hidrogénio verde, o reforço das redes elétricas e as soluções de armazenamento mantêm ocupadas equipas integradas de ambiente, energia, financiamento estruturado e contratação pública. As grandes sociedades estão também presentes em adjudicações de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, em concessões de portos e aeroportos e na execução de projetos cofinanciados por fundos europeus, onde a estruturação jurídica é determinante. Este ciclo de negócios é reforçado por um enquadramento jurídico e regulatório mais exigente, que aumenta a procura por serviços sofisticados. As sociedades de advogados tornaram-se, assim, peças centrais na máquina que liga crescimento económico e operações concretas. Não é apenas mais trabalho: é trabalho mais complexo, mais regulado e mais internacional.

Mercado apetitoso

Esta evolução aguçou o apetite pelo mercado português e a entrada de sociedades internacionais também reforçou um sinal de maturidade. A Pérez-Llorca inaugurou operação em Lisboa em 2023, apontando o valor estratégico do país no eixo ibérico. Em 2025, a Fieldfisher instalou-se em Lisboa e Porto com equipas multidisciplinares e a Andersen reforçou presença no Porto através de integração local. Energia, arbitragem, investimento estrangeiro e transações transfronteiriças são o foco inicial.

Com a abertura do enquadramento regulamentar, as grandes consultoras e auditoras expandem-se definitivamente para a advocacia. São multinacionais e isto é, também, investimento que só se feito se compensar. As big four – PwC, EY, Deloitte e KPMG – movimentam-se. A Andersen Portugal também tem crescido neste posicionamento híbrido. “As novas entradas são reforços decisivos para continuarmos a especializar capacidades e afirmar-nos como firma de referência no mercado português”, declarou José Mota Soares, sócio da Andersen Portugal, ao anunciar a contratação de novos sócios e a expansão para cerca de 60 profissionais.

Para as sociedades independentes, o desafio passa agora por competir com modelos de consultoria multidisciplinares, o que tem implicado recrutar mais talento especializado, investir em tecnologia e reforçar presença internacional.

Mesmo sem valores divulgados, as sociedades de advogados portuguesas cresceram. A Abreu Advogados superou pela primeira vez os 50 milhões de euros de faturação em 2024, divulgando receitas de 51,2 milhões. Cresceu mais de 50% em cinco anos. “O resultado segue a trajetória ascendente dos últimos anos graças ao compromisso com talento, internacionalização e áreas críticas de negócio”, afirmou Inês Sequeira Mendes, managing partner.

José Luís Moreira da Silva, presidente

da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, diz que o volume de negócios dos seus associados está muito próximo dos 650 milhões de euros anuais.

Todos contrataram e expandiram as equipas para responder à procura. Os dados mostram que o número de advogados nas grandes sociedades cresceu mais de 15% em 2025. A PLMJ reforçou áreas de contencioso, imobiliário e arbitragem, enquanto a VdA consolidou a operação no Porto para captar negócio industrial, exportador e tecnológico. A Morais Leitão manteve forte presença em energia, financeiro, fiscal e regulatório, sendo regularmente reconhecida por diretórios internacionais, tal como a Vieira de Almeida, cuja projeção lusófona exige uma atuação jurídica interjurisdicional contínua.

Se as previsões oficiais se confirmarem, o pipeline jurídico ainda está longe de estabilizar. O Orçamento do Estado e as projeções europeias apontam para mais investimento em energia, infraestruturas, telecomunicações, habitação e defesa. Cada um destes eixos requer trabalho legal complexo.


O setor entra em 2026 mais internacionalizado, mais disputado e mais dependente de talento especializado do que em qualquer outro momento da última década. Portugal cresce acima da média europeia e continua a captar capital transaccional, e as sociedades de advogados crescem com ele. O desafio futuro passará por manter escala, assegurar diferenciação e responder a mandatos que serão, cada vez mais, transfronteiriços e estruturais para a economia portuguesa.



“Portugal está novamente no radar, talvez como nunca esteve antes”

O mercado da advocacia está a transformar-se a um ritmo acelerado: estruturas das sociedades, novos players e desenvolvimento tecnológico que está a mudar a própria prática. Até institucionalmente houve mudança, na Ordem dos Advogados, que restituiu paz ao setor. Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), José Luís Moreira da Silva, que também é sócio da SRS Advogados, fala num momento positivo. Portugal atrai investimento e as sociedades olham para fora. Mas há desafios a que dar resposta rápida.

TEXTO
POR RICARDO SANTOS FERREIRA

 **O ano de 2025 foi de transformação, em diversas vertentes, em movimentos que se prolongam para 2026. Que análise faz do mercado e da evolução recente?**

Obviamente que o mercado se ressentiu um bocadinho de toda esta crise internacional e, também, das vicissitudes eleitorais aqui, em Portugal. Tem sempre alguma influência. Por isso, houve momentos altos e momentos menos bons na atividade económica, mas, no geral, pelo menos assim as minhas associadas o referem, tem sido um ano bom. Mas há muitas trans-

formações em curso, não só o início da aplicação da legislação que foi aprovada relativamente às sociedades de advogados, às sociedades profissionais, às multidisciplinares, mas a própria eleição na Ordem dos Advogados. Há realmente uma mudança grande no paradigma da advocacia em Portugal e que tem de ser acompanhado com muita atenção.

Já passou um ano desde as alterações legislativas. Já é possível fazer um balanço? Houve um primeiro choque e nós temos duas áreas que estavam em foco e em que se antecipava um maior impacto: os estágios, em primeiro lugar, e depois a multidisciplinaridade. Foi assim?

Claramente, as sociedades multidisciplinares foram a grande mudança. A questão dos estágios não é, ainda, porque não foi regulamentada. Aliás, as sociedades multidisciplinares também não foram regulamentadas, mas, apesar de tudo, [a legislação] já permite transformações, enquanto relativamente aos estágios da advocacia é mesmo necessário pela lei que haja regulamentação. Ela não foi ainda emitida e, por isso, na verdade, aquele regime novo ainda não está em vigor. A única questão que começou já é a diminuição muito sensível do prazo dos estágios, passaram para 12 meses, o que é hoje reconhecido como genericamente pouco. Há várias sociedades, aliás, que têm já planos para prolongar, entre aspas, a situação do advogado mesmo depois do estágio, porque ainda necessita de formação. Por isso, depois, as sociedades dão formação própria ainda durante uns meses, porque realmente 12 meses é muito pouco. Eu acho que no mínimo deveriam ser os 18 meses de há uns anos, mas, enfim, vimos de situações que classificaria quase como abuso, de mais de três anos de estágio, mas entre o oito e o 80 deveríamos ficar ali, pelo menos, para já, nos 18 meses, o que exige ainda uma revisão da legislação. Mas ela ainda não está em vigor, portanto, por isso, ainda não temos o embate total nos jovens licenciados, que ainda não conseguem obter o estágio de advocacia por impossibilidade dos patronos poderem pagar o valor que foi fixado [de 950 euros].

**E vai ser notada esta situação?
A expectativa é que se note mais entre os pequenos e os médios de menor dimensão.**

Entre as nossas associadas não haverá problema, porque elas pagam todas mais do que isso aos seus estagiários, mas isso não é o geral da advocacia. Temos 35 mil advogados em prática; nas sociedades de advogados, pelo menos integrados na minha associação, na ASAP [Associação das Sociedades de Advogados de Portugal], serão à volta de sete mil, por isso, há muitos advogados que não estão integrados e que não têm essas condições. Na prática individual vai ser terrível para poder pagar

esse valor aos futuros estagiários e isso vai sentir-se claramente na profissão.

Referiu a multidisciplinaridade e a entrada de novos agentes no mercado, como as big four [as quatro maiores consultoras], que era o esperado. Que evolução espera agora, depois deste grande movimento?

Neste ano [de 2025] verificaram-se situações um bocadinho diferentes. Por exemplo, quando fala dessas que poderiam ser as mais óbvias, que são as consultoras transformarem-se em sociedades multidisciplinares, o que se verificou foram duas coisas diferentes: primeiro, algumas delas já tinham sociedades de advogados e limitaram-se a mudar o nome e a estarem de acordo com a nova legislação; a segunda questão é que não se transformaram em sociedades multidisciplinares, isto é que é muito interessante, criaram sociedades de



Vai continuar a haver espaço para todos, porque os clientes em Portugal não são só os clientes estrangeiros que procuram as grandes sociedades de advogados e que têm disponibilidade para pagar os seus preços, mas também as PME”



serviços para além dos serviços de advocacia – serviços de tecnologia, de consultoria, de contabilidade, enfim, outro tipo de serviços, além dos serviços de advocacia. Por isso, é aí que se verificou a verdadeira criação de sociedades multidisciplinares. As alterações da legislação permitiram ainda uma outra realidade que também se tem vindo a verificar, que é a transformação de algumas das sociedades de advogados em sociedades comerciais, deixando de ser sociedades civis. Já existiam uma ou duas, muito poucas, aquela que hoje é a Deloitte Legal era uma sociedade comercial, algumas outras por serem sucursais de sociedades de advogados estrangeiras também vinham com esse regime, mas as sociedades portuguesas normalmente eram sociedades civis, porque era esse o regime em vigor. Com esta nova legislação, que permite realmente a transformação em qualquer forma societária, algumas sociedades optaram por essa via não de transformação em sociedades multidisciplinares, mas sim em saída da sociedade civil para sociedade comercial. Temos aqui que esta versão é fundamentalmente para efeitos fiscais.

Acaba por ser uma solução para resolver um problema que era irresolúvel até agora.

Infelizmente. Era essa uma das soluções que era apontada para a grande crítica que nós sempre fomos fazendo, que o regime fiscal dos advogados não acompanhou as mudanças no mundo, nem em Portugal, e ainda estava em meados do século XX, não tinha evoluído para o século XXI, e foi um pouco através desta medida que se permitiu uma maior liberdade do regime fiscal. Mas continuo a criticar, porque transforma o regime fiscal em algo não neutro, ou seja, para uma sociedade de advogados deixar de estar dentro do regime fiscal tradicional, de transparência fiscal, tem de mudar a sua natureza jurídica; ou se transforma em sociedade comercial, e por isso passa a ser uma empresa, ou se transforma em sociedade multidisciplinar e sai do regime das sociedades de advogados. Não é neutro e eu acho que devia ser neutro, devia permitir que qualquer forma societária tivesse um regime fiscal de acor-

advogados puras e duras. Por isso, a ideia que se tem de que as consultoras começam também a prestar serviços jurídicos não é exatamente isso. Pelo menos, há uma divisão societária e criaram ao lado das consultoras, como têm também auditoras, criaram sociedades de advogados não multidisciplinares. Depois trabalham em conjunto no grupo.

A abordagem ao mercado é que é mais integrada.

Exato. Onde verificámos a transformação de sociedades de advogados em sociedades multidisciplinares foi nas sociedades tradicionais, nas sociedades de advogados maiores em Portugal. Essas sim, fizeram um movimento de transformação em sociedades multidisciplinares, quer com integração dos seus business services em sócios da sociedade, começando a vender

do com aquilo que ela é hoje, mas infelizmente ainda não chegámos a esse ponto.

Quando falamos nesta mudança, vê mais as consultoras e as auditoras a irem ao encontro da advocacia, ou o contrário? Espera ter estas novas sociedades como associadas?

São todos meus associados e os que ainda não são já prometeram vir a ser, por isso, por aí acho bem. Eu acho que estão a vir para as sociedades de advogados, que estão a vir para a advocacia, também ocupar esse espaço de prestação de serviços de advocacia. É isso que temos verificado. E este último movimento da Deloitte ao juntar-se a uma sociedade de advogados tradicional bastante grande [Telles Advogados], com base no Porto, mas também já com uma grande expressão em Lisboa, é claramente isso, é a advocacia. Prestar também serviços de advocacia, é isso que se verifica. Mesmo, por exemplo, quando vemos a Anderson, a Price ou quando vemos a EY é também a procurar profissionais advogados para constituir as suas equipas. Ou seja, esse movimento que se vê é um movimento de ocuparem também o espaço da advocacia, que claramente está aberto e não tanto de fazer aqui mudanças dentro dos seus serviços de consultoria ou de auditoria.

Estes movimentos não tornam o mercado mais extremado? Há os grandes, que têm uma capacidade completamente diferente de investimento, novas tecnologias, adaptação, entrada em novos mercados; e há os pequenos, que têm outra forma de estar no mercado, com maior proximidade. Entre uns e outros começa a ser difícil existir. Não há o risco de haver um vazio no meio?

Eu acho que vai haver continuar a haver espaço para todos. Há espaço para sociedades de advogados familiares, há espaços para sociedades médias, para boutiques e para sociedades grandes. Eu acho que vai continuar a haver espaço para todos,

porque os clientes em Portugal não são só os clientes estrangeiros que procuram as grandes sociedades de advogados e que têm disponibilidade para pagar os seus preços, mas também as PME [pequenas e médias empresas] portuguesas, que são a maior parte e que não vão procurar esse tipo de sociedades e vão estar nas sociedades pequenas e médias. Por isso, acho que vai continuar a haver lugar para todos aqui em Portugal, pelo menos é assim que eu interpreto.

A ASAP teve o seu décimo quarto encontro nacional das sociedades de advogados que foi, aliás, devo dizer, um recorde absoluto de presenças, com quase 250 pessoas, mais 100 do que no ano anterior, muito participado. Por isso, vejo aqui também a necessidade que se sentiu de se estar presente no encontro destes. Tivemos vários painéis em que discutimos estes assuntos todos, e no que chamamos de novos projetos em que estiveram presentes a Telles a explicar o seu movimento, em que estiveram presentes a PwC, a EY, vários. Foi sintomático um bocadinho aquilo que diz, ou seja, a procura por capacidade financeira de investimento que hoje em dia é impossível pensar o futuro da advocacia sem inteligência artificial, sem cibersegurança, e nisso estamos a falar de investimentos forçosamente de centenas de milhares de euros. Obviamente, uma sociedade pequena, uma sociedade média não tem capacidade para esse investimento e mesmo as sociedades maiores em Portugal dificilmente o têm. Estas sociedades chamadas de globais têm essa capacidade e foram lá referidos vários exemplos disso, em que, por exemplo, essas grandes auditoras têm orçamentos para inteligência artificial de dois mil milhões de euros. O que é isso comparado com o mercado português...

As sociedades portuguesas podem aproveitar localmente essa capacidade.

Eu acho que este movimento, mais do que multidisciplinaridade, que já vimos que não é, eu acho que é a atratividade do mercado português da advocacia.

Mas a margem em Portugal não é suficientemente atrativa para as multinacionais da advocacia quando comparada com o investimento noutros países...

É, mas a verdade é que nos últimos anos, exatamente talvez pela situação que Portugal, tem-se verificado uma enorme atratividade. Isto está a verificar-se nas consultoras, que dão este passo, fazem este investimento; vimos nas [sociedades de advogados] espanholas com entrada da Pérez Llorca, ao lado das outras, mas há outras sociedades espanholas que também deram o salto da fronteira para Portugal, sociedades não tão grandes. E também sociedades globais internacionais que também têm cada vez mais procurado Portugal. Nós vemos isso. Já não é só as DLA Pipers, as Linklaters e outras que cá estão, mas é, também, as Dentons, enfim, que andam a explorar o mercado, e outras anglo-saxónicas que também temos conhecimento que andam a ver se podem vir a abrir algum escritório aqui em Portugal. Nota-se isso, que Portugal está novamente no radar, talvez como nunca esteve antes. Deixamos de ser aqui talvez o parente pobre. Por exemplo, em Espanha, nas 10 maiores sociedades de advogados, cinco são as consultoras e estão lá todas as internacionais; espalhado por essa Europa fora o mesmo acontece e Portugal ainda não tinha essa realidade. Eu acho que mais ano menos ano vamos assistir a isso.

A que se deve essa atratividade? O que mudou para olharem de forma diferente para o mercado português?

Eu acho que é o investimento estrangeiro em Portugal. Esta estabilidade, a melhoria da situação financeira, tem propiciado o aumento do rating soberano, tem permitido investimentos que dantes não eram possíveis. Cada vez mais, há entidades internacionais, e já não é só a asset finance ou private equity, mas sim grandes empre-





Há realmente uma mudança grande no paradigma da advocacia em Portugal e que tem de ser acompanhado com muita atenção”

sas que olham para Portugal para fazer os seus investimentos e isso obviamente atrai as sociedades de advogados que os aconselham na origem a vir também acompanhá-los nesses seus investimentos em Portugal.

Nestes movimentos que temos visto na advocacia, muitos são feitos por aquisição. Ainda há espaço para concentração em Portugal?

Acho que há e ainda há margem para o crescimento de mais boutiques. É uma situação que é normal que quanto mais sociedades se juntam e criam uma sociedade maior, há sempre alguém que entende que não é esse o seu modelo de prestação de serviços de advocacia e que se sente mais à vontade numa boutique. E, por isso, também se tem visto, ao lado deste movimento de entrada de novos players internacionais, de entrada das consultoras, de fusões dentro das sociedades de advogados, que continua a haver também a criação de boutiques. No nosso encontro também tivemos algumas situações dessas, em que [advogados] saíram de grandes sociedades e hoje têm cinco ou seis advogados, enfim, 10 advogados, e não têm uma vocação de crescimento maior do que essa para um determinado nicho de mercado, para uma determinada área de prática.

Permite-lhes essa especialização dentro de uma determinada área de prática, com

um nível de senioridade que as sociedades de advogados maiores podem ter essa especialização, mas não conseguem ter esse nível de senioridade.

Este ano, já o referiu, houve também uma mudança na Ordem dos Advogados, com uma nova liderança e muito menor crispação agora do a que havia anteriormente, mas o enquadramento também mudou. O que espera agora?

Há um grande caminho ainda a fazer pela Ordem, com os novos titulares. A primeira questão é essa exatamente, é uma mudança completa de paradigma. Há um ano atrás, no 13º encontro da ASAP, fui forçado a dizer expressamente aquilo que todas as minhas associadas me diziam, que a Ordem não nos representava. Havia uma crispação total e uma divisão na classe entre os advogados em prática individual e as sociedades de advogados, e por isso nós estávamos até num movimento quase de criar uma Ordem alternativa, porque não nos revíamos na Ordem dos Advogados. Tudo mudou. Esta Ordem, estes titulares, o senhor bastonário, desde o primeiro momento quer ser o bastonário de todos os advogados e isso sentimos. Sentimos que já não há esta crispação, já há um diálogo construtivo, já temos capacidade de trabalhar em conjunto. Eu estou na ASAP vai fazer seis anos e sempre tive intenção, e disse isso a todos os bastonários com quem já trabalhei, que a ASAP, as sociedades de advogados, querem trabalhar em conjunto com a Ordem para ajudar a desenvolver a profissão. Infelizmente, com o anterior bastonato não foi possível, mas está a ser possível agora com este, outra vez, tal como com os anteriores também tinha sido possível, e por isso espero manter essa boa relação e esse trabalho profícuo para tentarmos resolver os enormes problemas que temos pela frente e os desafios que a advocacia enfrenta nestes anos.

Já referimos alguns, deixe-me salientar um, o da tecnologia. O nós estamos a assistir a uma revolução que não é conjuntural, é estrutural, a prática vai mudar. Como é que as sociedades estão a enfrentar este desafio sabendo, como referiu, que o investimento nesta altura de desenvolvimento é fundamental? Como olham, como o encaram e quão preocupados estão?

Estamos genericamente preocupados, genericamente atentos. As que podem, já tinham começado há anos atrás a investir largamente nestas novas ferramentas tecnológicas. Hoje verifica-se, como em todos estes movimentos, que o preço também vai baixar, por isso, as grandes podem já investir, claramente, já podiam; as médias começam a poder adquirir algumas ferramentas e eu acho que as pequenas também vão conseguir fazê-lo não tarda muito, porque o preço das licenças vai baixar.

O problema que ainda se sente é que estamos naquela fase em que, como antes, em se adquiria um computador e passados uns meses estava desatualizado. E como ainda por cima é muito cara, a escolha do sistema tem de ser muito bem pensada e tem de permitir uma adaptabilidade no futuro. E é isso que se verifica, uma pessoa hoje faz uma opção por um determinado sistema na esperança que ele evolua, porque se ele não evoluir, passados seis meses estará à procura de outro sistema para implementar. Esse ainda é um problema que temos, que é daqueles problemas típicos de quando as mudanças acontecem, principalmente na tecnologia, mas que faz com que todas as sociedades estejam claramente a pensar nisso. A própria Ordem já falou connosco no sentido de ver qual seria a possibilidade de ter alguns sistemas que pudessem ser disponibilizados aos advogados em geral, às pequenas sociedades. É algo em que estamos a colaborar também nesse sentido.

Quando os grandes têm dificuldade, quem está em prática individual não consegue fazer parte deste movimento.

Mas é como diz, é estrutural, a advocacia não vai ser a mesma. Um dos grandes



O nosso caminho é o de exportar serviços para os países de expressão portuguesa, não só porque falamos a mesma língua, mas porque temos direito semelhante, para não dizer que em alguns casos é mesmo igual, mas a base é a mesma. Somos compreendidos”

problemas, por exemplo, que se discutiu no último encontro, em que tivemos também um painel para aspetos práticos da aplicação das novas tecnologias, designadamente da inteligência artificial, foi que, no pressuposto de que estas novas tecnologias estão fundamentalmente a libertar os trabalhos massificados, que eram os trabalhos que normalmente os estagiários faziam, agora, um dos problemas que se coloca é, e agora eles vão aprender a fazer como? Se já não têm esses trabalhos para fazer, porque isso é feito por uma máquina, não tem ainda capacidade para fazer os trabalhos mais especializados, como é que eles vão aprender no futuro? Isto é também um tema que estas novas tecnologias estão a trazer.

Temos de ver outra forma para eles poderem aprender rapidamente a mexer com esta nova tecnologia e ser ali também uma capacidade de introduzir novos serviços dentro da advocacia.

Muitas das sociedades de advogados têm olhado para os países de língua portuguesa, é uma área em que as consultoras



também têm procurado trabalhar. Este é um caminho lógico, que deve ser feito?

É, claramente. Desde o início dos meus mandatos que tenho sempre insistido nisso, o nosso caminho é o de exportar serviços para os países de expressão portuguesa, não só porque falamos a mesma língua, mas porque temos direito semelhante, para não dizer que em alguns casos é mesmo igual, mas a base é a mesma. Somos compreendidos. Eu acho que podemos ajudar muito nesses países, não só ao investimento estrangeiro, mas também ao próprio desenvolvimento das próprias sociedades. E há várias sociedades de advogados portuguesas que têm feito esse caminho e que estão com escritórios por todos os países de expressão portuguesa. Eu próprio desenvolvo trabalho imenso nessas áreas. Acho que pelo menos entre 25% a 40% da atividade das principais sociedades de advogados é já para o estrangeiro, em especial para os países de expressão portuguesa, por isso já tem relevância.

Se nós pensarmos, se as sociedades portuguesas continuarem a aumentar o seu número de advogados, começam a ser claramente excedentárias para Portugal, não têm capacidade de evoluir mais. Se pensarmos nas quatro ou cinco maiores, já estão no limite para um país como Portugal. Comparando então com Espanha, que é quatro vezes mais, elas já são, nalguns casos, proporcionalmente, quatro vezes mais, não há aqui capacidade interna e, por isso, a exportação do serviço é fundamental e será para os países de expressão portuguesa, pelo menos principalmente. Para isso, eu acho que exige que se invista, e que o próprio país invista um pouco mais, no relacionamento com esses países. Com anteriores bastonários cortou-se o relacionamento, por exemplo, com as ordens dos advogados dos outros países. Mesmo agora, no último bastonato, cortou-se com o Brasil; já se tinha cortado com Macau, com Moçambique, Angola, et cetera. Eu acho que é fundamental voltarmos a ter uma boa relação com esses países, entre as ordens dos vários países, mas depois criar aqui, como têm os anglo-saxónicos ou como tem a França através da OADA [Organisation pour l'harmonisation en Afrique du droit des affaires], que é um centro de arbitragem comum para países de expressão portuguesa em que se possa dirimir um litígio arbitral em português, numa cidade de um país de expressão portuguesa, e não se tem de ir para Londres, Paris. Eu acho que é fundamental darmos esse passo, como também algumas podemos chamar-lhes leis uniformes, como tem a França ou os anglo-saxónicos criaram, que fazem todos os contratos de financiamento em lei inglesa, porque é a lei base. Criar leis uniformes de sociedades comerciais, de relações laborais, de financiamento dentro dos países de expressão portuguesa que permita uma maior fluidez de investimento e de prestação de serviços entre todos. Eu acho que era algo em que tínhamos todos a ganhar com isso.

Soluções deste tipo poderiam concretizar-se já em 2026? O que espera deste ano?

Espero muito que isso pudesse já vir a acontecer. Tem-se vindo a dar passos pequenos, na CPLP [Comuniadde dos Países de Língua Portuguesa] já se começaram a dar alguns passos. Acho que ainda vai demorar. Não é em num ano que isto se vai estabelecer, mas muito gostaria que aquelas situações um pouco, diria eu, kafkianas que encontramos que é irmos para um país de expressão portuguesa, não sermos diretamente pelo governo desses países, mas sermos contratados indiretamente via uma sociedade inglesa ou norte-americana porque não sabem direito continental nem a língua portuguesa; eu acho que isto é kafkiano e muito gostaria que pelo menos isso cada vez acontecesse menos e que no próximo ano já pudéssemos ser contratados diretamente para grandes projetos de desenvolvimento desses países. É o meu desejo.

E o que espera da evolução do mercado em Portugal?

Eu acho que estamos no bom caminho, com estes investimentos a virem a concretizar-se, todo este plano que o Governo tem apresentado, com os planos que empresas privadas também têm estado a pôr em cima da mesa, a acompanhar, eu acho que cada vez mais vai haver investimento, cada vez mais vai haver entrada de sociedades estrangeiras – e eu não vejo isso mal, pelo contrário, vejo como uma forma de todos aprendermos e nos desenvolvermos e mostrarmos que somos capazes. Aquilo que as sociedades de advogados portuguesas têm mostrado nos últimos anos é que estão em igualdade de circunstâncias com qualquer sociedade internacional e que são capazes de desenvolver o negócio e são capazes de prestar serviços de advocacia ao seu cliente com o mesmo nível de serviço, se não até nalguns casos bem melhor. E é isso que eu espero.

Os dados mostram que não estão a perder negócio, estão a crescer.

Estão a crescer. Há um ano andaríamos à volta de seis mil advogados a praticar advocacia nas nossas associadas e já estamos perto dos sete mil. O volume de negócios já anda quase nos 650 milhões de euros e a subir cada vez mais



Quatro desafios da transformação do mercado da advocacia

Parece uma corrida a alta velocidade, esta que se desenrola no mercado. É difícil de acompanhar por quem está de fora, mais ainda por quem dirige grandes sociedades de advogados e tem de responder a diferentes desafios, todos interligados, todos ao mesmo tempo, num quadro de instabilidade permanente, sabendo que não corre sozinho, mas que tem concorrência, forte.

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA



“Todo o mundo é composto de mudança”, como asseverava o poeta. Mas agora a velocidade da transformação é imensa e acompanhá-la é um desafio em si mesmo, porque são muitas alterações simultâneas, em concorrência, a que é preciso dar resposta.

Os managing partners das principais sociedades de advogados em Portugal elencam os desafios que enfrentam. Destacámos quatro, em síntese: o da tecnologia, que é central e merece novas referências mais à frente nesta edição; depois, o essencial para a atividade, que é a captação e retenção de talento, que tem de mudar, e a relação com o cliente, também ele diferente. A seguir, o mercado muito mais competitivo e globalizado, e a obrigatoriedade da internacionalização. Finalmente, o desafio da adaptação, necessário para uma cabal resposta aos outros.

E isto tem de ser feito contrariando a ideia do soneto de Luís Vaz de Camões, do “muda-se o ser, muda-se a confiança”. A advocacia quer mantê-los, porque é a sua base. Quer mante a identidade — ética, rigor técnico e independência —, mas só permanecerá relevante se integrar tecnologia, talento e governança num modelo de valor económico e social.

1. Tecnologia, tecnologia, tecnologia

O avanço tecnológico passou de uma buzzword para se tornar um critério de sobrevivência, isso é certo. As sociedades de advogados operam num mercado em que ferramentas de inteligência artificial, a automação de due diligence, sistemas de gestão documental inteligente e plataformas de decisão assistida deixaram de ser opcionais. O Banco Mundial estima que mais de 40% das tarefas jurídicas repetitivas serão parcialmente automatizadas até 2030 e o Conselho das Ordens Europeias alertou, num parecer sobre digitalização judicial, que o risco não está apenas na eficiência, mas na própria independência profissional.

“Claro que o primeiro desafio é a adoção da inteligência artificial, em termos



Martim Krupensky
Managing partner
da Morais Leitão



Paula Gomes Freire
Managing partner
da VdA

de âmbito da sua utilização, mas também do timing, sobretudo se pensarmos numa lógica de efetiva melhoria da eficiência”, afirma Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ, ao Jornal Económico (JE).

Esta vai ser a preocupação dominante e o desafio a enfrentar pelas sociedades de advogados, pelas ramificações que tem, não só na produtividade, como também no próprio modelo de negócio, muito assente na métrica do homem/hora.

A advertência encontra eco noutras perspetivas. “A integração de tecnologias digitais por parte das sociedades de advogados, nomeadamente de ferramentas de inteligência artificial e de big data, vai continuar não só a crescer como vai também impulsionar ganhos cada vez maiores de eficiência para as que já utilizam estas ferramentas”, aponta Nuno Sá Carvalho, managing partner da Cuatrecasas em Portugal, que avisa para um efeito visível da tecnologia: “Esses ganhos vão ser cada vez mais notórios aos olhos dos clientes”.

Mas se a tecnologia gera eficiência, exige investimento. Segundo estimativas divulgadas pela Thomson Reuters, o custo médio anual de transformação digital por advogado em firmas europeias de primei-

ra linha ronda entre cinco mil e nove mil euros. Em Portugal, a escala é menor, mas o esforço relativo é maior.

“Mais do que capacitação das pessoas, trata-se de mudar completamente a forma de fazer, e o ser humano resiste à mudança, sobretudo se sentir que isso altera a sua perceção de valor”, observa Martim Krupenski, managing partner da Morais Leitão, sublinhando o choque cultural inerente ao momento. E este é um desafio estrutural. Nada ficará como dantes, mesmo que a promessa da tecnologia ainda não esteja a ser cumprida em pleno. “Tem-se a ideia de que já está numa fase de maturidade mais adiantada do que efetivamente está”, adverte Bruno Ferreira.

Na outra face desta moeda, Martim Krupenski regista que “os setores tradicionais estão em profunda mudança, desde logo pela digitalização, e a legislação vai tentando acompanhar, complexificando o panorama regulatório para muitos”. Ou seja. Haverá mais negócio.

Mas tudo se moverá a “velocidades alucinantes, com potencialidades e riscos igualmente alucinantes”, diz.

2. Talento e clientes

Portugal tem perto de 36 mil advogados inscritos, mas o problema deixou de ser quantidade para ser qualidade, até porque a tecnologia está a mudar o paradigma. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) identifica o setor jurídico entre os segmentos com maior probabilidade de concorrer por talento a nível global.

“Competimos globalmente pelo talento e pelo negócio, com um mercado cada vez mais aberto – mas onde as sociedades nacionais independentes ainda encontram oportunidades, desde logo por serem full-service”, diz ao JE Martim Krupenski.

As exigências de perfis híbridos — literacia tecnológica, domínio regulatório, capacidade analítica e flexibilidade — colocam pressão sobre carreiras e culturas internas. “Os desafios de atrair e manter talento vão continuar a ser uma prioridade para as sociedades”, reforça Nuno Sá Carvalho, destacando a necessidade de renovação estrutural.

A pressão sobre talento é transversal: salários subiram, a concorrência por sócios intensificou-se, e o investimento em academias internas tornou-se estratégico. As formações pós-graduadas em compliance, fintech e arbitragem esgotam com meses de antecedência, sinalizando a corrida à especialização Krupenski introduz outro ângulo: “A inovação e desenvolvimento tecnológico, a evolução do panorama jurídico, a exposição internacional e a gestão do cliente são áreas em ebulição”, salienta, lembrando que as sociedades competem mais depressa do que conseguem reorganizar-se. Não há tempo para parar e reagrupar, é tudo feito em movimento.

“Os principais stakeholders – clientes e talento – são, eles próprios uma realidade em profunda transformação e forçarão a advocacia a reinventar-se”, advoga Paula Gomes Freire, managing partner da VdA. “Por muito que deva permanecer uma indústria de pessoas em que o fator humano e a confiança serão elementos sempre diferenciadores, a advocacia exigirá dos seus players novas competências e novos perfis e a capacidade de se relacionarem entre si de modo diferente”, adverte.

Neste quadro, os currículos tradicionais deixaram de ser suficientes. As sociedades procuram perfis híbridos que combinem capacidade jurídica, tecnológica, económica e colaborativa.

“A advocacia exigirá novas competências e novos perfis”, antevê Bruno Ferreira.

Essa evolução é visível “no aprofundamento da multidisciplinaridade”, confirma Nuno Sá Carvalho, uma realidade materializada em equipas que cruzam áreas técnicas antes separadas e funcionam em conjunto.

Tudo isto é necessário porque, do outro lado, o cliente também mudou.

A assimetria de informação desapare-



Bruno Ferreira
Managing partner
da PLMJ



Nuno Sá Carvalho
Managing partner
da Cuatrecasas



Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados

ceu e isso é um desafio em qualquer setor. Na advocacia, o cliente empresarial dispõe de equipas jurídicas internas fortes, acesso a plataformas automatizadas e literacia regulatória. O modelo obrigou, assim, a uma transformação, de consultoria técnica para uma relação estratégica.

“Somos obrigados – e bem – a lidar com clientes cada vez mais sofisticados, que conhecem bem o seu negócio e necessidades, e exigem as melhores respostas em tempos cada vez mais curtos”, nota o managing partner da Morais Leitão.

Esse salto obriga os escritórios a especializarem-se, a explicar o valor que conseguem aportar, a antecipar riscos e a

entregar impacto. A velocidade e a capacidade de comunicação tornaram-se determinantes, pressionando estruturas que tradicionalmente dependiam do tempo faturável.

O cliente passou de destinatário técnico a gestor de risco. Hoje, mede retorno, desafia opiniões e exige accountability. As sociedades respondem com prática sectorial, reportes periódicos e métricas de valor.

3. Novos concorrentes e modelo de negócio em revisão

Legaltechs, consultoras, centros de arbitragem e departamentos internos alteraram a configuração do mercado, definitivamente. O quadro regulatório abriu espaço a intervenientes que não são sociedades de advogados.

“A transformação, quase radical, do quadro regulatório que abre parte crescente do mercado dos serviços jurídicos a novos atores de diferentes naturezas” é, para Paula Gomes Freire um desafio evidente. Há mais concorrência.

A pressão sobre margens tornou-se permanente. A litigância pública diminuiu, e os contenciosos mais rentáveis migraram para arbitragem, fiscalidade internacional, energia e regulação digital. Os clientes exigem previsibilidade e fragmentam mandatos.

Os modelos de pricing dos grandes escritórios são uma “arena de competição cerrada”, aponta Ferreira. A adoção de IA também vai impactar aqui. “Vai exigir mais talento e vai alterar a própria relação dos escritórios de advogados com os clientes”, diz o líder da PLMJ. Mas também vai chocar com a formação do preço e levar a ajustamentos inevitáveis.

A inteligência artificial aumenta eficiência, mas desvaloriza o tempo como única métrica económica. Paradoxalmente, exige mais talento especializado, elevando custos estruturais num contexto de margens comprimidas.

“Será necessário rever modelos de sustentabilidade económica”, avisa Inês Sequeira Mendes. “A reconfiguração dos paradigmas da indústria (acesso restrito a conhecimento especializado, capital humano intensivo, crescimento constante alavancado na venda do binómio tempo/senioridade, com base em padrões piramidais diversos) imposta pela emergência da IA e pela sua expectável utilização generalizada a curto/médio prazo” é um desafio, assinala Gomes Freire.

É neste quadro que a internacionalização é uma aposta. Tem de ser.

Portugal quer consolidar-se como plataforma jurídica entre Europa, África e mercados lusófonos, ainda que nem sempre exista a vontade política que reforce esta posição, e o investimento estrangeiro empurrou sociedades a seguir clientes e capital.

“Competimos globalmente pelo talento e pelo negócio”, resume Martim Krupenski, apontando a internacionalização como resposta ao estreitamento do mercado doméstico.

Subjacente à resposta aos desafios colocados está ainda outro, que é o financiamento. O “investimento inaudito de conhecimento e dinheiro” que é necessário.

4. Capacidade de adaptação para evoluir

Acelerado avanço tecnológico e da digitalização, já vimos. Um contexto geopolítico imprevisível, com guerras de grande intensidade e “novas formas de guerra híbrida”, que “têm o poder de gerar disrupção regional e global”, como aponta Nuno Sá Carvalho. Depois, o aumento da complexidade regulatória, especialmente

nas áreas digital, ambiental e financeira, e volatilidade nos mercados. Em suma, instabilidade.

A advocacia portuguesa está num ciclo decisivo: modernizar-se para permanecer. Inês Sequeira Mendes sintetiza dizendo que “o principal desafio passa pela necessidade de adaptação rápida a múltiplas mudanças simultâneas, sem comprometer a sustentabilidade da atividade nem os pilares essenciais da confiança pública na profissão — independência, sigilo, rigor técnico, compromisso ético e criação de valor”.

“É cada vez mais importante que as organizações sejam resilientes e capazes de se adaptar”, afirma Sá Carvalho.

A palavra-chave é, aqui, adaptação, mas “garantindo que a profissão permanece essencial para cidadãos e empresas num contexto em rápida evolução”, como defende Mendes.

A advocacia sabe que a transformação não é opcional. É uma corrida, e ninguém quer ficar para trás.

PUB

A PENSAR DIREITO

— DESDE 1955 —

Através das nossas livrarias e dos livros que editamos, procuramos dar resposta às questões que surgem, promovendo o pensamento crítico e a divulgação de diferentes perspetivas.

Almedina, há 70 anos a pensar direito.

OK, Computer

Welcome to
the AI revolution,
Silicon Valley's
latest world-changing
obsession



rame

O papel da tecnologia no tradicional setor da advocacia

Adolfo Mesquita Nunes (Pérez-Llorca), Mónica Teixeira André (Cuatrecasas), Fernando Antas da Cunha (Antas da Cunha Eciija) e João Leitão Figueiredo (CMS Portugal) explicam ao JE o impacto das ferramentas tecnológicas no quotidiano jurídico.

TEXTO
POR INÉS AMADO

↙ A crescente importância da tecnologia para o setor da advocacia é visível em várias frentes e de vários ângulos. Não só vê o leque de serviços e oportunidades de negócios aumentar, como também os processos e tarefas tradicionalmente executados pelos advogados tornam-se mais ágeis e eficientes com a adoção de várias ferramentas tecnológicas, nomeadamente de inteligência artificial (IA) generativa. “A tecnologia está a mudar a advocacia de uma forma simples: obriga-nos a voltar ao essencial”, afirma Adolfo Mesquita Nunes, sócio da Pérez-Llorca, ao *Jornal Económico* (JE).

Com a adoção de ferramentas tecnológicas, “tudo o que era repetitivo, moroso ou pouco diferenciador começa a desaparecer das nossas rotinas”. “E isso é uma boa

notícia, porque nos devolve tempo para o que realmente importa, pensar bem, aconselhar melhor e estar mais perto dos clientes”, analisa o sócio da área de Direito Público e Regulatório do escritório de Lisboa.

E a Legora faz parte da fórmula de trabalho da Pérez-Llorca, onde “essa transformação não é um slogan”, sublinha. “É o nosso dia a dia. A parceria com a Legora e o trabalho que temos desenvolvido em IA jurídica permitem-nos tratar informação com outra profundidade e outra velocidade. E isso muda a qualidade do que fazemos advogados”. De acordo com o antigo deputado, essa mudança “não substitui ninguém, mas cria espaço para exercer o julgamento jurídico que nenhum algoritmo consegue replicar.

Tal como outros escritórios têm vindo a fazer, também a Pérez-Llorca está a investir no desenvolvimento de ferramentas de IA talhadas às necessidades dos clientes. “A razão é simples. Muitos enfrentam desafios regulatórios complexos, volumes enormes de informação e decisões que não podem esperar. Criar soluções tecnológi-

cas feitas à medida ajuda-os a ganhar tempo, clareza e controlo. E permite-nos estar ao lado deles não apenas como advogados, mas como parceiros que entendem o seu negócio e que lhes oferecem instrumentos práticos para lidar com riscos reais”, explicou.

Ainda segundo Adolfo Mesquita Nunes, que se juntou à Pérez-Llorca em 2024, a “tecnologia aproximou ainda mais as equipas” da sociedade nos vários escritórios que tem pelo mundo. A sociedade está atualmente não só em Lisboa, Barcelona e Madrid, como também em Londres, Bruxelas, Singapura e Nova Iorque. E, desde o ano passado, na Cidade do México depois de ter concretizado a integração com a González Calvillo. “Hoje colaboramos quase sem sentir distância. E os clientes esperam precisamente isso, respostas rápidas, processos claros, segurança e capacidade de antecipação”, listou.



Fernando Antas da Cunha

Managing partner
da Antas da Cunha Ecija



João Leitão Figueiredo

Sócio de TMC/PI
da CMS Portugal



Mónica Teixeira André

Advogada coordenadora da área
de Conhecimento e Inovação da
Cuatrecasas em Portugal



Adolfo Mesquita Nunes

Sócio
da Pérez-Llorca

E com a tecnologia a ganhar terreno na esfera jurídica, que desafios surgem? “O desafio está em integrar esta mudança com rigor ético e legal, e é aí que temos investido mais. A tecnologia só faz sentido se servir aquilo que é realmente difícil na advocacia: entender o risco, aconselhar com coragem e ajudar a tomar boas decisões”, acrescentou.

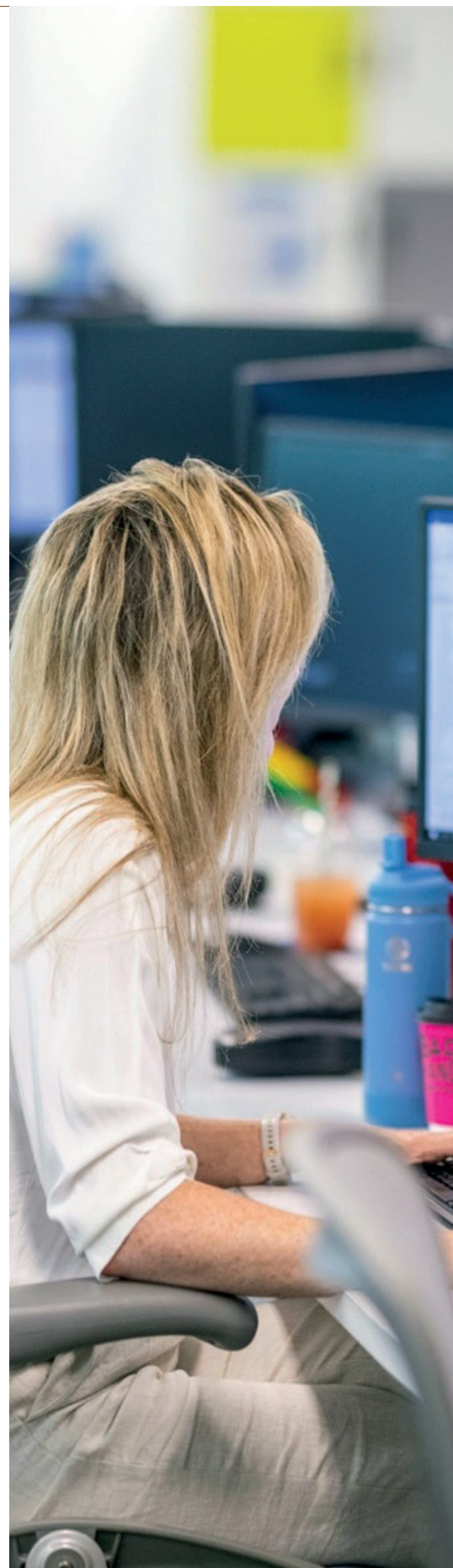
“A inovação dá-nos ferramentas melhores para sermos melhores advogados. E, na Pérez-Llorca, temos procurado fazer esse caminho de forma séria, com os pés bem assentes no chão, sempre focados no que acrescenta valor aos clientes”, sublinhou o sócio do escritório liderado em Lisboa por Gonçalo Capela Godinho.

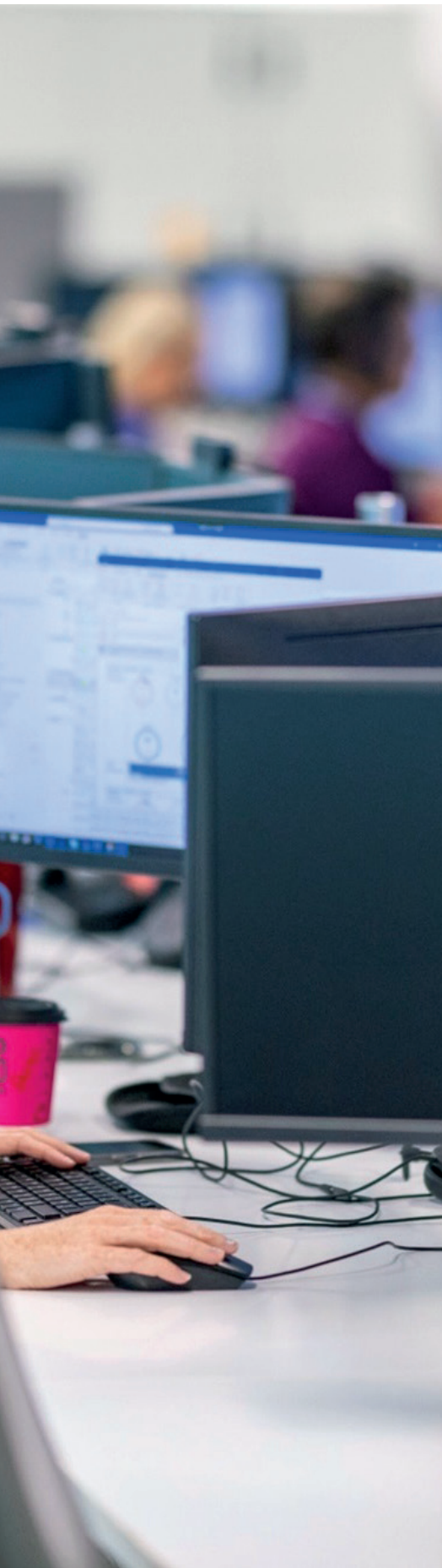
Do lado da Cuatrecasas, Mónica Teixeira André, advogada coordenadora da área de Conhecimento e Inovação da sociedade em Portugal, olha para a tecnologia como “uma alavanca ao serviço da excelência jurídica, da proximidade com o cliente e da capacidade de responder com mais rapidez, precisão e insight aos desafios cada vez mais complexos”. “A tecnologia acelera e amplia, mas a decisão jurídica e a responsabilidade continuam humanas”, defende.

Em 2023, a Cuatrecasas estabeleceu uma parceria estratégica com a Harvey para a integração de inteligência artificial (IA) generativa nos serviços jurídicos. A referida ferramenta, que efetua análises documentais e permite localizar informação jurídica recorrendo a LLM (large language models), responde por Cuatrecasas Expert Legal IA (CELIA).

“Na Cuatrecasas, a integração da IA não é um exercício de tecnologia pela tecnologia. Fomos pioneiros na utilização de IA generativa no sector jurídico; temos uma experiência acumulada desde 2023, o que se traduz numa enorme vantagem competitiva”, diz Mónica Teixeira André.

Segundo a advogada, para a Cuatrecasas “foi crucial a transformação e upskilling dos nossos advogados, através de programas contínuos de capacitação digital e de gestão de mudança”, “além da estratégia de eleição e implementação dos sistemas”. “Nestes programas, engenheiros de IA e advogados de Gestão do Conhecimen-





to trabalham lado a lado com as equipas das várias áreas de prática, promovendo: a experimentação responsável, a partilha de boas práticas e a difusão efetiva destas competências no nosso quotidiano”, revela ao JE.

De acordo com Mónica Teixeira André, que sublinha que a “transformação também é organizacional e cultural”, a Cuatrecasas reforçou, também, os “mecanismos de governança de dados e ética digital”.

“A inovação floresce quando há confiança, transparência, rigor e propósito”, continuou.

Não tem dúvidas de que, da mesma maneira que a “tecnologia acelera e amplia”, a “decisão jurídica e a responsabilidade continuam humanas”. “Estes atributos de experiência acumulada, confiança e empatia serão cada vez mais valorizados em combinação com um uso estratégico da tecnologia”, analisou Mónica Teixeira André.

Por sua vez, Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha Eci-ja, não tem dúvidas de que a “tecnologia está a mudar radicalmente todos os setores de serviços profissionais”. “E a advocacia não é exceção”. E de que forma é que o modelo de negócio tradicional vai ser impactado? A discussão inicia-se substituindo um pronome interrogativo por outro.

“O que temos estado a discutir nos últimos dois anos é, não quando, mas quanto vai afetar o modelo de negócio tradicional. A resposta é óbvia, vai afetar e mudar substancialmente o modelo, tal como o conhecemos”, responde o também fundador daquela sociedade full service.

Ao JE, Fernando Antas da Cunha diz que “não acredita” que a tecnologia, nomeadamente a IA, vá “substituir” o papel dos advogados. Mas a própria formação será moldada à nova realidade.

“Porém, o ponto de partida será outro, a formação dos nossos advogados já está a ser adaptada. O que o cliente espera e esperará de nós é totalmente diferente do que esperava até aqui. Da nossa parte, vemo-lo como uma enorme oportunidade uma vez

que abre um conjunto muito relevantes de necessidades dos nossos clientes, para os quais estamos totalmente aptos a acompanhar. Ou seja, o impacto da tecnologia dá-se numa dimensão interna, enquanto auxiliar das nossas tarefas, e enquanto oportunidade de negócio, já que regulação exige que os escritórios conheçam profundamente a lei e a própria tecnologia”, explica.

“A nossa estratégia enquanto Full AI Firm vai precisamente ao encontro dessas necessidades e de uma oportunidade única que, abraçamos com entusiasmo, mas com sentido de responsabilidade devido aos desafios que a mesma acarreta”, diz Fernando Antas da Cunha.

Convidada a analisar o papel desta área na transformação do setor da advocacia, a CMS Portugal diz, pela voz de João Leitão Figueiredo, sócio de Tecnologia, Media & Comunicações (TMC) e Propriedade Intelectual (PI), que a “tecnologia está a transformar a advocacia de uma forma que, há poucos anos, parecia improvável”.

“Hoje, é difícil imaginar um escritório que não recorra a ferramentas digitais para gerir grandes volumes de documentação e agilizar a análise jurídica. Ainda assim, a advocacia é um negócio de pessoas e para pessoas, e o ativo principal de qualquer sociedade continua a ser o conhecimento, a experiência e o discernimento dos seus profissionais”, afirma o advogado.

Segundo o sócio da CMS Portugal, que integra o escritório desde 2004, é “essencial garantir que os advogados têm acesso às ferramentas tecnológicas certas, para que possam prestar um serviço cada vez melhor a clientes que são, naturalmente, mais informados e mais exigentes”.

E, tal como Adolfo Mesquita Nunes e Mónica Teixeira André, João Leitão Figueiredo diz que a tecnologia “liberta tempo para o que realmente importa”. Isto é, para “compreender cada caso, antecipar desafios e encontrar soluções eficazes”. “Na CMS Portugal temos investido de forma consistente neste caminho, utilizando a tecnologia como aliada na prestação de serviços jurídicos de excelência. No fim, não torna a advocacia apenas mais digital. Torna-a mais humana, mais rigorosa e mais preparada para o futuro”, diz João Leitão Figueiredo.



Paulo Cardoso do Amaral

Professor universitário

A importância crescente da lei nas TIC

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm-nos surpreendido continuamente desde que surgiram há pouco mais de seis décadas. Primeiro, com a automatização de tarefas repetitivas e o tratamento de grandes volumes de dados. Depois, com redes globais, ligando pessoas e organizações de todos os tipos. Mas há um elemento que costumamos esquecer quando falamos desta evolução, e que é o valor jurídico da informação.

Durante muitos anos, a informatização limitou-se a pegar na informação existente e a colocá-la em formato digital, e nada disto exigia grandes alterações legais. A informação era a mesma e apenas passava a ser guardada e processada de forma diferente. A mudança profunda começou quando as comunicações entraram em jogo. De repente, tornava-se possível trocar informação com valor legal entre entidades jurídicas, e à distância. Surgiram, por exemplo, a troca eletrónica de dados entre empresas (EDI), as redes interbancárias, e os sistemas de pagamentos eletrónicos. Como os dados eletrónicos são, por natureza, voláteis e facilmente alteráveis, o seu valor jurídico depende menos do suporte físico e mais de quem os gere, certifica e supervisiona. Assim, para garantir prova e integridade, recorreu-se a entidades intermediárias que funcionavam como depositárias da informação trocada, de forma a comprovar quem tinha enviado o quê e quando. Por exemplo, no sector financeiro, ninguém aceita que um ficheiro num computador pessoal represente, por si só, o saldo de uma

conta bancária. Só um banco regulado e inserido num sistema supervisionado pode gerir esses dados com valor jurídico pleno. As contas, transferências e saldos são, em última análise, linhas de código e registos em bases de dados, mas o que lhes dá força no mundo real é o enquadramento legal com a supervisão respetiva. Afinal, o valor não está apenas na tecnologia, mas no arranjo jurídico que a suporta.

É legítimo, pois, perguntar por que razão dizemos agora que o valor jurídico da informação vai ganhar uma importância ainda maior, quando a informatização dos vários sectores da economia já existe há décadas. A resposta está numa palavra intrigante: a web3.

Desde 2009, a web3 foi associada sobretudo ao universo não regulado das criptomoedas e da chamada DeFi, ou “finanças descentralizadas”. Este é, aliás, um nome enganador, pois sem enquadramento legal sólido, e sem sujeição às regras dos Estados de Direito, estas atividades não são verdadeiramente

“finanças”. São, quando muito, experiências inovadoras no mercado paralelo não regulado. É que, quando se fala de serviços financeiros, na União Europeia, estes estão definidos pela densa arquitetura de diretivas, regulamentos e orientações técnicas da MiFID II, incluindo a legislação sobre dinheiro eletrónico, pagamentos, produtos financeiros e entidades reguladas. A verdadeira disrupção da web3 não está, portanto, em fugir à lei, mas em trazer esta nova tecnologia para o centro da economia regulada, começando pelos serviços financeiros e estendendo-se a todos os sectores, como a energia, a saúde, os transportes, a indústria, e a administração pública. E aqui chegamos ao ponto crítico, pois esta transição não é apenas tecnológica, mas profundamente jurídica.

Nas últimas décadas, habituámo-nos a uma dependência quase total das chamadas Big Tech, como a Google, Amazon, Meta e tantas outras empresas que prestam serviços informáticos globais à distância. A relação contratual que temos com estas entidades resume-se muitas vezes a um “li e aceito” num botão virtual, que, na prática, significa “não li coisa nenhuma, mas não tenho alternativa

se quiser usar o serviço”. Mesmo em sectores mais regulados, como a banca, acabamos a assinar contratos em papel, em letra minúscula, que poucos leem de facto, porque confiamos nas instituições e nos reguladores. Consequentemente, o que é possível fazer com serviços digitais e modelos de negócio depende muito menos da tecnologia disponível e muito mais das relações contratuais que cada espaço jurídico permite. Além disso, é preciso estar consciente de que as margens para inovar são muito diferentes entre sistemas de Civil Law, Common Law anglo-saxónica ou ordenamentos influenciados por contextos políticos específicos, como em alguns países asiáticos.

Muitas limitações que tomamos hoje como “naturais” são, na verdade, opções legais e regulatórias, sabendo que é o espaço jurídico que define a inovação permitida pela tecnologia. É por isso perigosamente simplista a ideia de que “a tecnologia evolui primeiro e depois logo se legisla”. Na economia regulada, a lei não é um adorno tardio, mas um pré-requisito. Uma solução poderia ser o uso das sandbox regulatórias, mas estas pouco resolvem. A inovação relevante, especialmente em sectores que dependem de efeitos de rede e de massa crítica, não se testa a sério num ambiente de laboratório, pois precisa de contexto real e de enquadramento jurídico robusto.

O papel central

O que a web3 traz de verdadeiramente novo é a possibilidade de tornar a própria infraestrutura tecnológica “autoexecutável” em termos jurídicos. Na web3, em vez de termos entidades a verificar, uma a uma, o cumprimento da lei, podemos programar os próprios ativos para seguirem regras jurídicas pré-definidas. Por isso, quando falamos de tokenização, não estamos apenas a mudar o formato técnico de representação de um ativo. Neste caso, estamos a permitir

que a lógica jurídica seja incorporada diretamente no código informático. Veja-se o exemplo do dinheiro tokenizado na UE desde julho de 2024. Em vez de depender de múltiplos controlos ex-poste de compliance, o próprio token pode ser concebido de modo a só poder circular em condições que cumpram a legislação aplicável, tanto em matéria de prevenção de branqueamento de capitais como de proteção do consumidor. É que os token podem incorporar regras sobre quem pode deter o ativo, em que mercados pode ser transacionado, e que requisitos de identificação são exigidos, entre outros.

A web3 não elimina a necessidade de lei. Pelo contrário, torna-a ainda mais central, pois alguém tem de definir que regras vão ser programadas, como são interpretadas, e quem responde por erros ou abusos, como se articula o código com os tribunais e com os reguladores. Longe de substituir o Direito, a web3 simplesmente obriga-o a evoluir.

Já estamos a assistir esta transformação com a tokenização da identidade jurídica a partir da evolução da chave móvel digital para carteiras digitais contendo credenciais verificáveis e emitidas por entidades de certificadas. Na União Europeia o dinheiro eletrónico já entrou numa nova fase com a emissão de e-money tokens. A legislação europeia também já abriu espaço para a tokenização de ações, obrigações e fundos com unidades de participação.

Mas isto é apenas o início. Falta quase tudo o resto: direito de propriedade, direitos sobre energia, licenças de utilização, registos de propriedade intelectual, autorizações administrativas, contratos de prestação de serviços em sectores como saúde, educação, transportes, turismo. Em todos estes casos, a questão não é apenas se a tecnologia permite tokenizar mas se a lei quer e como quer que isso seja feito. Daqui resulta uma conclusão clara. Sem

juristas, não haverá web3 regulada, nem impacto real na economia. Não basta falar de blockchain, smart contracts e outros conceitos técnicos. É preciso traduzir estas possibilidades em categorias jurídicas claras, em contratos e na lei, e em normas que permitam a inovação sem destruir a segurança jurídica. Os Estados podem, se quiserem, ser os grandes motores desta transformação. Serviços públicos, registos, licenças, prestações sociais, compras públicas, tudo pode beneficiar de uma utilização inteligente da web3, com mais transparência e menos burocracia. No entanto, isso exige uma estratégia jurídica consciente, e não apenas projetos tecnológicos avulsos. Do lado da sociedade civil, das empresas e das universidades, também há espaço para agir. Projetos que explorem a tokenização de serviços e ativos em sectores específicos podem servir de laboratório vivo, desde que acompanhados por reflexão jurídica séria. E é aqui que juristas, tecnólogos, economistas e reguladores precisam de trabalhar em conjunto, e não em silos.

Os países que conseguirem alinhar rapidamente o seu ordenamento jurídico com o potencial das TIC desta nova geração ganharão vantagem competitiva significativa. A União Europeia, com a sua tradição regulatória e a sua capacidade de produzir normas com impacto global, tem aqui uma oportunidade rara para reequilibrar o jogo face ao domínio das Big Tech norte-americanas. Mas isso só acontecerá se houver coragem para repensar o valor jurídico da informação na era da tokenização, e para colocar os juristas na linha da frente desta mudança. A tecnologia já está pronta. A pergunta, agora, é se o Direito está disposto a acompanhar. E, sobretudo, se os juristas querem assumir o papel central que esta nova fase das TIC inevitavelmente lhes reserva. Apetece dizer outra vez: vamos a isto?

Advocacia acelera com investimento e regulação

As grandes sociedades vão disputar 2026 na energia, digital, infraestruturas, imobiliário especializado e defesa. Também a saúde. É aqui que o investimento cresce, nacional e europeu, e é também aqui que o quadro regulamentar está em mudança.

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA

↙ A economia portuguesa vai continuar a crescer em 2026 e a um ritmo superior ao da zona euro e da União Europeia (UE), com um desempenho melhor do que as projeções iniciais sugeriam. Banco de Portugal, Comissão Europeia, OCDE e Fundo Monetário Internacional convergem num cenário de crescimento que supera os 2%, alimentado pela execução dos fundos europeus, estabilidade política, resiliência do consumo privado e continuidade do investimento estrangeiro.

A procura externa permanece uma variável sensível, mas a evolução positiva do emprego, a recuperação gradual dos rendimentos e o regresso de alguma previsibilidade reforçam o clima de confiança. A inflação está sob controlo e as contas públicas também.

A Europa crescerá menos, cerca de 1,2% entre os países do euro, e cerca de 1,4% nos 27. E o cenário deverá manter-se em 2027.

É neste ponto de partida que as sociedades de advogados calibram as apostas para 2026.

“A advocacia, como qualquer outro setor de atividade, tem o seu desempenho intrinsecamente ligado ao desempenho da economia”, José Luis Arnaut, managing partner da CMS Portugal. “Acreditamos que vai ser um ano de oportunidades”, acrescenta.

A advocacia de negócios lê economia antes de ler códigos. As áreas de prática que irão crescer refletem os movimentos estruturais dos mercados: energia, tecnologia, saúde, imobiliário especializado, infraestruturas e defesa surgem como motores óbvios, refletindo as intenções de investimento já manifestadas.

As operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa) continuam a ser um vetor dominante, não apenas pela disponibilidade de capital, mas pela necessidade de consolidação em setores pressionados por escala, tecnologia ou regulamentação. O private equity regressa com mais liquidez, o que implica transações, reorganizações e reestruturações. Fundos internacionais voltam a olhar para Portugal como plataforma de investimento, o que abre espaço para trabalho jurídico sofisticado em financiamento, governação, compliance e litígios decorrentes de processos de integração.

Mais projetos, menos áreas

Esta reorganização traduz-se num movimento interno relevante: as firmas deixam de se estruturar primeiro por áreas e passam a fazê-lo por setores e por projetos. “É cada vez mais importante o foco em setores do que em áreas”, defende Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu Advogados, porque “estão mais direcionados para as necessidades dos clientes, assegurando um leque multidisciplinar de advogados e de profissionais especializados de diferentes áreas, com profundo conhecimento do setor”.

José Luís Arnaut também aponta neste sentido, dando o exemplo dos projetos ligados a centros de dados. “É um setor para o qual a CMS Portugal criou uma equipa multidisciplinar este ano e que congrega áreas como TMC, energia, imobiliário, laboral, público, entre outras”.



“Este é o exemplo perfeito de uma abordagem integrada”, diz.

Este movimento não é isolado: segue uma tendência global de law firms com equipas sector-based, visível em Londres, Madrid e Nova Iorque, onde estruturas por indústria substituem departamentos clássicos. A advocacia portuguesa replica este modelo porque os clientes exigem velocidade, contextualização e equipas que falem “o idioma económico” dos setores onde operam.

Aqui entra também o impacto das grandes reformas europeias: AI Act, ESG reporting, Data Act, NIS2, obrigações de supply chain e nova supervisão financeira, que obrigam práticas jurídicas a cruzar direito, tecnologia, risco e regulação. É uma agenda legislativa sem precedentes que aumenta a procura por assessoria contínua, retenção de talento e investimento tecnológico interno.

Estado determinante

Quando olhamos para as áreas autónomas, tendo em conta que o Estado representa uma muito grande fatia da economia, aquelas para as quais se anunciaram reforços de investimento sobressaem. “Infraestruturas, considerando as intenções do atual governo”, destaca Paula Gomes Freire, managing partner da VdA. “Será crítica em Portugal na próxima década e concentrará muito do investimento nacional e estrangeiro”, reforça ao Jornal Económico (JE) Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

Depois, Paula Gomes Freire aponta as áreas de digital e defesa, “pelo alinhamento com a política industrial europeia e considerando a vantagem competitiva de Portugal em matéria de preços de energia”, que também considera uma área relevante, “pela sua centralidade na transformação digital”. A Abreu também a enquadra entre as prioridades setoriais.

Na transição energética, os agentes do setor exigem licenciamento sofisticado, contratos estruturados, regulação dinâmica, fiscalidade verde e competição



territorial por infraestruturas, energia e tecnologia. Todas as sociedades a identificam como uma das frentes mais competitivas e politicamente determinantes da advocacia em 2026.

Portugal já concentra mais de 60% dos novos investimentos industriais associados a energia limpa na Península Ibérica e prepara concursos para armazenagem estratégica e hidrogénio verde. A dimensão contratual e regulatória destas operações obriga a práticas integradas de projetos, regulação, ambiente, riscos e financiamento.

Na PLMJ também olham para a defesa. “Há algumas áreas para as quais estamos a olhar com muito interesse e temos desenvolvido trabalho cada vez mais relevante com os grandes players do mercado”, diz Bruno Ferreira.

A tecnologia entronca aqui. “O desenvolvimento de data centres e os anunciados investimentos da Microsoft são reveladores do potencial destas áreas no nosso país”, aponta Gomes Freire. “A transição digital com tudo o que implica, nomeadamente a segurança de dados, também tem sido uma área de muito tra-

balho”, acrescenta Ferreira, que também assinala a área da energia. “A transição energética é um caminho sem retorno, independentemente do enquadramento político global”, diz.

A par disso, Portugal tornou-se destino competitivo para data centers devido ao preço da eletricidade, conectividade internacional e disponibilidade de espaço industrial, atraindo hyperscalers norte-americanos e europeus. Esta dinâmica cria trabalho jurídico constante em licenciamento, fiscalidade, cibersegurança e contratos com utilities.

Novas regras

O enquadramento é fundamental e, porque está a mudar, requer acompanhamento. Martim Krupenski, managing partner da Morais Leitão aponta que a sociedade de advogados está a “apostar de forma muito consistente nas áreas



emergentes que têm tido forte impacto na economia portuguesa, como private equity, life sciences [ciências da vida], IA & Tech, compliance e FinReg [software de compliance para instituições financeiras]. São domínios que vivem atualmente um ponto de viragem: “Atraem novos investidores e operadores, com elevado potencial de crescimento, têm enquadramentos legislativos e regulamentares em rápida transformação e colocam desafios que exigem uma combinação de especialização técnica, capacidade de antecipação e leitura estratégica do mercado, com modelos de negócio particularmente complexos”, explica.

A afirmação revela que o crescimento já não depende apenas de volume de transações, mas de compreensão integrada da arquitetura de mercado.

A saúde é outro setor que responde simultaneamente a dinâmicas sociais e de mercado: envelhecimento, consolidação de operadores, pressão de compliance e contencioso regulatório. É também uma área onde a Morais Leitão atua — life sciences — onde a regulação europeia e internacional cria camadas de exigência

que exigem conhecimento especializado e leitura estratégica.

O aumento previsto da despesa em saúde e a digitalização clínica criam frentes adicionais em proteção de dados, contratos de plataforma, ensaios clínicos e aquisições de operadores privados. A advocacia segue esta linha porque acompanha a reconfiguração do SNS e o crescimento dos grupos privados.

Imobiliário, sempre

O imobiliário especializado continua ativo — logística, turismo premium, residências académicas, reabilitação urbana e data centres. E o imobiliário tem sido o grande dinamizador do mercado de fusões e aquisições. Esta reconfiguração reforça o protagonismo do direito público, urbanismo e contratação pública, campos onde a litigância pode crescer com a tensão entre planeamento, política pública e contestação social.

Aqui, as sociedades olham também para financiamento alternativo e fundos de reabilitação regulados, que canalizam capital estrangeiro para Portugal. A litigância cresce nos temas de solos, licenças e taxas municipais, reforçando o peso do contencioso administrativo.

No contencioso e arbitragem, a Abreu nota relevância crescente e a PLMJ aponta “as ações populares” como segmento estratégico onde se destaca e onde a litigância ganhará escala, alimentada por maior regulação, pressão social e entrada de operadores internacionais.

O reforço das agências reguladoras e da fiscalização de mercado, bem como o aumento das indemnizações em litígios coletivos, fazem deste campo uma das áreas com maior potencial em 2026, sobretudo em energia, consumo, inovação, tecnologia e ambiente.

No fiscal e na eficiência de capital, a complexidade aumenta com fiscalidade verde, digital, incentivos e controlo europeu — um campo onde a Morais Leitão posiciona FinReg e compliance como domínios decisivos para assegurar confor-

midade regulatória e governança de risco.

O laboral ganha nova vida com IA, escassez de talento, teletrabalho e produtividade, exigindo equipas híbridas. Integradado em compliance, tecnologia, privacidade e ESG, torna-se pilar transversal.

A internacionalização mantém-se forte. Portugal atrai capital e as firmas portuguesas acompanham clientes para África lusófona, Europa e América Latina. Arbitragem transfronteiriça, fiscal internacional e regulação complexa reforçam esta aposta.

Além disso, Portugal quer tornar-se, mesmo, um gateway para África Ocidental lusófona e é plataforma operacional para investimentos europeus no Brasil, criando procura por governance transfronteiriça, arbitragem e proteção de investimento.

A advocacia portuguesa reorganiza-se por setores. A Abreu posiciona multidisciplinaridade orientada a mercados; a VdA identifica infraestruturas, energia, digital e defesa como âncoras industriais com vantagem competitiva; a PLMJ assume infraestruturas, energia, educação, defesa, transição digital e ações populares como campos onde ambiciona liderança; a Morais Leitão declara aposta consistente em private equity, life sciences, AI & Tech, compliance e FinReg, setores onde vê “pontos de viragem” que exigem capacidade de antecipação e leitura estratégica.

O mercado jurídico português entra em 2026 guiado por setores, não apenas por áreas. Quem entender o negócio antes da norma, o contexto antes da lei, e o mercado antes do processo, liderará num ambiente mais competitivo, mais regulado e profundamente internacionalizado.

Crescer além-fronteiras, muito em português

O mercado português está a ficar apertado para as sociedades de advogados, que têm de expandir-se, para poderem continuar a crescer. Já o fazem, mas querem mais. Especialmente para os países em que falam português, porque há uma vantagem competitiva óbvia, da língua e do Direito.

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA

As maiores sociedades de advogadas portuguesas estão a adotar uma matriz internacional, galgando fronteiras e investindo noutros mercados, diretamente ou através de operações em rede, que já representam um peso significativo nas contas. E a crescer.

Portugal tornou-se pequeno para as suas sociedades de advogados. A escala do mercado interno, o aumento de operações transfronteiriças e a reorganização das cadeias de investimento levaram as firmas com maior ambição a estruturar redes, abrir escritórios e consolidar parcerias nos principais destinos onde o capital português investe.

“Sociedades que têm um mercado de atuação relativamente pequeno, como o nosso, precisam de ter uma cultura internacional”, afirma Martim Krupenski, managing partner da Morais Leitão, ao *Jornal Económico* (JE).

O primeiro passo é dado sempre para seguir os clientes, mas também porque o investimento estrangeiro em Portugal obriga a ter outra capacidade. “A aposta é clara: acompanhar e servir os nossos clientes onde quer que estejam”, afirma Paula Gomes Freire, managing partner da VdA.

Em 2024, as transações de investimento direto de Portugal no exterior totalizaram 7,2 mil milhões de euros, mais 1,5 mil milhões do que em 2023, segundo o Banco de Portugal. Um crescimento de 26% num único ano, o que reforça a leitura de que as empresas portuguesas estão mais ativas na expansão internacional. No final do terceiro trimestre de 2025, o stock de investimento direto de Portugal no exterior ascendia a 78,4 mil milhões de euros.



Depois, “o país atrai investimento estrangeiro que obriga a padrões de atuação internacionais, ao participar em processos e transações multijurisdicionais”, acrescenta Martim Krupenski.

É assim que a advocacia passou a disputar mercado também em Espanha, Reino Unido, Alemanha, França, Brasil, Médio Oriente e Ásia. Mas o foco passa muito pela África lusófona, onde a língua e um direito muito próximo ou igual ao português significam uma vantagem competitiva. “Portugal, em particular, partilha semelhanças jurídicas e culturais com várias outras jurisdições, permitindo um serviço contínuo e coerente”, aponta ainda Krupenski.

International Arrivals



Crescimento em português

Claro que além de acompanhar os clientes e de responder à necessidade imposta pelo tipo de operações em que participam, com impacto em diferentes jurisdições, as sociedades também procuram crescimento, “aceder a novos mercados que permitam sustentar níveis de crescimento interessantes”, sublinha Paula Gomes Freire. “A nossa expectativa é que em 2025 o negócio internacional represente uma componente ainda mais relevante do topline e que apresente níveis de rentabilidade muito interessantes”, sublinha.

No caso da Morais Leitão, o peso da vertente internacional nas operações tem vindo a crescer dois a três pontos percentuais a cada ano, representando hoje cerca de um terço da atividade. “Denota também a exposição externa da economia portu-

guesa – e temos como prioridade a manutenção desta taxa de crescimento, nas várias áreas de atividade”, diz o managing partner da sociedade.

Na Abreu Advogados, o peso dos clientes internacionais “foi sempre bastante significativo”, garante Inês Sequeira Mendes, managing partner da sociedade de advogados, que se apresenta como tendo uma “matriz lusófona” e “uma presença internacional muito abrangente, através de uma rede fortíssima e muito trabalhada com escritórios em praticamente todos os cantos do mundo”.

“Nos países de língua portuguesa temos escritórios e parcerias locais, dependendo da jurisdição. Angola e Moçambique são os mercados lusófonos com maior peso, nos quais trabalhamos através de parcerias exclusivas e muito próximas com escritórios locais. Também em Cabo Verde, na Guiné e São Tomé trabalhamos com parcerias locais”, acrescenta.

“Investimos numa presença local nos países onde Portugal tem uma posição privilegiada, como é o caso de Angola, Moçambique e Cabo Verde”, diz ao JE Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ, reforçando a ideia.

A vantagem competitiva na África lusófona é para ser aproveitada, até porque traz oportunidades de crescimento, apesar da volatilidade.



Martim Krupenski
Managing partner
da Morais Leitão



Paula Gomes Freire
Managing partner
da VdA



Bruno Ferreira
Managing partner
da PLMJ

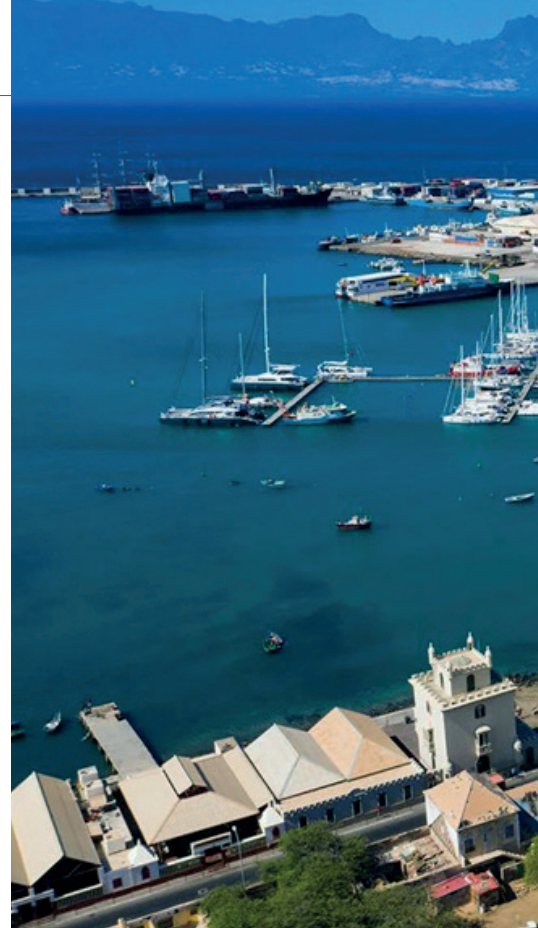


Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados

Angola mantém-se como um eixo central desta geografia. Depois de um crescimento modesto de 1,1% em 2023, a economia angolana registou a expansão mais forte dos últimos cinco anos em 2024, com um crescimento real de 4,4% do produto interno bruto (PIB). O impulso veio tanto do petróleo como da recuperação do setor não petrolífero. Para 2025, o Banco Mundial estima uma redução o ritmo de expressão, para cerca de 3%, mas antevendo uma nova aceleração a seguir, que o Governo angolano projeta que seja de 4%.

Independentemente dos números exatos, o mercado angolano está a abrir-se mais á iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, com grandes projetos em desenvolvimento, além do oil&gas. São projetos estruturantes que moldam setores inteiros e geram procura direta por Advisory. O novo Aeroporto Internacional de Luanda está a entrar em fase de plena operação, posicionando-se como hub regional com capacidade para 15 milhões de passageiros e integração logística com operações internacionais, exigindo concessões, certificações, regulação aeronáutica e estruturas contratuais complexas. O Corredor do Lobito está a tornar-se a maior aposta logística da década na África Austral, ligando o mar a minas no interior e atraindo capitais norte-americanos, africanos e europeus. Cada ciclo de financiamento e de renegociação de ativos traz oportunidades para advogados portugueses com presença no país, porque as estruturas societárias, arbitragem, financiamentos e modelos de concessão beneficiam de ligação com Portugal e de expertise jurídica transfronteiriça.

Moçambique deverá recuperar o ritmo de crescimento, depois da instabilidade eleitoral. Avançou 5,4% em 2023, desacelerou para cerca de 1,8% nos dois anos seguintes, mas deverá duplica o ritmo de expansão em 2026, segundo as projeções das instituições de Bretton Woods, à medida que a agricultura e os serviços recuperam e alguns investimentos no setor extrativo avançam. A energia também marcará o tom.



Em Cabo Verde, o ciclo é claramente favorável: a economia consolidou em 2024 uma recuperação forte, com um crescimento real de 7,3%, sustentado por um pico de chegadas turísticas e pela primeira campanha agrícola positiva em vários anos, num contexto de inflação baixa em torno de 1% e redução gradual da dívida pública. Estima-se que o ritmo tenha abrandado em 2025, mas para valores robustos, em torno de 6%. Novo abrandamento é esperado em 2026, mas estamos a falar de 5%. Natural, à medida que o efeito de arranque do pós-pandemia se dissipa, mas com o turismo e as remessas a manterem-se como motores centrais da atividade.

As sociedades de advogados portuguesas tentam aproveitar este crescimento com a implantação direta no terreno e com redes.

“Estamos presentes em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste através de escritórios totalmente integrados na rede VdA Legal Partners, que prestam aconselhamento jurídico na lei do respetivo país”, diz Paula Gomes Freire. “É uma rede de sociedades de advogados independentes que têm em



comum a ambição de serem a firma de referência nos respetivos mercados, oferecendo aos clientes uma expertise verdadeiramente local e assegurando qualidade e consistência internacionais”, acrescenta.

“A Morais Leitão tem a sua rede própria, com escritórios em Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Singapura”, explica Martim Krupenski.

Além da língua

Para lá dos mercados em que existe a vantagem da língua, as sociedades de advogados pretendem ter a capacidade de operar noutros, porque são origem de muito do investimento estrangeiro que é canalizado para Portugal.

“Estamos também presentes em Espanha e no Brasil para identificarmos novas oportunidades de prestação de serviços jurídicos, em Portugal e nas demais jurisdições VdA Legal Partners, a clientes espanhóis e brasileiros que aqui procuram investir”, diz Paula Gomes Freire. “Cobrimos ainda os

mercados de originação mais relevante – UK, US e Europa Continental – através de relações preferenciais com escritórios locais e da participação em redes de referência”, acrescenta.

A rede é o modo preferido para ser mais abrangente em mercados de grande dimensão, muito competitivos, onde a escala limita a ambição portuguesa. Mas é preciso estar em contacto, em rede, também por causa da tecnologia ou da procura de talento. São questões globais, que transcendem mercados. E o investimento estrangeiro também obriga.

Em 2024, o stock de investimento direto estrangeiro resultou sobretudo da Europa — Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Luxemburgo — consolidando o papel de Portugal no eixo ibérico e na cadeia franco-alemã. Mas houve também incremento visível de capitais provenientes dos Estados Unidos, impulsionados por energia, dados e tecnologia, bem como investimento soberano vindo do Médio Oriente, particularmente EAU e Qatar, com foco em infraestruturas, logística e saúde. Brasil e Angola regressaram como investidores líquidos, com redes familia-

res e corporativas a reativarem ativos, sobretudo imobiliário, hotelaria, indústria e participações financeiras.

O EY Attractiveness Survey 2025 também dá alguma informação sobre origem do capital: no universo dos projetos analisados, o top 3 de origem é composto por Estados Unidos, Alemanha e França, que em conjunto representam 40,2% dos projetos de IDE em Portugal.

“Temos relações privilegiadas com um conjunto de escritórios líderes de outros países da Europa e Estados Unidos”, refere Bruno Ferreira.

“Pertencemos à Lex Mundi, maior associação mundial de sociedades de advogados independentes, que nos permite estender a nossa atuação a 150 jurisdições, bem como a associações setoriais, como o Energy Law Group, a Employment Law Alliance e a Privacy Rules”, situa Martim Krupenski, quanto

à Morais Leitão. “Paralelamente, desenvolvemos ainda relações privilegiadas com sociedades globais, que permitem um sistema de referências internas e externas muito interessante para o desenvolvimento do nosso negócio”, acrescenta.

Espanha, França, Reino Unido e Alemanha são apostas para a Abreu. “Continuam a ser mercados com grande peso, sendo que antecipamos que continue o crescimento de relevância dos EUA, Médio Oriente e Ásia”, diz Inês Sequeira Mendes. Acrescenta o Brasil, com outra abordagem. “Pela dimensão e contexto próprio do país, com uma advocacia altamente sofisticada, e pela enorme interligação que existe com Portugal, entendemos que exigia uma abordagem diferente, pelo que temos desenvolvida uma rede de parceiros por forma a abrangermos todo o território”, explica.


Em 2026, a capacidade de projeção internacional vai continuar a ter importância ou, até, reforçá-la. A privatização da TAP, o processo de venda da Logoplaste e a aceleração do investimento no sistema energético, nomeadamente redes, renováveis e hidrogénio, colocam o país no radar dos grandes investidores institucionais. As oportunidades no imobiliário e a estabilização do mercado de M&A também são atrativos.

Escolas de Direito priorizam o pensamento crítico

Escolas dos três regimes existentes em Portugal (público, privado e Concordata) ouvidas pelo “Quem É Quem” convergem no essencial: o pensamento crítico é indispensável para utilizar a IA. Só ele permite questionar e contextualizar. Este é o pressuposto de base das suas estratégias.

TEXTO

ALMERINDA ROMEIRA

 O ensino jurídico prepara-se para as ondas de choque da inteligência artificial (IA). As quatro Escolas de Direito dos três regimes existentes em Portugal (público, privado e Concordata) ouvidas pelo “Quem É Quem” convergem no essencial: é fundamental dotar o estudante de pensamento crítico, pois só ele permite questionar e contextualizar. Este é o pressuposto de base das suas estratégias, cujo grau de restrição e de uso de ferramentas varia.

Manuel Fontaine alerta há anos para os desafios da IA no ensino do Direito. Hoje, perante o facto consumado, o docente da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, continua a ver na defesa o melhor ataque: “Creio que a melhor forma de preparar os estudantes, por paradoxal que possa parecer, consiste, numa fase inicial do curso, em não incentivar o uso da IA”. O professor, que liderou a Escola entre 2013 e 2025, explica que no início da licenciatura deve-se apostar “numa sólida (“clássica”) aprendizagem dos conceitos e

princípios de Direito, das traves-mestras da sua organização, do funcionamento dos principais institutos jurídicos e no domínio do raciocínio jurídico”. Só uma tal preparação, adianta, permitirá aos estudantes, mais adiante, numa fase mais avançada do curso e na vida profissional, “usar de forma esclarecida e, sobretudo, com pensamento crítico”, as ferramentas de IA. Só assim, os estudantes conseguirão, “não apenas identificar as incorreções que continuam a ser produzidas por essas ferramentas”, mas também “colocar as questões pertinentes, que permitam aprofundar a análise jurídica de um caso e chegar a propostas de solução suficientemente sólidas e persuasivas”.

Numa fase mais avançada do curso, a coisa muda de figura. Diz Manuel Fontaine: “Nessa fase mais avançada do curso, o uso da IA em sala de aula pode, designadamente, servir para testar o espírito crítico dos estudantes na identificação das incorreções ou incompletudes da resposta obtida, bem como na identificação das questões pertinentes a colocar para obter uma resposta útil”.

A IA é um dos avanços tecnológicos mais significativos das últimas décadas. O mundo despertou para ela a 30 de novembro de 2022 com o ChatGPT e as suas “capacidades” quase humanas para realizar tarefas. Nas palavras de Vera Lúcia Raposo, professora da NOVA School of Law nas áreas do Direito e da Tecnologia, “representa um novo contexto jurídico, um novo ambiente profissional e um novo modo de produção e aplicação do conhecimento jurídico”. São múltiplos desafios em múltiplas frentes e em todas elas a instituição está a trabalhar, em simultâneo: reformulação dos currículos académicos; superação da lacuna de competências; incorporação de novos quadros éticos; preparação para quadros regulatórios emergentes.

O ChatGPT e ferramentas semelhantes de IA generativa têm sido integradas em várias disciplinas, como instrumentos pedagógicos para demonstrar, na prática, as diferenças entre o raciocínio e o conhecimento humanos e os mecanismos da IA generativa. “O nosso propósito é familiarizar desde cedo os futuros juristas com o potencial da IA, mas também com as suas limitações, enviesamentos e armadilhas conceptuais. Trata-se de formar profissionais capazes de dialogar criticamente com estas tecnologias, em

vez de as usar de forma acrítica ou meramente instrumental”, explica Vera Lúcia Raposo.

A NOVA School of Law está a elaborar um código de ética para nortear o tema da avaliação, para “harmonizar as regras” de uma forma que permita “extrair o melhor que a tecnologia tem para nos dar”, mas ao mesmo tempo “mantendo as regras de honestidade académica e continuando a promover o raciocínio e criatividades humanas”. Por enquanto, cada professor define as linhas com que se cose, em linha com os valores da Universidade NOVA e das normas internas. Ainda assim, diz a professora, começa a consolidar-se uma tendência comum: “aceitar o uso de IA generativa, desde que o aluno seja transparente quanto ao modo como a utilizou e para que finalidade”. A lógica subjacente, justifica, é que a IA pode ser um apoio válido à aprendizagem, mas nunca um substituto da reflexão, da análise e da autoria intelectual que caracterizam o ensino jurídico.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, revela ao “Quem É Quem” que em 2026, a FDUL vai rever os seus estatutos, as regras de avaliação e o plano de estudos. Objetivo? Concretizar um conjunto de reflexões efetuadas em contraditório crítico e com o apoio de especialistas em matérias mais específicas, bem como as conclusões de jornadas pedagógicas e científicas que têm vindo a ser realizadas.

“Os riscos de uma avaliação escrita com base em textos cuja autoria pode não ser de quem assina e a consulta de fontes e textos na Internet não certificados por autoridades académicas e científicas, bem como outros problemas colocados pelo uso da IA já identificados, terão uma resposta adequada e exequível nos novos regulamentos de avaliação de conhecimentos”, adianta Eduardo Vera-Cruz Pinto. O diretor da FDUL explica que “adaptar o método de ensino e os conteúdos das disciplinas identitárias do curso à realidade imposta pelo totalitarismo tecnológico é uma necessidade cada vez mais premente” numa escola de Direito com a responsabilidade da FDUL, a maior do país e a que mais alunos forma.



Manuel Fontaine

Docente da Faculdade de Direito
– Escola do Porto da Universidade Católica Portuguesa



Graça Canto Moniz

Coordenadora para a Inovação Pedagógica da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona



Eduardo Vera-Cruz Pinto

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)



Vera Lúcia Raposo

Professora da NOVA School of Law nas áreas do Direito e da Tecnologia

A FDUL está na vanguarda da reflexão sobre as problemáticas suscitadas pela aplicação das novas tecnologias que usam a IA no ensino superior universitário do Direito. Além de integrar o Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço (CIJIC), de ter fundado em Bragança, com a Câmara Municipal de Bragança, o Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNI) vai – muito em breve – receber o Laboratório de IA.

“Gradual, prudente e responsável” é, diz-nos Graça Canto Moniz a estratégia da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona em matéria de integração da IA. A coordenadora para a Inovação Pedagógica da Faculdade acrescenta que essa estratégia está em linha com a posição da Universidade que integra. Refere que desde novembro de 2023 existe um documento orientador para o uso responsável da IA em contexto académico e estão em desenvolvimento vários projetos nesse sentido. Um deles, Philix - o tutor virtual da Universidade servirá como ferramenta de apoio ao estudo, complementar ao trabalho dos docentes e sem substituir o acompanhamento académico presencial. Em paralelo, as equipas de Sistemas e Inovação criaram o Lusochat, “um ambiente seguro que disponibiliza modelos de linguagem (LLMs) para estudantes e docentes”.

Graça Canto Moniz revela uma visão muito próxima de Manuel Fontaine. “No primeiro ciclo, diz a professora da Lusófona, é consolidar aquilo que nenhum sistema tecnológico poderá substituir: raciocínio jurídico, rigor argumentativo, ética e responsabilidade profissional, interpretação normativa, espírito crítico e capacidade de reflexão livre e independente”. Nos ciclos de estudos seguintes, a oferta formativa da Faculdade inclui especializações em áreas onde o Direito e a tecnologia se cruzam.



Advocacia portuguesa: cem anos de futuro — liderança, dignidade, compromisso social e responsabilidade global

No silêncio carregado de sentido de um tribunal, onde cada palavra pesa e cada gesto pode mudar destinos, e na pulsação intensa dos gabinetes, preenchidos de decisões, dúvidas e desafios, vejo, nitidamente, o reflexo de uma missão que perdura.

A advocacia, há cem anos, ergue-se não apenas como prumo da liberdade, mas como âncora firme da esperança — sustentando direitos, protegendo fragilidades e renovando a confiança da sociedade nas possibilidades da justiça. Como bastonário, não falo apenas do lugar institucional, mas da responsabilidade emocional de cada advogado. Recordo a história de uma colega, sozinha à porta de um centro comunitário, a traduzir direitos em esperança para uma família migrante; episódios como este são o rosto humano e transformador da nossa profissão. Neste centenário, inspiramo-nos nessas histórias reais, que correm Portugal de Norte a Sul e atravessam fronteiras — porque a advocacia portuguesa é, hoje, referência também lá fora.

O Desafio Tecnológico

A modernidade exige movimento. Entre a inovação das plataformas digitais, está o futuro que pretendemos construir: implementar uma ligação sólida entre a Ordem dos Advogados e os tribunais, a AIMA, o IRN, a AT e a Segurança Social. Este projeto é mais do que uma ambição tecnológica — é um propósito estratégico, pensado para tornar a advocacia mais eficiente, para poupar tempo ao advogado, proteger o cidadão e aproximar o Estado da vida real.

Comprometemo-nos a liderar este caminho, investindo na criação, teste e aperfeiçoamento destas plataformas, promovendo a interoperabilidade entre sistemas e incentivando todos os colegas a integrarem este processo de transformação, para que juntos possamos fazer da justiça e da relação com os serviços públicos uma experiência mais simples, direta e verdadeiramente humana.

Deixo aqui um apelo sincero: envolvam-se neste projeto, tragam a vossa experiência, partilhem ideias e proponham soluções inovadoras. Apenas com a participação ativa e empenhada de toda a profissão conseguiremos ultrapassar barreiras burocráticas, estimular o progresso e construir uma justiça mais acessível, eficiente e próxima de todos.

A advocacia portuguesa precisa de assumir, com determinação, o papel de agente mobilizador: quebrar o isolamento do passado, fortalecer parcerias estratégicas e afirmar-se como referência ética e inovadora para todas as profissões. Este impulso de abertura e cooperação deve materializar-se numa participação ativa, determinada e visível da advocacia portuguesa em campanhas de cidadania e na promoção do acesso universal à justiça digital.

É imperioso que demonstremos, em cada iniciativa, que o papel dos advogados é absolutamente essencial para o avanço da sociedade. Ao assumirmos este protagonismo, afirmamo-nos como um verdadeiro motor de transformação social e jurídica, promovendo valores de justiça, equidade e inclusão em todas as esferas da vida pública.

Os desafios da inteligência artificial na advocacia

A crescente adoção da inteligência artificial (IA) no setor jurídico traz inúmeros benefícios, como automação documental, pesquisa jurídica avançada e maior eficiência. No entanto, surgem também desafios que a advocacia precisa considerar:

- **Ética e imparcialidade:** algoritmos podem reproduzir ou amplificar vieses existentes, levantando preocupações sobre discriminação e justiça nas decisões automatizadas.
- **Responsabilidade e transparência:** decisões geradas por IA devem ser compreensíveis, auditáveis e atribuíveis, o que nem sempre é simples em sistemas opacos.
- **Proteção de dados:** o uso massivo de dados para treinar modelos de IA exige o cumprimento rigoroso da legislação de privacidade e proteção de dados pessoais.
- **Impacto no mercado de trabalho:** a automação de tarefas pode transformar funções tradicionais na advocacia, exigindo requalificação e adaptação dos profissionais.

· Desafios técnicos: a integração com sistemas legados, custos de implementação e necessidade de fortalecer a cibersegurança são barreiras frequentes à adoção plena da IA nos escritórios.

Cabe aos advogados promoverem o uso responsável e ético dessas tecnologias, mantendo o foco na justiça, na equidade e na defesa dos direitos humanos.

Sociedades multidisciplinares: riscos e desafios para a advocacia

A ascensão das sociedades multidisciplinares — que reúnem advogados e outros profissionais de áreas distintas — coloca desafios estruturantes à advocacia e à preservação dos seus valores fundamentais.

Entre os principais riscos, destacam-se:

- Preservação da deontologia profissional: a atuação conjunta cria contextos em que pode ser difícil assegurar o cumprimento rigoroso da ética, da confidencialidade e da independência exigidas aos advogados, abrindo espaço para potenciais conflitos de interesse entre diferentes áreas de atividade.

- Identidade e autonomia do advogado: existe o perigo de que a advocacia perca protagonismo, autonomia e autoridade, face a lógicas empresariais que podem sobrepor interesses económicos ao serviço à justiça.

- Reconfiguração e pressão sobre o mercado: a entrada de sociedades multidisciplinares pode aumentar a concorrência de forma desequilibrada, provocar a erosão dos modelos tradicionais de prática jurídica e acelerar transformações, exigindo dos advogados constante adaptação e aquisição de novas competências.

- Desafios regulamentares: adaptação das normas, fiscalização eficaz e garantia da segurança jurídica tornam-se tarefas complexas, face à multiplicidade de profissionais e atividades agregadas. Neste contexto, impõe-se à advocacia portuguesa vigilância, prudência e reforço dos seus princípios — dignidade, autonomia e compromisso com a justiça — para preservar a integridade da profissão frente aos riscos trazidos pelas sociedades multidisciplinares.

Dignidade, relevância social e literacia: uma profissão ao serviço

Restaurar a relevância e a dignidade social da advocacia exige liderança política e compromisso social. Definimos, no Conselho Geral, um plano estratégico para expandir a literacia jurídica como direito fundamental:

- Mais sessões em escolas, coletividades e empresas.

- Novos conteúdos para plataformas digitais acessíveis a todos.

A advocacia não se esgota nos processos — integra, hoje, preocupações com a sustentabilidade, a acessibilidade à justiça e a inclusão.

Apoiamo-nos em códigos de boas práticas ambientais nos escritórios, promovemos inclusão de profissionais com diferentes origens e defendemos — perante organismos nacionais e internacionais — a justiça para todos, sem discriminação.

Saúde mental: cuidar é comprometer-se

Honramos a dignidade não apenas na lei, mas, sobretudo, nas pessoas que a servem. O Conselho Geral pretende implementar um programa a nível nacional de apoio psicológico, totalmente dedicado aos advogados.

Este programa engloba diversas iniciativas com o objetivo de promover o bem-estar emocional e prevenir situações de desgaste psicológico, stress e burnout na profissão.

Entre as principais propostas, destacam-se:

- Linha telefónica de apoio psicológico: atendimento confidencial, disponível para todos os advogados, proporcionando orientação e escuta personalizada.

- Chats com profissionais especializados: acesso rápido à partilha de preocupações e dúvidas, com aconselhamento por psicólogos experientes.

- Videoconsultas com psicólogos: consulta online, flexível e segura, mediante marcação, facilitando o acesso

a apoio clínico sem necessidades de deslocação.

- Recursos digitais de bem-estar: disponibilização de conteúdos como práticas de mindfulness, meditação guiada e exercícios mentais, acessíveis em plataforma própria.

- Workshops e sessões presenciais: realização de encontros promovendo partilha de experiências, técnicas de relaxamento e fortalecimento da rede de apoio entre colegas.

Pretende-se, assim, garantir que cada advogado tenha acesso fácil, rápido e eficaz a ferramentas que promovam o seu equilíbrio emocional, tornando a saúde mental uma prioridade estrutural na advocacia portuguesa.

O foco é criar ambientes de trabalho mais saudáveis, fortalecer a resiliência dos profissionais e cultivar uma cultura de cuidado contínuo — protegendo quem dedica a vida à defesa da justiça.

Reafirmo: a advocacia é trincheira do Estado de Direito e guardiã da democracia. Inúmeros colegas, em Portugal e além-fronteiras, lideram campanhas de defesa cívica, participam em observatórios internacionais de direitos humanos, são o elo entre povos e sistemas de justiça.

Ao jovem advogado deixo um desafio: sejamos protagonistas do futuro — com ética, ousadia e solidariedade.

O futuro pertence a todos, mas são os nossos passos de hoje, firmes e compassados, que abrirão as trilhas do centenário que há de vir.

Pretendemos promover programas de literacia e consulta jurídica para que todos conheçam e defendam os seus direitos.

A justiça pertence à sociedade e está feita para proteger cada cidadão. Lutamos diariamente para que a igualdade e o Estado de Direito protejam todos sem exceção.

Encerrando, reafirmo: a advocacia portuguesa é mais do que profissão. Somos referência, farol, compromisso social e internacional — e, acima de tudo, portadores da esperança de que a Justiça, sempre, se reinventa, serve e devolve dignidade a cada pessoa.

Juntos seremos exemplo. Juntos seremos futuro. Porque a justiça e a advocacia precisam de toda a sociedade.

O impacto das grandes consultoras no mercado da advocacia

A Deloitte Legal, a EY Law e a PwC apostaram num modelo multidisciplinar e estão a transformar o setor em Portugal. A KPMG também pretende entrar na área dos serviços jurídicos e estuda o modelo. A alteração da lei das Associações Públicas Profissionais facilitou a entrada das consultoras no mercado e abre portas a novos modelos de negócio.

TEXTO

ANTÓNIO SARMENTO

↙ O primeiro ano da EY Law em Portugal foi marcado por uma evolução contínua, compromisso e alinhamento com a cultura e os objetivos estratégicos da organização. A sociedade de advogados independente disponibiliza uma oferta jurídica abrangente, desenhada para responder aos atuais desafios complexos das empresas. Atua em áreas como Corporate/M&A, Bancário e Seguros, Financeiro, Gestão de Ativos/OIC, Imobiliário e Urbanismo, Direito Público, Laboral, Proteção de Dados, Propriedade Intelectual, Contencioso Tributário e, mais recentemente, as apostas em Digital Law e Legal Managed Services. “Estamos a investir em setores estratégicos para a EY Portugal, como Energia e Infraestruturas, acompanhando a relevância destas áreas para a economia e para a transição sustentável. A EY Law segue esta tendência com uma aposta clara no reforço da equipa dedicada, garantindo capacidade para apoiar projetos complexos — desde licenciamento e contratos até questões

regulatórias e de financiamento”, diz João Nóbrega, managing partner da EY Law Portugal, ao *Jornal Económico*.

De igual modo, acrescenta o especialista, o Digital Law foi definido como um dos pilares estratégicos, tanto em Portugal como a nível global. “A transformação digital traz desafios e oportunidades em áreas como inteligência artificial, blockchain, tokenização de ativos, proteção de dados, cibersegurança e regulação tecnológica. A nossa diferenciação nesta área decorre não apenas do conhecimento jurídico especializado, mas também da capacidade de trabalhar lado a lado com os especialistas das outras Service Lines da EY, que são referência em tecnologia e inovação. Esta colaboração permite-nos oferecer soluções jurídicas com uma visão técnica e estratégica única, garantindo respostas completas e alinhadas com os desafios da transformação digital, assegurando inovação e compliance com normas como o AI Act, MiCA e DORA”, sublinha João Nóbrega.

A curto prazo, foi também reforçada a aposta em Life Sciences, acompanhando os desafios regulatórios dos setores

farmacêutico, biotecnológico e dos dispositivos médicos. “Por fim, estamos a preparar o lançamento dos Legal Managed Services, no intuito de responder à necessidade crescente de otimização e eficiência nos departamentos jurídicos das empresas. Todas estas áreas refletem a nossa visão de futuro e o compromisso em criar valor sustentado para os clientes”, afirma o managing partner.

A ambição da EY Law é crescer de forma consolidada, reforçando a base de clientes nas áreas core onde já tem uma presença sólida e reconhecida. “Paralelamente, queremos captar novos clientes nos setores onde acabámos de investir, através da contratação de advogados especializados e da integração de equipas dedicadas, garantindo maior capacidade de resposta”, reforça o especialista.

Em termos de estratégia, a EY Law continuará a combinar crescimento orgânico com movimentos estratégicos de team lifting, integrando equipas reconhecidas no mercado pela sua experiência e capacidade de gerar impacto. “Procuramos profissionais que acrescentem valor à nossa proposta e que, ao mesmo tempo, partilhem os nossos valores e se adaptem





“A transformação digital traz desafios e oportunidades em áreas como inteligência artificial, blockchain, tokenização de ativos, proteção de dados, cibersegurança e regulação tecnológica”, diz João Nóbrega, managing partner da EY Law Portugal

à cultura em perfeita sintonia, reforçando a ambição de construir relações duradouras, assentes na confiança, na antecipação de desafios e na entrega de soluções globais”, diz o responsável.

Inserida numa rede global de advocacia, presente em mais de 90 países, o projeto cresceu de forma sustentável. “Orgulhamo-nos da equipa que construímos e da capacidade de atrair profissionais de referência, que reforçam a nossa proposta de valor. O reconhecimento do mercado e dos clientes, bem como a confiança depositada na nossa equipa, são a melhor prova do impacto que estamos a gerar. Na EY Law, acreditamos que só é possível moldar o futuro com confiança — e é esse compromisso com rigor, talento e visão global que colocamos ao serviço dos clientes todos os dias”, afirma João Nóbrega.

Economia digital

Cristina Cabral Ribeiro, Legal Lead Partner da PwC, explica ao Jornal Económico que a integração numa rede internacional, sob uma “marca fortíssima que atrai os melhores profissionais, permite oferecer uma visão rápida, conhecimento multisectorial e a capacidade de aprender com

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

 **PEDIR DEMONSTRAÇÃO**
+351 217 223 822

Gestão de Processos de Dívida



Centraliza e apoia todos os meios comuns ou alternativos de cobrança pré e judicial



Gere a tramitação dos vários mecanismos processuais e contabilísticos



 **Blue Screen**
IT Solutions

<https://digital.bluescreen.pt/sistema-gestao-juridica>
comercial@bluescreen.pt | Tel.: +351 217 223 822

Análise

outros mercados”. Para a especialista, a estratégia de crescimento assenta na atração seletiva de talento recrutado das melhores casas, com forte background técnico e perfil comercial, promovendo uma abordagem integrada entre áreas jurídicas e não jurídicas, para eliminar barreiras tradicionais e maximizar o valor para o cliente. “Os nossos serviços são o core de qualquer prática jurídica vocacionada para assessorar organizações (públicas e privadas) e famílias empresárias. Temos, no entanto, serviços e forma de os prestar muito distintos da concorrência, tendo em conta a nossa integração na rede multidisciplinar PwC. Em concreto, refiro-me à oferta integrada dos nossos serviços. Alguns exemplos transformadores na ótica do cliente: serviços de M&A integrados com equipas de corporate finance, análise financeira, ESG e cyber; serviços de reorganização societária com input da equipa de estratégia; renegociação de passivo financeiro com equipa de capital markets; negociação de contratos de tecnologia com os nossos especialistas de sistemas e IA; análise de reequilíbrios financeiros de empreitada com equipas financeiras; análise de transparência salarial com base na avaliação e categorização de perfis; serviços de contencioso tributário integrados com a análise substantiva da parte tributária que apenas uma BIG4 possui”, sublinha Cristina Cabral Ribeiro.

A responsável explica também que está a ajudar a função jurídica a transformar-se com recurso à utilização de tecnologia (desenvolvida in-house ou licenciada por terceiro) e técnicas avançadas de reestruturação de departamentos jurídicos, com fixação de novos procedimentos e KPI's, que incluem a maior eficiência e redução de custos. “A PwC internacionalmente possui uma aliança com várias legal tech, incluindo a Harvey e, nesse contexto, a PwC Portugal pode promover o licenciamento por departamentos jurídicos de clientes, o que se tem revelado um instrumento poderoso para acelerar a transformação interna dos nossos clientes”.

Além disso, através da área de New Law, estão a assessorar departamentos jurídicos na sua transformação interna



João Nóbrega
Managing partner
da EY Law Portugal



Cristina Cabral Ribeiro,
Legal Lead partner
da PwC



Mónica Moreira
Managing partner
da Deloitte Legal

com capacitação em termos de tecnologia e novos métodos de abordagem à função jurídica. “Estamos ativamente em processo de recrutamento para reforço da área de bancário e mercado de capitais, que contamos venha a ser uma das nossas próximas áreas fortes. Sobre a nossa área de direito digital, face aos desafios crescentes da economia digital e as alterações legislativas em curso, continuamos a acreditar que, no futuro, esta continuará a ser uma área de vanguarda”, reforça Cristina Cabral Ribeiro, Legal Lead Partner da PwC.

Fusão

A Deloitte Legal é uma sociedade de advogados full service, com foco na advocacia de negócios, inserida numa rede que tem presença global e que permite apresentar soluções multidisciplinares aos clientes. É neste contexto que a fusão da Telles e da Deloitte Legal na futura Deloitte Legal Telles terá um papel determinante. “Com uma ambição e visão comuns, a Deloitte Legal Telles combinará uma cultura de rigor jurídico e independência técnica com o acesso a ferramentas tecnológicas avançadas e a equipas especializadas de diversas áreas, permitindo desenvolver soluções mais completas, eficientes e inovadoras — exatamente ao encontro do que o mercado exige. Com a futura Deloitte Legal Telles, iniciamos um novo ciclo marcado por ambição, crescimento sustentável e um compromisso renovado com a excelência e a inovação jurídica”, diz Mónica Moreira, managing partner da Deloitte Legal, ao Jornal Económico.

A proximidade com os clientes e o conhecimento aprofundado dos seus negócios e setores permitem apoiar empresas nacionais e internacionais no crescimento, na transformação, na gestão de riscos e na adaptação a novas exigências regulatórias. “Num ambiente global cada vez mais complexo, competitivo, de transformação e, também, de incerteza, o objetivo é estarmos ao lado dos nossos clientes enquanto parceiros estratégicos dos mesmos, combinando excelência e rigor jurídico, com uma visão integrada e capacidade de antecipação. A abordagem, com foco na proximidade e no conhecimento aprofundado do negócio e dos setores de atividade, permite-nos apoiar empresas nacionais e internacionais na concretização dos seus objetivos de crescimento e transformação, na gestão dos seus riscos e na adaptação a novas exigências regulatórias. O facto de estarmos inseridos na rede Deloitte, de termos uma assim uma presença global e a capacidade de formar equipas com uma visão integrada, representa uma valia e traz grande valor acrescentado nas soluções que apresentamos aos clientes”, conclui Mónica Moreira.



Paula Gomes Freire
Managing partner
da VdA

Entrar o ano a pensar no crescimento, com otimismo moderado pelo risco

TEXTO

POR RICARDO SANTOS FERREIRA

As sociedades de advogados encaram 2026 com um otimismo cauteloso. A maioria espera um ano pelo menos tão positivo quanto foi 2025, de crescimento sustentado por estabilidade política, continuação do investimento estrangeiro e uma maior atividade transacional, sobretudo em fusões e aquisições, private equity e reestruturações de empresas. A confiança decorre também da resiliência demonstrada pelo setor perante choques recentes, com Portugal cada vez mais integrado nos fluxos internacionais

Mas o entusiasmo não é ingénuo: as sociedades de advogados antecipam a pressão crescente para investir em tecnologia, com a inteligência artificial em foco, digitalização e modelos multidisciplinares,

transformando processos, estruturas e a forma como concretizam o negócio. O talento e a sua retenção tornam-se variáveis críticas; quem não acompanhar a mudança perderá competitividade.

É um ciclo de crescimento seletivo: há espaço para mais operações e novos players, mas também fusões, concentração e modelos híbridos entre advocacia, tecnologia e consultoria, num mercado mais exigente e sofisticado. O otimismo resulta justamente desta combinação: prevê-se mais trabalho, mas também mais exigência e maior escrutínio sobre quem consegue adaptar-se, investir e responder com valor acrescido num ambiente competitivo e em mutação acelerada.

Tarifas, inteligência artificial, tensão, guerra são palavras que continuarão a marcar o ritmo em 2026 que, tudo indica, será um ano de continuada incerteza à escala global.

Neste contexto adverso e apesar das contidas perspectivas de crescimento económico na Europa, olho para Portugal e para 2026 com bastante otimismo.

Portugal apresenta um notável desempenho económico entre 2022 e 2025, marcado por sólidos superávits nos setores público e privado, redução da dívida, crescimento do capital humano e fortalecimento da sua notação de rating, antecipando-se que em 2026 volte a crescer acima da média europeia.

Admitindo que é possível preservar o atual ciclo de estabilidade política, Portugal tem todas as condições para, em 2026, continuar a afirmar-se como um dos principais destinos de investimento na Europa, circunstância que, no atual contexto, é também favorecida pela sua localização periférica e atlântica.

Destacaria ainda dois pilares fundamentais de competitividade que hoje se verificam em Portugal: infraestrutura, nomeadamente de comunicações, de elevada qualidade e um ecossistema de inovação dinâmico, capaz de atrair talentos globais. Juntos criam um ambiente único e atrativo para investimentos estratégicos e crescimento económico.

Neste contexto é de esperar que, em 2026, se destaquem as seguintes áreas:

- Infraestruturas, considerando as intenções do atual Governo nesta matéria.
- Energia, pela sua centralidade na transformação digital.
- Digital e Defesa pelo alinhamento com a política industrial europeia e considerando a vantagem competitiva de Portugal em matéria de preços de energia. O desenvolvimento de data centres e os anunciados investimentos da Microsoft são reveladores do potencial destas áreas no nosso país.

Fórum



Martim Krupenski
Managing partner
da Morais Leitão

Quando olhamos para as perspetivas nacionais, há sempre uma série de previsões que se tornam factos, tal é a sua coerência ao longo dos anos. A primeira é a anemia da economia portuguesa, caracterizada por taxas de crescimento reduzidas – mas que ainda assim tem ultrapassado a média da zona euro, denotando o interesse internacional no nosso mercado. Existe algum otimismo relativamente a setores específicos, como as infraestruturas e transportes e o setor tecnológico dos dados. Temos assistido ainda a investimentos de multinacionais muito interessantes, com uma reindustrialização assente na inovação e no valor acrescentado do conhecimento nacional, mas que dependem, necessariamente, de estabilidade internacional em temas como a energia e as cadeias de distribuição.

A inconstância legislativa, sobretudo em matérias fiscais e laborais, provoca grau de incerteza, por um lado, e obrigada à permanente atualização jurídica e capacidade de resposta. Para muitos clientes, o nosso trabalho passa hoje por acompanhar a evolução das políticas públicas e do enquadramento legislativo e por antecipar tendências regulatórias europeias e globais, que influenciam não só as suas decisões de investimento, mas a sua atividade regular. A segurança jurídica é hoje uma prioridade particularmente complexa, e o compliance ou cumprimento um desafio real para as empresas.

Do ponto de vista operacional, saliento o fosso entre o Estado e as empresas. A digitalização da Justiça e a simplificação administrativa continuam a ser desígnios ainda pouco conseguidos, com alguns avanços, mas mais frequentes recuos, que refletem a falta crónica de investimento em meios humanos e tecnológicos para uma modernização estrutural. As empresas portuguesas têm feito um esforço admirável na digitalização e na eficiência; falta agora que o Estado acompanhe, agilizando processos e dados.



Bruno Ferreira
Managing partner
da PLMJ

Não estamos na melhor fase do mundo, isso é certo. A incerteza parece ser o novo pano de fundo para a política, a economia, o investimento. Temos de nos habituar a conflitos armados efetivos ou iminentes, a mais protecionismo económico, ao ressurgimento dos nacionalismos e populismos.

Penso que teremos um abrandamento do crescimento global, que o tema da inteligência artificial será crucial para mitigar alguma depressão económica porque continuará a sustentar o investimento.

Em Portugal, há uma perspetiva de estabilidade política, que é sempre um dado positivo, ainda que já nos tenhamos habituado a que tudo por aqui mude de um dia para o outro.



Nuno Sá Carvalho
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

Na Cuatrecasas, encaramos o próximo ano com otimismo e conscientes de que há inúmeros fatores que não controlamos que podem ter impacto no desempenho do sector. Cremos que o mercado da advocacia em 2026 deverá ser marcado por uma cada vez maior especialização e uma procura acentuada por serviços de alto valor acrescentado. Neste contexto, a integração de tecnologias digitais por parte das sociedades de advogados, nomeadamente de ferramentas de inteligência artificial e de big data, vai continuar não só a crescer como vai também impulsionar ganhos cada vez maiores de eficiência para as que já utilizam estas ferramentas de forma diária. Esses ganhos vão ser cada vez mais notórios aos olhos dos clientes. A Cuatrecasas tem investido

significativamente na inovação, técnica e tecnológica, como prioridade estratégica, refletindo-se positivamente tanto nas operações como na cultura do nosso escritório. No que respeita à inovação, destacam-se iniciativas que promovem o uso de tecnologia de ponta na prestação de serviços jurídicos, garantindo soluções mais eficientes e personalizadas para os clientes. A adoção de ferramentas tecnológicas avançadas não só acelera processos, como também assegura um enfoque estratégico na qualidade e precisão dos serviços. Os desafios de atrair e manter talento vão continuar a ser uma prioridade para as sociedades de advogados, nomeadamente para a Cuatrecasas. Ao mesmo tempo, vamos continuar a assistir ao aprofundamento da implementação, na prática, do regime da multidisciinaridade, cujos primeiros resultados já pudemos ir assistindo ao longo de 2025. A um nível mais macro, esperamos que o sector do M&A estabilize e volte a ganhar tração em áreas-chave e que o país consiga continuar a atrair investimento internacional. Para isso, será necessário que haja estabilidade política e que a eficiência na área da justiça seja uma prioridade clara. A nível internacional, o desenrolar da guerra na Ucrânia e do conflito no Médio Oriente, o escalar das tensões entre as grandes potências, e as novas formas de guerra híbrida, que envolvem ciberataques, não só a entidades estatais como também a empresas privadas, e a desinformação, têm o poder de a qualquer momento poder gerar uma disrupção a nível regional e até global. Desta forma, é cada vez mais importante que as organizações sejam resilientes e capazes de se adaptar a cenários que podem mudar a qualquer momento.



Inês Sequeira Mendes
Managing Partner
da Abreu Advogados

2026 perspetiva-se como um ano de consolidação das mudanças profundas a que temos assistido, transversais a todas as atividades e às quais a advocacia não está imune. Neste setor, temos o desafio central da rápida adaptação à aceleração tecnológica, à digitalização, ao aumento da complexidade regu-

latória e das novas expectativas de cidadãos e empresas, sem comprometer os valores que sustentam a confiança dos mesmos nesta atividade: independência, sigilo, rigor técnico, compromisso ético e criação de valor.

Esta evolução exigirá a integração mais avançada de ferramentas tecnológicas e modelos inovadores de prestação de serviços. Ao mesmo tempo, torna-se essencial reforçar a compreensão do negócio dos clientes e dos novos desafios que enfrentam, para lá de uma perspetiva puramente jurídica e responder de forma ainda mais rápida e eficaz às solicitações.

Em 2026, a capacitação dos advogados será um eixo crítico: os mais experientes terão de adotar definitivamente novas abordagens e ferramentas; a formação das novas gerações tem também ela de ser reformulada, mas, a par deste eixo, as questões da cibersegurança, sustentabilidade económica, das exigências éticas de um sistema digital cada vez mais complexo, assumirão maior relevância. Em síntese, as perspetivas para 2026 apontam para um ano desafiante, mas com muitas oportunidades de reforço da atividade, identidade e da missão da advocacia.



José Luís Arnaut
Managing partner
da CMS Portugal

Em 2026, enfrentaremos desafios importantes, mas também será um ano de oportunidades. O setor jurídico, como costume dizer, é um setor que depende, como qualquer outro setor, da economia como um todo. Vamos entrar num ano que ficará criticamente marcado pela conclusão, ou não, da Guerra na Ucrânia. Este vai ser um fator-chave para a estabilidade nos mercados, nomeadamente na Europa: mercado que mais impacta a nossa balança comercial.

Não nos podemos esquecer, também, de que mercados tão importantes para o nosso país, como os da França e da Alemanha, vão enfrentar grandes desafios. No caso da França a questão da dívida e no caso alemão, o crescimento. A verdade é que no 3º trimestre, a Alemanha viu a sua economia estagnar, puxada pela queda nas exportações. Ainda assim,

acredito que será um ano de oportunidades com vários setores a poderem vir impulsionar a economia, como o turismo, a defesa e as comunicações, com os data centers.

No caso da CMS, este vai ser um ano importante, pois será o ano de lançamento de uma nova estratégia que irá, certamente, aprofundar os pilares desta organização que está presente em mais de 50 países, com 90 escritórios.



César Sá Esteves
Managing partners
da SRS Legal



Octávio Castelo Paulo
Managing partners
da SRS Legal

O mercado da advocacia deverá intensificar a tendência para maior especialização, equipas multidisciplinares e integração entre Direito, tecnologia, fiscalidade, ESG, cibersegurança e gestão de projeto. A advocacia de negócios será chamada a responder a clientes mais exigentes, quadros regulatórios mais densos e à pressão crescente para soluções jurídicas rápidas, claras e orientadas para impacto.

A inteligência artificial consolidará o seu papel na produtividade, organização interna e análise documental; sem substituir a análise jurídica, mas exigindo formação contínua, modelos de governação robustos e escrutínio ético. A concorrência entre sociedades será mais acentuada, não apenas dentro do setor, mas também pela crescente entrada de estruturas profissionais de consultoria que operam com escala, capacidade tecnológica e propostas integradas. A vantagem caberá a quem combinar rigor técnico, eficiência operacional e verdadeira proximidade estratégica aos clientes.

Num contexto económico mais volátil que já se começa a antecipar, áreas como compliance, criminalidade económico-financeira, proteção de dados, laboral, regulatório e resolução alternativa de litígios deverão ganhar centralidade, reforçando a necessidade de equipas ágeis e especializadas.

No plano mais amplo da Justiça nacional, manter-se-á o desafio de recuperar credibilidade e previsibilidade, com prioridade à simplificação de procedimentos, melhoria dos tempos de resposta e modernização tecnológica. Só uma Justiça funcional e acessível permitirá uma evolução sustentável e alinhada com as necessidades do país.



Fernando Antas da Cunha
Managing partner
da Antas da Cunha Ecija

Penso que o mercado da advocacia em 2026, no que concerne ao desempenho económico, será idêntico ao ano de 2025. Não vislumbramos alterações significativas em nenhuma área em específico. Temos um mercado cada vez mais consolidado, com as empresas a necessitarem de apoio permanente no seu dia a dia, assim como para as suas transações.

Acreditamos, porém, que os serviços que nos vão ser solicitados, começarão a sofrer alterações significativas. O ano de 2026 já vai ter um impacto significativo com a implementação de várias ferramentas de IA no auxílio das tarefas diárias, sejam elas do lado da produção, sejam do lado da gestão. Assim, o setor terá de ser capaz de adaptar a sua oferta a um tipo de serviços distintos daqueles que prestavam até à data.

No lado dos escritórios propriamente ditos, estamos convencidos de que vamos continuar a assistir a um maior movimento de concentrações. Esta tendência ocorre, não só em Portugal, como no mundo inteiro.

Fórum



Gonçalo Capela Godinho
Country chair de Lisboa
da Pérez-Llorca



Manuel Magalhães
Managing partner
da Sérvulo & Associados



Cristina Cabral Ribeiro
Head of Legal
da PwC

2026 exigirá visão estratégica, capacidade de adaptação e liderança para responder aos desafios e aproveitar oportunidades. A volatilidade associada a tensões geopolíticas, pressões macroeconómicas potenciais mudanças de regime em geografias estratégicas, a crescente complexidade regulatória e dificuldades no exercício de valuation de ativos continuará a ter um impacto material nos níveis de atividade transacional. Com relação ao mercado de M&A, é expectável um aumento da atividade em 2026. Como principais catalisadores de crescimento para o trabalho mais transacional: movimentos de consolidação estratégica em alguns sectores, operações de buy & build por fundos de private equity, desinvestimentos de ativos non-core e operações de spin-off como forma de unlock value.

As persistentes pressões causadas por custos elevados de acesso a capital, inflação, e “stress” nas cadeias de fornecimento - em particular em sectores altamente alavancados - poderão causar desafios de liquidez e rentabilidade a alguns grupos. É expectável um maior número de operações num contexto de distress ou reestruturação em 2026.

A nível de sectores, educação, saúde, transição energética e tecnologia (cloud, data centres e AI), deverão continuar a ser “generosos” e a proporcionar um volume interessante de operações. Em Portugal, a defesa assume importância estratégica, com investimentos alinhados com o programa europeu de 1,5 mil milhões de euros para modernização e autonomia tecnológica. A resposta a este desafio gera oportunidades em contratação pública, compliance e cibersegurança.

Com relação ao mercado da advocacia, será, no mínimo, interessante acompanhar e confirmar os movimentos de consolidação internacional iniciados em 2025.

O ano de 2026 inicia-se num contexto de forte imprevisibilidade, mas animado pela esperança do fim dos conflitos militares que marcaram tragicamente os últimos anos.

A evolução do setor da advocacia está, naturalmente, condicionada pela evolução da economia, que, por sua vez, depende da evolução da situação geopolítica. Num contexto de evolução favorável, é de esperar que o setor da advocacia em Portugal continue a beneficiar do crescimento económico, do investimento estrangeiro e do dinamismo de alguns sectores, nomeadamente, do setor financeiro, do imobiliário, energia e infraestrutura, que suportaram muito da atividade desenvolvida em 2025.

Ao longo de este ano, com a alteração do quadro regulamentar das sociedades de advogados e os desenvolvimentos tecnológicos, acentuaram-se algumas das tendências dos últimos anos, nomeadamente de alguma evolução para a multidisciplinidade e de concentração para fazer face aos desafios que marcam presentemente o exercício da atividade. A qualidade, a dimensão, as relações internacionais, a organização e a eficiência são e serão cada vez mais fatores críticos de sucesso. Estas tendências devem permanecer em 2026 e com elas um reforço da concorrência, com a entrada das sociedades multidisciplinares e de sociedades internacionais, num setor crescentemente mais competitivo, complexo e sofisticado.

Por outro lado, a inteligência artificial aprofundará o seu papel de transformação dos serviços jurídicos, com impactos profundos na qualidade e rapidez dos serviços, na gestão do conhecimento e no próprio desempenho da profissão, com exigências acrescidas de cibersegurança e proteção da confidencialidade da informação. Em resumo, espero que o ano 2026 seja um ano de crescimento económico em que o principal desafio para o mercado da advocacia será o de acompanhar e, se possível, antecipar ou mesmo liderar, as profundas transformações tecnológicas e regulatórias que o setor enfrenta.

Antecipo que, em 2026, o mercado da advocacia estará em profunda mutação. A adoção intensiva de tecnologia — da automação à IA generativa — obrigará a repensar a produção e a entrega de serviços jurídicos e, sobretudo, a fixação de honorários: mais previsibilidade e transparência, maior peso de modelos fechados, de subscrição e baseados em valor e resultados, e menos horas faturáveis. Veremos a industrialização/produção de serviços, processos padronizados e equipas híbridas (advogados combinados com drivers de tecnologia e especialistas em processos).

A concorrência intensificar-se-á com novos players: o vigor do legal nas Big Four, projetos internacionais a iniciar operações em Portugal, spin-offs em formato boutique altamente especializadas e a entrada de players internacionais (não profissionais) no capital social de firmas portuguesas, com drive para investimento em tecnologia. Prevejo assim algum investimento estrangeiro no capital social de medium tiers em Portugal.

Departamentos jurídicos, pressionados por agendas de compliance e regulação europeia e com recursos não elásticos, privilegiarão modelos escaláveis, com métricas e integração tecnológica. Neste contexto, destacar-se-á quem articular profundidade jurídica, engenharia de processos e dados, segurança e ética na IA, e uma abordagem verdadeiramente multidisciplinar, próxima do negócio e orientada a resultados.

Em paralelo, acelerarão outras formas de prestação: managed legal services (em modelo de outsourcing permanente ou esporádico), muitas vezes via Alternative Legal Service Provider (“ALSPs”), ou seja, via soluções “as a service” que combinam aconselhamento, tecnologia e capacitação e não necessária ou maioritariamente prestadas por advogados.



João Espanha
Sócio e co-manager
da Broseta



Francisco Espregueira Mendes
Managing partner
da TELLES



Pedro Pinto
Sócio
da pbbr

Em 2026, o mercado da advocacia portuguesa continuará a mudar à velocidade de um prazo feito à pressa... mas, espero bem, para melhor. A tecnologia deixou de ser “futuro” e passou a ser aquela colega que aparece todos os dias sem pedir licença. Automação, análise de dados e IA jurídica já não são opcionais; são ferramentas essenciais para libertar os advogados de tarefas típicas de uma linha de montagem. Não tiram trabalho — tiram trabalho aborrecido, o que é bem diferente.

A multidisciplinaridade, por sua vez, deixou de ser moda para se tornar necessidade. Os clientes querem respostas completas, não debates intermináveis sobre quem faz o quê. Direito, tecnologia, fiscalidade, segurança digital, gestão de risco e sustentabilidade terão de conviver à mesma mesa, mesmo que nem todos sejam simpáticos uns com os outros. Quem insistir em trabalhar em silos corre o risco de ficar a falar sozinho.

Finalmente, o equilíbrio entre especialização jurídica e visão estratégica será o verdadeiro critério de seleção natural. Os clientes querem especialistas, sim, mas especialistas que percebam o impacto económico e comercial das decisões, os problemas e as idiossincrasias da governança e, sobretudo, que coloquem o foco na criação de valor. O advogado de 2026 terá de dominar os Códigos... e o Excel – tudo, sem prescindir da ajuda do nosso novo estagiário, o ChatGPT (que ainda tem muito que aprender). A advocacia tem de aprender a combinar rigor técnico com inteligência comercial. Ou, dito de forma menos poética: quem entender tanto o negócio do cliente como as cláusulas dos seus contratos vingará no mercado. Os que não conseguirem... Darwin explica: a seleção natural não tem piedade — e não aceita reclamações.

Fazer uma previsão para o mercado da advocacia em 2026 é uma tarefa muito difícil, pois vai depender muito da conjuntura nacional e internacional em questões como a geopolítica, o crescimento económico, a inflação, a execução do PRR, o custo da dívida, entre muitos outros fatores, o que obviamente tem reflexo nas empresas e nas pessoas e, em consequência, no mercado da advocacia.

Apesar desta imprevisibilidade, acredito que 2026 será um ano particularmente positivo para a advocacia em Portugal, nomeadamente em setores como a tecnologia, a IA, o imobiliário, a saúde, o turismo, as infraestruturas, a energia e o M&A, mas em que a prestação de serviços jurídicos continuará a evoluir, exigindo cada vez mais grandes investimentos em tecnologia e IA para as sociedades de advogados conseguirem continuar a responder às necessidades cada vez mais exigentes e sofisticadas dos seus Clientes. É por isso que a integração de sociedades de advogados em redes multidisciplinares me parece fazer todo o sentido, permitindo-nos continuar a trabalhar como advogados, mas combinando a prestação de serviços jurídicos com soluções integradas e sofisticadas em muitas outras áreas adicionais, num regime de “chave na mão”.

É também por estas razões que a união da TELLES e da Deloitte Legal na futura Deloitte Legal TELLES nos posiciona de forma distintiva neste novo ciclo, pois permite manter uma cultura de rigor jurídico, de excelência e de independência técnica, enriquecida pelo acesso a ferramentas tecnológicas altamente avançadas, equipas especializadas provenientes de outras áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de soluções jurídicas integradas e inovadoras, capazes de proporcionar aos nossos Clientes respostas seguras, ágeis e estrategicamente orientadas num mercado em constante transformação.

Na pbbr cremos que em 2026 o mercado da advocacia como um todo continuará a ser muito influenciado pelo efeito que a IA tem (i) na forma como as sociedades de advogados trabalham e prestam serviços aos clientes e (ii) no impacto que tal vai ter na organização das mesmas, incluindo na sua estrutura dos custos e receitas, sendo certo que no que respeita aos custos, o investimento em IA passará a ser uma rúbrica permanente e pesada dos balanços.

A criação ou transformação de sociedades em estruturas multidisciplinares também poderá ser acelerada por aquele efeito e eventualmente potenciadora de alguma concentração, pois a digitalização pressupõe músculo financeiro, no curto e longo prazo. Tal como a contratação e retenção de talento, que é um desafio permanente.

Portugal viverá 2026 num quadro de estabilidade política, o que é essencial para que nos mantenhamos numa rota de estabilidade económica e, esperemos, também de algum crescimento, a crer nas previsões realistas. Tal é importante para que cresçam os níveis de investimento, designadamente estrangeiro e sobretudo num cenário geopolítico de alguma incerteza, o que é potenciador de trabalho de assessoria jurídica, pelo menos para sociedades como a pbbr, com uma componente importante e estável de clientela internacional.

Fórum



Nuno Cerejeira Namora
Managing partner
da Cerejeira Namora, Marinho Falcão

Em 2026 vai-se acentuar a concentração nas sociedades de advogados, a fusão de escritórios e a adesão à multidisciplinaridade. Cada vez menos existirão advogados em prática individual, generalistas e em simples partilha de despesas. As PME's vão-se fundir em sociedades de maior dimensão e continuarão a surgir novas "boutiques". O mercado da advocacia vai continuar a sua transformação, impulsionada pela tecnologia, pela procura de maior valor acrescentado e por uma especialização cada vez mais exigente. A evolução da inteligência artificial, especialmente das ferramentas generativas e das soluções de legal tech, continuará a alterar a forma como trabalhamos. Muitas tarefas repetitivas, como análise documental, revisão de contratos ou triagem de processos, serão cada vez mais automatizadas, permitindo que os advogados se concentrem em estratégia, aconselhamento especializado e relação com o cliente.

A gestão de pessoas dentro dos escritórios será igualmente determinante. As equipas vão exigir maior flexibilidade, equilíbrio e formação contínua, sobretudo em competências tecnológicas e analíticas. Os escritórios que investirem de forma consistente no desenvolvimento e retenção de talento terão uma vantagem clara no mercado.

O valor da marca tornar-se-á cada vez mais determinante. Não bastará ser eficiente ou competitivo em preço, será essencial projetar confiança, especialização e modernidade, numa marca agregada que reflita qualidade, integridade e capacidade de adaptação. Esse capital simbólico será crucial para atrair clientes que procuram não apenas advogados, mas parceiros estratégicos para o seu negócio.

Por fim, na minha área de especialização – laboral – antecipo um aumento da procura por serviços ligados ao compliance, à adaptação a novas formas de trabalho, como modelos híbridos ou plataformas digitais, e ao aconselhamento em matérias de privacidade, proteção de dados e regulação da inteligência artificial nas relações laborais.



Nelson Raposo Bernardo
Managing partner
da Raposo Bernardo & Associados

Considero que 2026 será mais um ano positivo para o mercado da advocacia, apesar dos inúmeros desafios, alguns dos quais extremamente exigentes. Cada vez mais as sociedades de advogados devem definir a sua estratégia num horizonte de médio e longo prazo. A multidisciplinaridade apresenta-se como uma via extremamente aliciante, revolucionando o modelo tradicional da advocacia. Mas dificilmente uma revolução ou uma rutura só compreende aspetos positivos: o modelo tradicional continua a incorporar em si vantagens inegáveis que a multidisciplinaridade terá dificuldade em igualar; do mesmo modo, a multidisciplinaridade permite uma abrangência de serviços e de meios que ampliam substancialmente a oferta de uma sociedade e que o modelo tradicional não permite alcançar. O caminho que cada sociedade de advogados seguirá terá reflexos inexoráveis no seu futuro, na sua cultura, na sua presença junto dos clientes e no mercado em geral.

Ao mesmo tempo as sociedades de advogados terão de continuar a investir tudo o que esteja ao seu alcance em tecnologia, especialmente incorporando meios de inteligência artificial, cada vez mais afinados e customizados, nos serviços que prestam. Não fazer esse percurso, ou adiá-lo para além do razoável, não é cenário que possa ser encarado.

E por aqui se percebe a dimensão dos desafios que este ano colocará, pois ao mesmo tempo que opções estratégicas fundamentais e investimentos decisivos se apresentam, as sociedades de advogados não podem esquecer o investimento em talento, sem dúvida o fator mais determinante no presente da sua atividade e na qualidade dos serviços que prestam, bem como - e especialmente - no futuro de sociedade de advogados que pretendem construir.

Na conjugação destas três variáveis concentram-se os principais desafios das sociedades portuguesas para 2026, e creio mesmo que para os próximos anos. É certo que convém

estar atento à crescente especialização dos serviços jurídicos, ao fenómeno crescente de novos escritórios, bem como ao previsível interesse de sociedades de advogados globais pelo nosso mercado, o que podem gerar algumas movimentações no mercado da advocacia no próximo ano. Mas os verdadeiros desafios estratégicos estão claramente plasmados em torno da multidisciplinaridade-tecnologia-talento. É à volta deste tríptico estratégico que as reflexões e decisões se colocarão.



Francisco Proença de Carvalho
Sócio
da Proença de Carvalho

Se nos concentrarmos apenas nos últimos cinco anos, o país e o mundo já enfrentaram múltiplos acontecimentos complexos: desde uma pandemia, passando por uma permanente instabilidade política em Portugal, até problemas geopolíticos internacionais de gravidade extrema. Apesar destas vicissitudes, a advocacia de negócios tem-se mantido resiliente e dinâmica, continuando a desenvolver grandes firmas e a gerar novos players de sucesso. O pior para a advocacia é a estagnação, e disso não nos podemos queixar. 2026 não se afigura especialmente distinto neste aspeto. A consolidação de Portugal no radar internacional de investimento permite-nos acreditar que será um ano, pelo menos, tão bom como o que agora termina, com operações de M&A/Private Equity em perspetiva que, por sua vez, impulsionam o trabalho de outras áreas dos escritórios.

Neste momento, estamos a entrar numa fase com dois fatores que merecem destaque: a afirmação das sociedades multidisciplinares e a consolidação definitiva da advocacia tech-enabled. Quanto a este último ponto, acredito que 2026 será o ano em que a IA se tornará, definitivamente, uma ferramenta de trabalho, tal como o e-mail ou Word. Os escritórios que hesitarem na implementação destes modelos, perderão competitividade e eficiência. Por essa mesma razão, advogados com competências digitais e regulatórias tornam-se ainda mais re-

levantes. Mas, ao mesmo tempo, há uma faceta que se exigirá cada vez mais de um “advogado modelo” e que é insubstituível pela IA: leitura contextual, capacidade de projeção estratégica e orientação em cenários de incerteza, ética, bom-senso, empatia e coragem.



Cláudia Monge
Sócia
da BAS

Em 2026 perspetivamos que a digitalização da atividade da advocacia e, em especial, meios de IA vão exigir dos profissionais e das sociedades de advogados uma resposta renovada, face às mudanças tecnológicas, económicas e sociais num mundo cada vez mais globalizado, com respeito à ética profissional.

O setor enfrentará importantes desafios em 2026, por exemplo, na área da contratação pública, em matéria de compras públicas ecológicas e na execução dos objetivos de responsabilidade social e ambiental. São alguns dos objetivos da BAS para o próximo ano apostar numa maior atuação na defesa de direitos humanos e da responsabilidade social e ambiental e desenvolver áreas como Direito do Ambiente e a sua articulação com Direito da Saúde.

Estaremos igualmente atentos às questões de emprego e às novas políticas económicas da União Europeia, em especial as decorrentes da defesa e da transição para uma economia descarbonizada e digital.

Continuará a existir da parte dos clientes uma exigência da nossa resposta na Proteção de Dados, em face do reforço do quadro normativo em matéria de dados pessoais e dados relativos à saúde, com o Espaço Europeu de Dados de Saúde, cujo desenvolvimento iremos também apostar.

Os pilares da nossa sociedade resultam numa atuação de acordo com elevados padrões de ética, bem como a inovação, a experiência e o compromisso com a prossecução da excelência técnica e com a identificação de soluções jurídicas rigorosas.



Domingos Cruz
Managing partner
da CCA Law Firm

O mercado da advocacia em 2026 em 10 palpites (provavelmente errados, exceto o último):

1. Fusões e cisões: mais escritórios a fundirem-se e surgimento de projetos altamente especializados.

2. Digitalização acelerada: pressão crescente na rapidez, na entrega e na implementação de processos eficientes, com consequente aumento de investimento em sistemas e tecnologia.

3. Princípio do Fim da hora faturável: maior contestação ao modelo tradicional baseado na hora, enquanto se exige aumento de remunerações, uma combinação que pode acelerar saídas.

4. Primeiro escritório nativo digital: Portugal verá nascer o primeiro lawtech100% digital.

5. Capital externo: o primeiro escritório financiado por fundo de investimento.

6. Aumento da atividade transacional: PME, start-ups e scaleups a dinamizar operações, com Corporate Venture Capital, fundos de crescimento e Search Funds a ganhar espaço.

7. Regulação em alta: intensificação da atividade regulatória e sancionatória pelos principais reguladores de mercado.

8. Class Actions: afirmação das class actions (ações populares), com o risco de colapso do sistema judicial.

9. Privatização inevitável: TAP deixa de ser pública.

10. IRS com prazo para pagamento até 31 de agosto: com diversos pagamentos por conta, antes e depois.



Bárbara Pestana
Sócia-fundadora
da Paxlegal

Em 2026, espero um mercado da advocacia mais exigente, mais especializado e profundamente marcado pela tecnologia.

A pressão regulatória continuará a crescer, sobretudo nas áreas de imigração, nacionalidade, tech, inteligência artificial, ativos digitais, investimento estrangeiro e compliance, obrigando as sociedades a combinarem rigor jurídico com uma forte capacidade de adaptação.

Acredito que assumirão maior relevância as sociedades que inovam e se reposicionam, abraçando novas áreas, novos modelos de negócio e novas formas de colaboração. Quem souber unir especialização, visão global e uma cultura interna sólida estará preparado para liderar o sector.

Vejo um mercado mais seletivo, onde o cliente exigente procura menos “prestação de serviços” e mais inteligência jurídica, visão holística e capacidade de antecipar cenários.

A tecnologia será inevitável, mas não substituirá aquilo que distingue as firmas de excelência: capacidade de decisão, cultura interna forte e um serviço absolutamente impecável.

Acredito também que crescerá a valorização dos ecossistemas multidisciplinares, capazes de oferecer soluções completas a clientes privados e empresas inovadoras; não apenas respostas técnicas, mas orientação, clareza e confiança.

As sociedades que prosperarão serão as que melhor combinarem sofisticação, agilidade e uma relação humana genuína com o cliente. É isso que o mercado exigirá, e é isso que a Paxlegal pretende entregar.

Fórum



Susana Braz
Sócia
da Santiago Mediano e Associados

2026 deverá trazer-nos um mercado da advocacia mais ousado e menos preso a rotinas tradicionais. A tecnologia deixará de ser apenas uma ferramenta de apoio para assumir o papel de verdadeira parceira de trabalho. Sistemas de IA, automatização de tarefas e plataformas colaborativas deverão libertar os advogados das tarefas repetitivas, permitindo que se concentrem no que nenhuma máquina substitui: visão estratégica, aconselhamento especializado e sensibilidade humana.

Simultaneamente, é espectável que o mercado se torne mais exigente e informado. Os clientes quererão respostas mais rápidas, maior clareza nos custos e soluções jurídicas construídas à medida, não “modelos” repetidos. Os advogados necessitarão de pôr a sua inteligência emocional ao serviço da comunicação e da antecipação de problemas e justificar o seu valor de forma transparente.

Antecipo também um crescimento natural da especialização. Temas como privacidade, sustentabilidade, novas tecnologias, regulação digital e prevenção de litígios deixarão de ser nichos para assumirem um papel central na prática jurídica. Neste contexto, a ESG, que há poucos anos era vista como um “extra”, tornou-se um verdadeiro pilar estratégico, essencial para a criação de valor duradouro e para a competitividade das empresas num mercado cada vez mais consciente e exigente.

Ao mesmo tempo, espero que 2026 marque uma advocacia mais humana e, paradoxalmente, mais tecnológica: próxima dos clientes, mas apoiada em dados; rigorosa, mas ágil; tradicional nos princípios e inflexível nos valores, moderna na prática. Uma profissão preparada para um mundo que não nos permite abrandar.



João Quintela
Advogado
da Cavaleiro & Associados

O que espero do mercado da advocacia em 2026, advém da instabilidade política que se verificou ao longo deste ano agravada por novas eleições legislativas seguidas de autárquicas e as presidenciais no início de 2026. O setor é permeável à instabilidade do país que tendencialmente gera um impacto negativo no mercado de M&A, pela perceção global dos investidores a médio prazo.

Prefiro focar-me neste cenário e preparar-me para a intensificação de trabalho que daí resulta ao nível do setor privado, nas operações de Compra e Venda (C&V) de empresas e, no setor público na Contratação Pública (CP) fruto de o prazo de candidaturas do PRR ter derrapado até finais do primeiro semestre de 2026. A chamada Reforma da Lei Laboral tem marcado a Justiça e prevê-se que continue a gerar alguma emoção junto da sociedade, ainda mais numa fase pré-eleitoral. O Direito do Trabalho será uma tendência nos serviços jurídicos prestados e na Cavaleiro & Associados acompanhamos com atenção redobrada a sua evolução.

Em termos macro, a advocacia portuguesa está a atravessar uma fragmentação da lógica societária com movimentações de advogados que criam estruturas mais ágeis, especializadas em nichos de mercado, como no âmbito da advocacia de negócios, o Direito Fiscal, Bancário e M&A. A especialização e o conhecimento local e regional podem se substanciar num fator distintivo a nível societários.

A nível internacional a instabilidade em termos geoestratégicos com a imposição da política de taxas pelos EUA aos mercados exportadores como é a Europa, afetará as tarifas alfandegárias e a incerteza no mercado que não é boa para o investimento e economia global.



Samuel Fernandes de Almeida
Managing partner
da MFA Legal & Tech

Para 2026, prevemos que continue o processo de reconfiguração do mercado legal, com entrada de novos players, possíveis processos de consolidação – como sucede com a criação da nova Telles Deloitte Legal – reforço das Big4 no setor, e criação de novos projetos com forte especialização em áreas de nicho.

A pressão sobre a rentabilidade, necessidade de crescimento, retenção de talento e diminuta capacidade de investimento em tecnologia está a causar constrangimentos, sendo que a escassa capitalização das firmas portuguesas inviabiliza o investimento massivo em tecnologia e desenvolvimento de software. Em Espanha, a Garrigues investiu 70M€ nos últimos 5 anos em digitalização e inovação tecnológica, e a Deloitte anunciou investimentos a nível global de 2bi para os próximos anos. Consolidação regional e global parece ser uma tendência.

Poderemos assistir à entrada de novos parceiros de capital ou reconfiguração das estruturas de governance e societárias, libertando sócios para novos projetos. Acreditamos que haverá um maior foco nas áreas transacionais, Tech e de elevado valor acrescentado.

Na MFA Legal & Tech estamos atentos a estes movimentos, apostando em serviços jurídicos de elevada especialização tecnológica, estreitamento da ligação à academia, assim como no reforço da capacitação do escritório nas nossas áreas de Fiscal, Penal, Tecnologia/Regulatório e gestão de risco. Proximidade, conhecimento, elevada senioridade e excelência continuam a ser o nosso fator de diferenciação, sendo que estamos atentos ao mercado e a oportunidades de atrair mais talento, sem perdermos a nossa matriz de boutique altamente especializada.



Nuno Fonseca Alves
Managing partner
da NFS Advogados



Pedro Malta da Silveira
Sócio fundador
da SPS Barrilero



Manuel Gibert Prates
Sócio fundador
da SPS Barrilero



Marcos Sousa Monteiro
Managing partner
da Linklaters

O novo ano adivinha-se pleno de desafios para o mercado da advocacia. Estes desafios vão exigir, para além de uma postura atenta por parte das sociedades de advogados, uma preparação atempada e uma predisposição para a mudança. Explico.

Por um lado, o desafio colocado por alterações legislativas, já em fase de implementação ou ainda em fase de discussão legislativa. Curiosamente, todas elas incidindo sobre áreas de atuação preferencial da NFS Advogados.

Em primeiro lugar, as mais recentes alterações na área da Imigração, com as mudanças à Lei dos Estrangeiros em vigor desde 23 de outubro, quanto a vistos e entrada em território português, cidadãos da CPLP, empreendedorismo e inovação, ou reagrupamento familiar. Em segundo, e relacionada com a mesma área, as previsíveis alterações à Lei da Nacionalidade. Em terceiro, a reforma laboral. Uma alteração que se adivinha profunda, que vai levantar dúvidas de aplicação e, em consonância, inúmeras questões a esclarecer por parte da NFS Advogados aos seus clientes.

Por outro lado, o desafio colocado pela multidisciplinaridade, já visível na forma como se vão recolocando as sociedades de advogados, em formatos híbridos, com equipas recompostas, e na forma como vão entrando no mercado novas sociedades, com apostas e posturas diferentes da advocacia dita tradicional.

A NFS Advogados tem uma equipa preparada e coesa. Uma equipa que responde a desafios diariamente, que vai encarar o novo ano com a mesma postura de rigor e profissionalismo que sempre a caracterizou, e que sempre a demarcou das restantes sociedades. Assim será.

Enquanto alguns setores ainda olham para a inteligência artificial com reservas, 2025 tornou claro que o setor legal é um dos seus principais entusiastas. As sociedades de advogados impulsionaram indiscutivelmente o uso de IA, atualizando funções tradicionais e criando outras quase exclusivamente ligadas à tecnologia. Assim, mais do que falar sobre a transição digital e o seu impacto, ganhará a corrida à IA quem conseguir uma adoção tecnológica rápida e eficaz. Esta será uma das dinâmicas do mercado da advocacia em 2026. Este movimento responde a pressões já instaladas e que passarão o ano: compressão de honorários, necessidade de respostas cada vez mais rápidas e urgência em libertar tempo para trabalho jurídico estratégico.

A estas exigências juntam-se alterações que marcarão o setor jurídico internacional: o atual enquadramento global, marcado pela instabilidade das relações comerciais e por um crescimento económico internacional morno, trará desafios acrescidos às empresas, reforçando a procura por equipas capazes de antecipar riscos internacionais. Em paralelo, a evolução da IA, simultaneamente aceleradora de produtividade e amplificadora de riscos, introduz maior volatilidade nos setores mais expostos à tecnologia, exigindo acompanhamento jurídico atento e informado.

Em 2026, destacar-se-ão as sociedades que consigam articular direito, tecnologia e leitura atenta do contexto internacional. Desta forma,

o tradicional trusted advisor assume algumas resoluções de Ano Novo: tornar-se num advogado plenamente integrado com a tecnologia, mas com sexto sentido apurado para navegar a complexidade jurídica global.

Depois de um ano disruptivo em termos geopolíticos, 2026 será o primeiro ano em que os efeitos das mudanças operadas em 2025 se farão sentir de modo mais nítido.

Na Europa espera-se um desenlace quanto ao impacto da guerra, tanto na Ucrânia como de modo mais global. Os desafios são muitos, mas nem por isso a regulação europeia mostra sinais de abrandar ou de se ajustar ao contexto global adverso, o que impacta a competitividade e o crescimento.

Estes e outros fatores afetarão de forma imprevisível o mercado de advocacia na Europa, mas espero em Portugal um mercado exigente em que os escritórios terão de competir cada vez mais a nível internacional pelos papéis principais nas grandes transações ou até no mid-market.

O mercado premiará escritórios que se diferenciem por terem processos, tecnologia e equipas capazes de se adaptar aos assuntos mais complexos. 2026 será o primeiro ano em que a maior parte das transações, financiamentos e resoluções de litígios em Portugal terá o apoio de ferramentas de IA para aumentar a eficiência e o ritmo transacional.

Face ao contexto macroeconómico e às exigências regulatórias crescentes, destacam-se 3 temas para 2026: (1) pressão sobre custos de financiamento e novos desafios à transição energética e digital; (2) tendência acrescida para consolidação; e (3) aceleração tecnológica: a IA deixará de ser uma vantagem competitiva para se assumir como ferramenta essencial na oferta de valor acrescentado ao cliente, sendo crucial conciliar o apoio tecnológico com o julgamento jurídico, visão de negócio e sensibilidade humana.

Fórum



Rui Bello da Silva

Advogado
da J+Legal



José Mota Soares

Sócio e Head of Portugal
da Andersen



Fernando Magiolo Magarreiro

Sócio
da AFMA

Em 2026, a advocacia de negócios em Portugal dará um salto definitivo para um modelo onde a tecnologia não é apenas suporte, mas parte da identidade da profissão. A IA deixará de ser vista como ferramenta “nova” para assumir o papel de segundo cérebro das equipas, capaz de ampliar a capacidade analítica e acelerar decisões. O verdadeiro desafio será usar esta capacidade acrescida com critério, preservando o rigor, a qualidade e a confiança que historicamente legitimam a profissão.

O ano será marcado por uma integração mais estreita entre direito, tecnologia e gestão. À medida que operações e projetos se tornam mais complexos, as equipas jurídicas terão de combinar especialização com competências tecnológicas, domínio de dados, métodos de gestão de projetos e articulação com outras áreas técnicas. A capacidade de coordenar processos será tão relevante quanto a qualidade da análise jurídica.

Num mercado mais competitivo e sujeito a métricas, os clientes exigirão valor tangível: previsibilidade, clareza de custos e soluções que apoiem decisões de negócio mais rápidas. Modelos tradicionais serão pressionados por análises preditivas, automação de fluxos, cloud integrada e ciber-resiliência reforçada. As firmas que entendam este novo motor (talento, processos e tecnologia a trabalhar em conjunto) estarão melhor preparadas para responder às exigências do ano.

2026 trará um novo compasso à advocacia portuguesa, onde tecnologia e conhecimento caminham lado a lado e o impacto se mede na clareza das soluções entregues. As firmas que conseguirem unir competência jurídica a uma visão estratégica serão as que avançarão com a mesma cadência da transformação económica e regulatória do ano.

A advocacia e os serviços profissionais na Península Ibérica vivem uma fase de acelerada transformação. A digitalização, a inteligência artificial aplicada à análise documental e a automatização de tarefas deixaram de ser tendências e tornaram-se infraestrutura. Este avanço liberta o advogado das funções repetitivas e reforça o seu papel como conselheiro estratégico, dedicado ao juízo crítico, à interpretação do contexto económico e regulatório e à criação de valor real para os clientes.

Simultaneamente, a multidisciplinaridade ganha força. As sociedades integram competências de gestão, fiscalidade, sustentabilidade, comunicação ou ciência de dados, respondendo à complexidade crescente dos mandatos e elevando a competitividade internacional. Este modelo mais amplo e colaborativo permite oferecer soluções jurídicas que refletem o negócio, o setor e os desafios globais.

Outro vetor em ascensão é a entrada de fundos e capital de equity nas sociedades de advogados. Embora ainda recente em Portugal, esta dinâmica cria novas formas de financiamento, profissionaliza a gestão, traz maior transparência e impulsiona a expansão internacional. Sem abdicar da independência, a advocacia aproxima-se de modelos empresariais mais sofisticados, onde o rigor jurídico convive com a eficiência e a visão de negócio.

O setor avança, assim, para um modelo híbrido, em que a especialização jurídica se articula com estratégia, tecnologia e equipas multidisciplinares. Em 2026, as firmas que melhor souberem integrar estes elementos serão as que liderarão num mercado global exigente e em permanente mutação que pautará o próximo quarto de século.

O sector da advocacia em Portugal prepara-se para um 2026 com profundas transformações. A digitalização, há muito anunciada, tornou-se finalmente uma realidade incontornável da prática jurídica. Sociedades de advogados, advogados em prática individual ou de empresas, enfrentam o desafio de integrar inteligência artificial e automatização nos seus processos de trabalho diários, tornando as tarefas rotineiras mais céleres e menos propensas ao erro humano. A eficiência deixou de ser uma meta, é antes uma exigência do mercado.

A par da tecnologia, o trabalho remoto e a mobilidade consolidam-se como novas realidades. As sociedades de advogados descentralizam-se, promovendo equipas mais colaborativas e com maior flexibilidade, com capacidade de responder a clientes cada vez mais exigentes e informados. Neste novo paradigma, o marketing jurídico digital assume protagonismo: a reputação constrói-se (e destrói-se) online, e angariar clientes passa a depender tanto da presença digital no mercado como da competência técnica dos advogados.

Mas nem tudo são oportunidades.

O sector enfrenta uma concorrência feroz, com um número de licenciados que ultrapassa largamente as oportunidades reais. O mercado de trabalho tem dificuldade em absorver todos os licenciados, não obstante os procedimentos de estágio profissional estarem aligeirados. A cibersegurança emerge como preocupação central, estando em fase final a transposição da Directiva, num contexto de digitalização acelerada, e a retenção de talento torna-se o verdadeiro trunfo das sociedades de advogados.

No universo das legaltechs (legal technologies) - Portugal ainda dá os primeiros passos, sector este ainda muito regulado, mas o caminho para uma maior integração tecnológica é inevitável. 2026 será, pois, o ano em que a advocacia portuguesa se afirmará como moderna, tecnológica e socialmente responsável. O futuro já chegou — e só os que souberem adaptar-se prosperarão.



Tiago Melo Alves
Sócio fundador
da Melo Alves

O mercado consolidará as profundas transformações já em curso, exigindo por parte das sociedades de advogados independentes respostas estratégicas. A entrada de consultoras multidisciplinares reconfigurou o panorama competitivo português. E, assistimos ao surgimento de novas estruturas independentes que se traduzem numa advocacia mais especializada e orientada para resultados.

O contencioso comercial irá manter procura elevada, assim como o direito laboral, as questões de imigração e nacionalidade e o sector imobiliário. O acompanhamento jurídico a investidores portugueses em África e na Ásia continuará em expansão, refletindo a vocação internacional das empresas nacionais. O direito comercial e societário, as operações de M&A, o direito penal económico e o compliance empresarial refletem preocupações dos clientes num contexto regulatório altamente exigente. Ganham cada vez mais relevância as áreas de ESG, energia renovável e infraestruturas estratégicas.

A integração de inteligência artificial na pesquisa jurídica, análise documental e gestão processual deixou de ser opção para ser uma condição de competitividade. A cibersegurança e a proteção de dados emergem como áreas de especialização de alto valor.

A nossa aposta para 2026 assenta numa estratégia de eficiência e proximidade cultural aos mercados onde operamos. Privilegiamos parcerias locais criteriosamente selecionadas — escritórios de advogados, consultores e agentes com profundo conhecimento dos contextos jurídicos, económicos e culturais. Esta é a nossa vantagem competitiva nos mercados angolano e asiático, onde a língua portuguesa e a experiência em jurisdições lusófonas nos posicionam como parceiros estratégicos naturais para investidores internacionais.

Olhamos para 2026 com a responsabilidade acrescida de quem testemunhou as transformações profundas do sistema judicial portu-

guês e com a convicção de que a advocacia independente tem um papel determinante na promoção da justiça e na defesa das garantias constitucionais dos cidadãos.



José Costa Pinto
Sócio
da Costa Pinto

O ano de 2026 será decisivo em especial para a advocacia dos negócios. Num contexto internacional ainda instável, Portugal deverá preservar a sua atratividade para investidores, sobretudo nos setores da energia, tecnologia e infraestruturas, impulsionando operações de M&A e exigindo equipas jurídicas capazes de antecipar riscos num quadro regulatório cada vez mais exigente.

A evolução das políticas de sustentabilidade e as novas obrigações de reporte e due diligence em ESG intensificarão a procura por assessoria jurídica transversal, integrando o governance societário, gestão de risco e responsabilidade corporativa. No plano do corporate e do compliance, prever-se-á maior escrutínio das autoridades de supervisão, impondo sistemas de controlo interno mais sólidos e uma cultura de conformidade que una estratégia, ética e eficiência operacional.

A inteligência artificial continuará a transformar o exercício da advocacia, abrindo espaço à automação de tarefas e ao reforço da análise jurídica, mas exigindo salvaguardas éticas, proteção de dados e rigor no segredo profissional. Num ambiente competitivo, a estabilidade fiscal aplicada à profissão ganhará relevância, exigindo modelos mais claros e previsíveis que apoiem o desenvolvimento dos escritórios e a sustentabilidade da atividade.

Em 2026, afirmar o valor distintivo do advogado, baseado na competência técnica, integridade, deontologia, ética e visão estratégica, será essencial para acompanhar a transformação das empresas e fortalecer a sua sustentabilidade.



Gonçalo Areia
Managing partner
da RBMS

Em 2026, uma sociedade de advogados de média dimensão em Portugal (como a RBMS) enfrenta o triplo desafio que identifico como recorrente nos últimos anos: mercado, pessoas e tecnologia.

No mercado, os clientes exigem previsibilidade, soluções integradas e rapidez, pressionando honorários e propostas. Cada vez mais a diferenciação deixa de estar apenas no “know-how jurídico” (que se mantém o pilar essencial), mas passa a integrar uma enorme proximidade com o cliente, antecipando e partilhando riscos, no que se revela uma prestação de verdadeiro business partner.

No campo das pessoas, a sua essencialidade é cada vez maior (e especialmente na realidade atual da IA), sendo desafiante a gestão do talento: temos de saber acolher equipas por vezes muito jovens que não aceitam modelos rígidos, pedem formação contínua, mobilidade e flexibilidade, mas que têm de garantir qualidade, rentabilidade e cumprimento de metas. A gestão de carreiras, avaliação e feedback são aspetos relevantes, sendo que estruturas de média dimensão por vezes têm maior agilidade e obtêm melhores resultados nestes aspetos.

Por fim, paradoxalmente para alguns (face à transformação tecnológica da IA) penso que o futuro (não apenas da advocacia) será crescentemente humano e não tecnológico, ainda que a transformação digital e a IA generativa obriguem a investir em ferramentas, cibersegurança e novos processos, sob pena de perda de competitividade. Quem não conseguir integrar tecnologia, cultura colaborativa e disciplina de gestão arrisca tornar-se irrelevante num mercado cada vez mais concentrado.

Fórum



João de Lemos Portugal
Sócio
da CCSL

Esperamos um ano de exigência no mercado de advocacia em Portugal. Prevê-se que os clientes procurem equipas especializadas, respostas mais céleres e modelos de serviço mais eficientes. Este movimento favorece particularmente os escritórios com uma dimensão mais pequena, mas níveis de serviço elevados, que combinam profundidade técnica, agilidade e uma relação de maior proximidade com o cliente.

A integração responsável de soluções de inteligência artificial generativa será um diferencial competitivo determinante. Estas tecnologias não substituem o juízo jurídico, mas ampliam a capacidade de análise, aceleram processos e libertam talento para o trabalho que realmente acrescenta valor.

Por fim, 2026 deverá reforçar a mobilidade de talento no setor. As novas gerações procuram culturas mais colaborativas, flexibilidade e trajetórias de crescimento claras. Os escritórios que conseguirem alinhar esta realidade com uma proposta de valor robusta para os clientes estarão melhor posicionados para liderar o mercado.



Duarte de Lima Mayer
Sócio
da Terra Advocacia

A Terra Advocacia chega ao mercado pouco antes da celebração dos 100 anos da advocacia portuguesa, em 2026. Elegemos como áreas preferenciais o Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Imobiliário. “Terra”, como elemento congregador e ela própria essencial, dando o contexto e nutrindo as

nossas vidas. Pretendemos desenvolver uma advocacia de proximidade, baseada na confiança, defendendo os interesses legítimos de quem nos procura e honrando a tradição de qualidade da nossa profissão.

Apresentamo-nos como equipa coesa e experiente, pronta a abrir o seu “guarda-chuva” e a funcionar como “GPS” nos caminhos complexos do Direito, incluindo procedimentos administrativos, negociais e de contencioso. Ser advogado é contribuir para o exercício da cidadania, acompanhando o cliente ao longo do caminho e protegendo-o das “intempéries”, pois bem sabemos o valor de uma voz avisada para nos ajudar a dar os passos certos.

O ano de 2026 será marcante pela legislação associada à Crise da Habitação, com alterações relevantes em licenciamentos e fiscalidade. Sendo um sector com forte peso económico e grande dinâmica, prevemos um ano de adaptação, em que caberá também aos advogados apoiar os vários intervenientes a ajustarem-se às mudanças, antecipando-se maior procura de consulta jurídica. Em geral, não vemos fatores que prejudiquem a evolução positiva do imobiliário; a localização e estabilidade do país favorecem um mercado que exige rigor e que envolve procedimentos complexos. Será também o início de um novo ciclo autárquico, momento oportuno para repensar o território e lançar soluções de planeamento que melhor sirvam as populações e o ambiente. Também aqui esperamos dar o nosso contributo, acompanhando o desenvolvimento de projetos.



Frederico Faria de Oliveira
Managing founder
da Blue Screen IT Solutions

A advocacia portuguesa atravessa uma transformação decisiva. A pressão tecnológica e o novo enquadramento regulatório tornam inevitável a integração de sistemas de IA que elevem a produtividade e reforcem o rigor jurídico. Este movimento ganha expressão concreta com soluções capazes de combinar conhecimento normativo, gestão inteligente de

dossiers e visão transversal sobre a carteira de processos.

Imagine um sistema que domina a legislação e a regulamentação específica aplicáveis a cada tipo de assunto. A cada processo é atribuído um assistente de IA dedicado, conhecedor de todos os dados, peças processuais e histórico relevante, permitindo uma interação confinada ao caso particular, assegurando coerência argumentativa. Em paralelo, um outro assistente opera de forma transversal, identificando aspetos comuns, inconsistências, oportunidades de padronização e chamadas de atenção para casos semelhantes. A adoção de soluções desta natureza irá, em 2026, transformar também o modelo de atuação das empresas com departamentos jurídicos que trabalham em articulação com escritórios externos. A automatização das tarefas repetitivas — da análise documental à gestão de fluxos de cobrança — libertará recursos para decisões estratégicas. A redução de custos operacionais nos serviços mais padronizados será inevitável, mas as organizações que combinarem tecnologia robusta, especialização jurídica e governação de IA estarão melhor posicionadas para aumentar o retorno, garantir conformidade com o AI Act e reforçar a confiança de clientes e parceiros.

A tecnologia deixou de ser um apoio periférico: tornou-se parte integrante da arquitetura competitiva da advocacia. O desafio é claro — integrar estes sistemas com rigor, ética e visão, preparando equipas e processos para um novo padrão de excelência.



Hugo Marques dos Santos
Advogado sénior
da MG Advogados

A inteligência artificial será, sem dúvida, um dos temas que mais impacto terá na advocacia para o ano de 2026. Não por acaso, a advocacia surge repetidamente em relatórios sobre os possíveis impactos da IA, como uma das áreas que se prevê que venham a ser mais afetadas. Importa assim, que os advogados sejam capazes de perceber em que aspetos será inútil competir com esta nova realidade, e conseguirem capitalizar as mais valias que as novas fer-

ramentais, no demais, podem trazer ao negócio – sem se deixar cair no facilitismo acrítico, que por vezes resultam em citações de legislação ou jurisprudência de conteúdo duvidoso.

Num mundo em que qualquer um pode pedir a um software que lhe prepare uma minuta de um contrato ou de uma carta, em meros segundos, importa conseguir demonstrar aos clientes, e ao mercado em geral, que o real valor de uma boa assessoria jurídica, não se reduz ao preenchimento de espaços em branco numa minuta genérica. Esse será, cremos, um dos grandes desafios do futuro na advocacia, e aquele que irá separar a advocacia criativa e de qualidade, das atividades repetitivas e de mero “copy paste”. Este desafio será especialmente importante para as novas gerações que entram no mercado da advocacia a competir com estas ferramentas, e que começam já a ser olhados como supérfluos pelos seus pares, que os deviam acolher e formar.



Gonçalo Simões de Almeida
Managing Partner
da kGSA

2026 marca a passagem de mais um ano desde o fim da informação como serviço pago. Mais um ano em que novas gerações, cientes disto, assumem a liderança dos negócios em Portugal e fora. A exigência continuará tremenda: não vencerá a melhor minuta ou a maior experiência, mas o modelo de assessoria que oferece valor, em vez de intermediar acesso a informação. E o que distingue um do outro é simples:

Assim é. Esperamos um ano em que aumenta a necessidade de criar pensamento sobre o que não foi escrito.



Paulo Monteverde
Sócio da BMA
Baptista Monteverde e Associados

Espero que, em 2026, a advocacia esteja profundamente marcada pela multidisciplinaridade, integrando não apenas competências jurídicas, mas também conhecimento tecnológico e comportamental. Esta combinação será essencial para responder à complexidade crescente das matérias jurídicas e à velocidade esperada no tratamento de matérias jurídicas.

A inteligência artificial deverá assumir um papel decisivo. Ferramentas avançadas permitirão ganhos significativos de eficiência, automatizando tarefas repetitivas, acelerando a pesquisa jurídica e melhorando a gestão de informação. A diferença entre as sociedades que investem seriamente em IA, seja através da adoção de sistemas sofisticados, seja através da formação e treino contínuo dos seus profissionais, e aquelas que permanecem “estáticas” será cada vez mais evidente.

Ao mesmo tempo, o próprio uso de IA tem vindo a gerar novos desafios jurídicos, que já estão a ser objeto de decisões relevantes na União Europeia e nos EUA. Questões sobre responsabilidade, direitos de autor, proteção de dados (incluindo cibersegurança), transparência algorítmica ou uso indevido de sistemas autónomos vão exigir respostas jurídicas altamente especializadas, abrindo espaço para práticas de nicho e novas áreas de atuação.

A eficiência passará a constituir um fator competitivo determinante, influenciando modelos de trabalho e expectativas dos clientes. Não são só “buzz words”: a advocacia que prosperará será a que souber combinar rigor jurídico, inovação tecnológica e capacidade de adaptação permanente.”



João Ascenso
Managing partner
da Ethikos Lawyers Portugal

O mercado da advocacia em Portugal vive uma transformação profunda, impulsionada pela tecnologia e pela entrada de grandes sociedades internacionais com forte capacidade financeira. Esta dinâmica aumenta a concorrência, pressiona honorários e retenção de talento e pode pôr em causa a sustentabilidade do setor. Em 2026, estas tendências deverão intensificar-se, reforçando a necessidade de maior competitividade apoiada em ferramentas tecnológicas.

A inteligência artificial torna-se inevitável, mas o seu uso ainda apresenta riscos significativos, exigindo mecanismos de controlo e investimentos elevados para garantir fiabilidade e aproveitar plenamente o seu potencial. Na Ethikos Lawyers, estamos atentos à evolução da tecnologia e utilizamo-las no quotidiano, embora com uma postura prudente quanto às suas capacidades atuais.

Acreditamos também que a multidisciplinaridade se afirmará em 2026, com mais empresas a oferecer serviços jurídicos. Esta evolução cria oportunidades de soluções integradas para os clientes, mas acarreta riscos relevantes de conflitos de interesse, num mercado mais amplo do que o da advocacia tradicional.

Por fim, salientamos que, num contexto de crescente internacionalização das empresas portuguesas, é essencial que os advogados tenham capacidade acompanhar os seus clientes. Foi com essa visão que fundámos a Ethikos Lawyers, hoje presente em Portugal, Bélgica e Luxemburgo, e agora também com parceiros nos Estados Unidos.

Fórum



Gonçalo Almeida
Founding partner
da Almeida & Associados

Em 2026, a advocacia de negócios em Portugal atuará num contexto de crescente complexidade normativa, pressão tecnológica e exigências elevadas de rigor e responsabilidade profissional. O ambiente regulatório, em constante evolução, impõe uma atuação preventiva e estratégica, exigindo antecipação de riscos, interpretação crítica de novos diplomas e articulação de soluções integradas entre áreas do direito.

A adoção de tecnologias disruptivas, em especial da inteligência artificial, suscita desafios quanto à responsabilidade civil, proteção de dados e mitigação de vieses, exigindo respostas jurídicas prudentes e inovadoras. A multidisciplinaridade deixa de ser opção, tornando-se condição essencial para serviços de elevada complexidade, assegurando o cumprimento simultâneo de critérios técnicos, estratégicos e éticos.

Nos procedimentos administrativos, o desafio será o de melhorar e integrar plataformas digitais, respondendo a volumes crescentes de pedidos com transparência, rapidez e integridade. Será crucial integrar a inteligência artificial de forma segura e ética, permitindo triagem e gestão de informação, combater a discriminação algorítmica, reforçar a transparência das decisões automatizadas e proteger inequivocamente os direitos dos requerentes. Nos processos judiciais, o desafio central será a celeridade das decisões sem comprometer a qualidade do julgamento. Embora a inteligência artificial ainda não tenha uma autonomia minimamente razoável, do ponto de vista da burocracia processual, o seu contributo é promissor, e poderá contribuir para uma Justiça mais célere e equitativa.

A advocacia deverá acompanhar o ritmo dos negócios jurídicos mediante integração responsável de ferramentas tecnológicas, adaptando-se ao futuro.



João Miranda de Sousa
Sócio responsável pelos escritórios em Portugal
da Garrigues

Antecipamos que 2026 será um ano marcado por desafios e oportunidades para o setor jurídico, num contexto global de elevada incerteza geopolítica e económica. No próximo ano Portugal deverá beneficiar de um ambiente empresarial favorável, sustentado pelo crescimento económico, pela atração de investimento estrangeiro e por políticas de incentivo em áreas estratégicas como tecnologia e energias renováveis, a par do desafio de acelerar a modernização e digitalização do sistema de justiça.

Para os escritórios de advogados, a integração efetiva da digitalização na prática diária será determinante, assim como a capacidade de demonstrar aos clientes o valor das soluções inovadoras. Na Garrigues, após investir mais de 70 milhões de euros nos últimos cinco anos, o foco está agora em transformar essas iniciativas em serviços mais ágeis, seguros e adaptados às necessidades das empresas. A adoção de tecnologias como a inteligência artificial generativa permitirá automatizar tarefas, otimizar processos e dedicar mais tempo ao aconselhamento de maior valor acrescentado.

Continuaremos a apostar no talento, na tecnologia e num crescimento sólido e sustentável. Num mercado cada vez mais competitivo e orientado para resultados, a capacidade de adaptação, a proximidade ao cliente e a inovação contínua serão fatores críticos para reforçar o nosso posicionamento.

Diretório

Nas páginas que se seguem, conheça as principais sociedades de advogados que operam em Portugal, com apresentações institucionais que são da responsabilidade de cada escritório. O diretório inclui ainda uma listagem não-exaustiva das sociedades de advogados portuguesas, com os respetivos dados de contacto.

alínea a)



**Abecasis, Moura Marques
& Associados**

Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 3

Nº total de Advogados: 11

Nº de Advogados Estagiários: 3

Nº de outros Colaboradores: 4

SÓCIOS

- » Paulo de Moura Marques
- » José Filipe Abecasis
- » Mariana São Bento

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Administrativo
- » Arbitragem
- » Águas e Saneamento
- » Arbitragem
- » Clientes Privados
- » Contencioso
- » Contratação Pública
- » Energia e Recursos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Infraestruturas e Projectos
- » Insolvências e Recuperações
- » Investimento Internacional
- » Ordenamento do território
- » Saúde
- » Segurança Social
- » Transportes
- » Urbanismo e Turismo

O QUE NOS DISTINGUE:

- » Advogados, parceiros de confiança do cliente;
- » Proximidade, dedicação e eficiência;
- » Inovação: apresentação de serviços personalizados focados no detalhe (sector de actividade e tipo de cliente);
- » Compromisso com a excelência e especialização;
- » Visão;
- » Rápida capacidade de resposta;
- » Antecipação de problemas, gestão do risco;
- » Ligações de confiança com sociedades de advogados internacionais de referência.

www.aamm.pt

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

AAMM-Sociedade de Advogados assegura aconselhamento jurídico especializado, sendo reconhecida pela excelência, rigor e proximidade dos serviços prestados ao Cliente e atuando essencialmente na área de Direito Público e Administrativo.

Os advogados que integram a reputada equipa de Direito Público contam com uma ampla experiência e conhecimento profundo em matérias relacionadas com contratação pública (particularmente em empreitadas e concessões), contencioso administrativo e arbitragem, ordenamento do território, possuindo um elevado grau de especialização em importantes sectores de actuação como a Saúde, Turismo, Imobiliário, Aviação, Construção e Obras Públicas, Aeronáutica, Urbanismo, Águas e Saneamento. AAMM Sociedade de Advogados assegura ainda um acompanhamento jurídico eficiente

em questões relacionadas com Investimento Internacional, Fiscal, Infraestruturas e Ordenamento do Território.

A AAMM Sociedade de Advogados dispõe de serviços especializados e adaptados às circunstâncias actuais do mercado global, propondo as melhores soluções e estratégias para o presente e futuro.

Os clientes são o foco, e a AAMM pretende prestar os melhores serviços nas jurisdições onde os seus clientes desenvolvam a sua actividade, pelo que mantém parcerias com sociedades de advogados internacionais de referência. O trabalho dos advogados de AAMM tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional facto que constitui motivo de grande orgulho uma vez que reflete a opinião dos nossos clientes.



Lisboa: (+351) 211940538 Fax: (+351) 211940539 | Avenida da Liberdade, n.º 190, 1.º B, Edifício Avenida 190, 1250-147 Lisboa, Portugal | geral@aamm.pt

Porto: (+351) 224933960 | Praça do Bom Sucesso, n.º 61, 10.º, Bom Sucesso Trade Center, Sala 1002, 4150-145 Porto, Portugal

Funchal: (+351) 291103210 | Avenida Arriaga, n.º 42, Edifício Arriaga, 4.º andar, escritório 4.2, 9000-064 Funchal, Portugal | www.aamm.pt

ANTAS DA CUNHA ECIJA



adcecija.pt

A Antas da Cunha Ecija é uma sociedade de advogados, full service, ibero-americana que se afirma, como a primeira Full AI Firm em Portugal, integrando de forma transversal, estratégica e sustentada a Inteligência Artificial em todas as vertentes da sua atividade.

Com uma década de percurso, a sociedade consolidou-se como referência na advocacia nacional pela sua cultura de inovação contínua. Reúne hoje mais de 200 profissionais em Portugal, distribuídos por Lisboa, Porto e Braga, organizados em equipas multidisciplinares que trabalham em estreita colaboração com os seus clientes.

Este posicionamento inovador é reforçado pela integração na rede ECIJA, uma das maiores sociedades de advogados ibero-americanas, com mais de 1.000 profissionais e 35 escritórios e 18 jurisdições. Em articulação com a aliança estratégica estabelecida com a sociedade anglo-alemã Taylor Wessing, a Antas da Cunha Ecija passa a atuar a partir de uma plataforma global que agrega cerca de 3.000 profissionais em mais de 30 países.

A aposta na transformação digital e na Inteligência Artificial tem sido sucessivamente reconhecida pelo Financial Times Innovative Lawyers Awards Eu-

rope, que distinguiu a sociedade, em 2022, como Most Innovative Law Firm in Continental Europe e, em 2025, na categoria de Digital Strategy, pela implementação do projeto de Full AI Firm; e pelo The Lawyer, em 2024, com o prémio de Best Transformative Project in Europe. A Sociedade é ainda destacada por diretórios internacionais como Chambers and Partners, The Legal 500 e Leaders League, entre outros.

A trajetória da Antas da Cunha Ecija mantém-se marcada pelo mesmo compromisso que a define: proximidade, excelência e um olhar permanente sobre o futuro.

ESCRITÓRIOS IBÉRICOS

- » Barcelona
- » Braga
- » Islas Canarias
- » Lisboa
- » Madrid
- » Pamplona
- » Porto
- » Sevilla
- » Valencia
- » Vitoria
- » Zaragoza

ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

- » Argentina
- » Brazil
- » Chile
- » Colombia
- » Costa Rica
- » Ecuador
- » El Salvador
- » Guatemala
- » Honduras
- » México
- » Nicaragua
- » Panamá
- » Perú
- » Puerto Rico
- » República Dominicana
- » Uruguay

SÓCIOS

- » Fernando Antas da Cunha
- » Pedro da Quitéria Faria
- » João Carlos Teixeira
- » Henrique Moser
- » Joana Cunha d'Almeida
- » João de Moraes Vaz
- » Nuno da Silva Vieira
- » Amílcar Silva
- » Alexandra Mota Gomes
- » Odete Sousa Pereira
- » Ana Bastos
- » Paulo Morgado
- » Ricardo Cardoso
- » Jane Kirkby
- » Raquel Ribeiro Correia
- » Rui de Amorim Mesquita
- » João Magalhães Ramalho
- » Patrícia Paias
- » José Luís da Cruz Vilaça
- » Paulo de Almeida Sande
- » Tatiana Cardoso
- » Joana Pinto

Nº Sócios: 22

Nº Total Fee Earners: 144

ÁREAS

- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Comercial e Societário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Criminal, Contraordenacional e Compliance
- » Desporto, Moda e Entretenimento
- » Família, Sucessões e Empresas Familiares
- » Fiscal
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Laboral
- » Life Sciences & Healthcare
- » Private Clients
- » Público
- » Seguros e Responsabilidade Civil
- » TMT - Tecnologia, Media e Telecomunicações (Privacy & Cybersecurity, Intellectual Property, Digital Economy, Technology Transactions)
- » União Europeia, Concorrência e Investimento Estrangeiro

Desks: Imigração & Cidadania, French Desk

<https://adcecija.pt/>

Lisboa: Edifício Amoreiras Square, Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 – 2.º Piso, 1070-313 Lisboa | T. +351 21 319 2080

Porto: Rua Eugénio de Castro, 352 – 2.º Andar, Sala 26, 4100-225 Porto | T. +351 22 605 13 30

Braga: Rua de Janes, 20 – 1.º Andar, Sala 101, 4700-318 Braga | T. +351 25 399 52 96 | E-mails: geral@adcecija.pt



Cerejeira Namora Marinho Falcão

an **auren** member firm

Nº Sócios: 6
Nº de Advogados: 56
Nº de Consultores: 6
Nº de Advogados Estagiários: 17
Nº de Outros Profissionais: 14

SÓCIOS

- » Nuno Cerejeira Namora
- » Pedro Marinho Falcão
- » Pedro da Costa Mendes
- » Ricardo Maia Magalhães
- » Alexandre Jardim
- » Gonçalo Cerejeira Namora

ÁREAS

- » Arbitragem
- » Bancário e Financeiro
- » Civil
- » Contencioso
- » Corporate
- » Desporto
- » Direito Biomédico
- » Família, Menores e Sucessões
- » Fiscal
- » Imobiliário, Turismo & Construção
- » Laboral
- » Público
- » Penal e Contra-ordenações
- » Privacidade, Digital & Tecnologia
- » Propriedade Intelectual
- » Recuperação de Créditos

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS



<https://www.cnmf.pt/>

Cerejeira Namora, Marinho Falcão

Shaping the future

Desde 1992 que a Cerejeira Namora, Marinho Falcão cimenta um posicionamento dinâmico, multidisciplinar e inovador, respondendo aos desafios mais complexos do mercado. O que começou há mais de 30 anos com 2 sócios fundadores e 2 áreas de especialidade, hoje multiplica-se por uma Sociedade com valências multidisciplinares e atuação transversal em todas as áreas do Direito e para todas as áreas de negócio.

A aliança firmada com a multidisciplinar Auren, em 2023, reflete um passo firme e aposta decisiva na internacionalização. Com uma marca renovada, distingue as suas pessoas pela excelência e profissionalismo, qualidades essenciais para alavancar o sucesso dos Clientes e apoiar a Comunidade onde se insere.

Mais de 30 anos passados, a missão continua a ser a mesma: Ser um parceiro para todos os momentos, assumindo um papel central na vida dos Clientes e defendendo os seus interesses. Desenvolver talento, através de ações de formação contínua e desenvolvimento pessoal de cada profissional. Apoiar a comunidade, através de programas inseridos dentro da estratégia de responsabilidade social. Alinhada com uma estratégia de expansão internacional e

de forma a assegurar as necessidades transfronteiriças, a Cerejeira Namora, Marinho Falcão marca também presença na IR Global, uma rede mundial de sociedades que presta aconselhamento de serviços legais, financeiros e contabilísticos a empresas ou indivíduos em mais de 155 jurisdições. Com um compromisso claro de devolver à sociedade aquilo que se recebe, a Cerejeira Namora, Marinho Falcão colabora de forma regular com várias instituições de solidariedade social, quer através do apoio jurídico pro bono, quer em casos e causas de interesse social ou manifesta injustiça. Colabora regularmente com as associações “Coração da Cidade”, “Vida Norte” e “Pro Bono Portugal”, sendo membro-fundador da Aliança Pro Bono Portugal. Além da ação pro bono, a sociedade está integrada no Grace - Empresas Responsáveis, reforçando a importância da cidadania, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Recentemente tornou-se parceiro da Stand4Good, onde irá integrar o programa de Mentoria, com o objetivo de apoiar estudantes de Direito da Universidade do Porto ao longo do ano letivo de 2024/2025.

Telefone escritórios Porto e Lisboa: (+351) 225 573 520 | **Telefone escritório Madeira:** (+351) 291 221 532 | **Email geral sociedade:** geral@cnmf.pt

Porto: Estr. da Circunvalação 7642 Piso 4, 4200-162 Porto. | **Lisboa:** Praça de Alvalade, nº6, 13º Frente, 1700-036, Lisboa, Portugal

Funchal: Rua 31 de Janeiro, nº 12-E, 4º Andar, fração Q, 9050-011 Funchal

REDES SOCIAIS

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/cnmf/> | **YouTube:** <https://www.youtube.com/@cerejeiranamoramarinhofalcao>

Instagram: <https://www.instagram.com/cerejeiranamoramarinhofalcao/> | **Facebook:** www.facebook.com/CerejeiraNamoraMarinhoFalcão



Número de Sócios: 30
Número Total de advogados: 106
Nº Consultores: 7
Nº de Advogados Estagiários: 16
Nº de Colaboradores: 47

SÓCIOS

- » Alberto Galhardo Simões
- » António Magalhães e Menezes
- » António Payan Martins
- » Bernardo Cunha Ferreira
- » Fernando Cruz Trinca
- » Francisco Xavier de Almeida
- » Gonçalo Guerra Tavares
- » Gonçalo Madeira
- » Henrique Peyssonneau Nunes
- » João Caldeira
- » João Leitão Figueiredo
- » João Paulo Gomes
- » João Pinheiro da Silva
- » José Luís Arnaut
- » José Manuel Silva Nunes
- » Luís Abreu Coutinho
- » Luís Miguel Romão
- » Manuel Cassiano Neves
- » Margarida Vila Franca
- » Mónica Carneiro Pacheco
- » Nuno Pena
- » Nuno Figueirôa Santos
- » Nuno Alves Mansilha
- » Patrick Dewerbe
- » Rita Gouveia
- » Sara de Almeida Barroso
- » Sofia Mateus
- » Susana Afonso
- » Tiago Machado Graça
- » Tiago Valente de Oliveira

ÁREAS DE PRÁTICA

- » África Lusófona
- » Bancário & Financeiro
- » Concorrência & UE
- » Corporate M&A
- » Direito Comercial
- » Direito do Trabalho & Fundos de Pensões
- » Direito Fiscal
- » Direito Público
- » Energia & Alterações Climáticas
- » Imobiliário & Urbanismo
- » Propriedade Intelectual
- » Resolução de Litígios

SECTORES DE ATIVIDADE

- » Consumer Products
- » Insolvência & Reestruturações
- » Mercado de Capitais
- » Private Equity
- » Projetos & Infraestruturas
- » Saúde & Ciências da Vida
- » Seguros
- » TMC - Tecnologia, Media & Comunicações
- » Turismo & Lazer

CMS Portugal

Com uma história que remonta a 2012, a CMS Portugal é uma Sociedade de advogados que faz parte da CMS: uma organização internacional de escritórios de advocacia independentes, com 91 escritórios em 50 países.

Os nossos clientes beneficiam da experiência e know-how jurídico em diversos sectores de indústria, bem como de uma cobertura internacional, única em Portugal, que nos permite prestar um serviço verdadeiramente global e com rápida capacidade de resposta. Dispomos de uma equipa multidisciplinar de advogados especializados e empenhados no desenvolvimento de estratégias jurídicas inovadoras, práticas e eficientes, adaptadas às realidades dos nossos clientes, que assentam

num capital de conhecimento adquirido ao longo de mais de 20 anos.

Os elevados padrões de exigência do mundo digital e do mundo físico estão a transformar os mercados e a impulsionar novos modelos de negócio. Na CMS, estamos na vanguarda da inovação tecnológica do sector jurídico, antecipando as tendências do mercado de maneira a desenvolver soluções pioneiras, rápidas e eficientes perante os constantes desafios.

Apostamos numa equipa diversificada com o intuito de contribuir para enriquecer e inovar o serviço prestado, captando e re-tendo o melhor talento nacional e internacional.



EVERSHEDS SUTHERLAND

Número de Sócios: 23
Número Total de advogados: 76
Nº de Advogados Estagiários: 17
Nº total de colaboradores: 122
Nº de Of Counsel: 5

SÓCIOS

- » Miguel Castelo Branco
- » Paula Teixeira da Cruz
- » Gonçalo da Cunha
- » Rodrigo Almeida Dias
- » Diogo Bernardo Monteiro
- » Pedro Guimarães
- » Miguel Lorena Brito
- » João Robles
- » João Couceiro
- » Marta Afonso Pereira
- » Inês Albuquerque e Castro
- » Margarida Roda Santos
- » Rodrigo Barbosa Souto
- » João Osório de Castro
- » Gonçalo Mexia
- » Bruno Arez Martins
- » Sofia Ferreira Enriquez
- » António Cid
- » Dirce Rente
- » Fábio Loureiro
- » João Rocha de Almeida
- » Ricardo Couto
- » Paulo Sampaio Neves

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Bancário e Financeiro
- » Concorrência, Comércio e Investimento Estrangeiro
- » Construção e Engenharia
- » Contencioso e Gestão de Litígios
- » Crime Empresarial
- » Dados, Segurança e Tecnologia
- » Fiscal
- » Imobiliário e Planeamento
- » Laboral e Pensões
- » Propriedade Intelectual
- » Regulamentação dos Serviços Financeiros
- » Seguros
- » Societário e Fusões e Aquisições
- » Angola Desk
- » Moçambique Desk

www.eversheds-sutherland.com

Eversheds Sutherland

A Eversheds Sutherland é uma das top 10 sociedades de advogados globais. Conta com mais de 3.000 advogados em cerca de 70 escritórios localizados em mais de 30 países na Europa, África, Ásia, Estados Unidos e Médio Oriente. Tem também alianças formalizadas em África, América Latina e no Pacífico Asiático, contando com mais de 200 sociedades de advogados integradas na rede Eversheds Sutherland.

A Eversheds Sutherland, em Portugal, tem escritórios em Lisboa, Porto e Faro e está presente em Angola e Moçambique, através das parcerias com a EVC Advogados | Eversheds Sutherland e a AG Advogados | Eversheds Sutherland, respetivamente.

A Eversheds Sutherland presta, assim, serviços jurídicos por todo o mundo e tem capa

cidade para dar uma resposta abrangente às necessidades dos clientes em múltiplas jurisdições, criando grupos dinâmicos e multidisciplinares a nível global. A Eversheds Sutherland apoia clientes nacionais e internacionais, desde individuais ou pequenas e médias empresas a grandes multinacionais, representando 129 das Fortune 200, 75 das Fortune 100, 57 das FTSE 100 e 41 das Fortune 50.

A Eversheds Sutherland valoriza as características únicas de cada cliente e compromete-se a conhecer em profundidade os seus negócios, setores e mercados em que operam. Aliando a este conhecimento especializado a vasta experiência e o *know-how* das suas equipas, a Eversheds Sutherland garante que as pessoas certas ocupam os lugares certos, assegurando a excelência e a eficácia dos serviços prestados.

Lisboa: +351 213 587 500 | Av. da Liberdade, 249, 1.0, 1250-143 Lisboa | geral@eversheds-sutherland.net

Porto: +351 228 346 7 40 | Av. da Boavista, 3265 - 2.8, 4100-137 Porto | porto@eversheds-sutherland.net

Faro: +351 289 096 278 | Av. 5 de Outubro, 14, 4.0, 8000-076 Faro | algarve@eversheds-sutherland.net

Angola: +244 937 406 057 | Edifício Kaluanda, Rua José da Silva Lameira, Piso 2, Escritório 2001, Luanda, Angola | angola@eversheds-sutherland.net

Moçambique: +258 21 359 520 | Av. Vladimir Lenine, 17 4, 1.0, Edifício Millennium Park, Maputo, Moçambique | mozambique@eversheds-sutherland.net



João Nóbrega,
Managing Partner, EY Law
Sara Reis, Sócia, EY Law
Pedro Fugas, Partner,
Country Tax Leader
Miguel Cordeiro,
Sócio, EY Law



Nº de Sócios Advogados: 3
Nº Total de advogados: 32
Nº Total de Advogados Associados
Coordenadores: 9
Nº de Estagiários: 4
Nº Total de Colaboradores: 40

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » M&A e Direito Societário
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Gestão de Ativos e Private Equity
- » Bancário e Financeiro
- » Contencioso Tributário
- » Laboral e Segurança Social
- » Direito Público
- » Digital Law
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » Propriedade Intelectual
- » Seguros
- » Legal Managed Services
- » Energia e Infraestruturas

EY LAW Portugal

Liderança, Crescimento e Inovação no Mercado Jurídico

A EY Law Portugal é uma sociedade de advogados independente, integrada na EY Global Law Network, presente em mais de 90 jurisdições e composta por mais de 3.400 advogados, beneficiando ainda da ligação à rede EY, com presença em mais de 150 países e mais de 400.000 profissionais. Este posicionamento único permite-nos oferecer aos clientes soluções jurídicas sofisticadas, alinhadas com as exigências de um mercado cada vez mais dinâmico, global e regulado.

O último ano foi marcado por um crescimento sustentado e estratégico. Reforçamos equipas e integrámos profissionais de excelência em áreas-chave como Bancário e Seguros, Direito Público, Propriedade Intelectual, Proteção e Dados e Digital Law, acompanhando as tendências do mercado e as necessidades dos nossos clientes. Paralelamente, continuámos a consolidar a

nossa presença nas áreas core, como M&A, Gestão de Ativos, Imobiliário, Private Equity, Contencioso Tributário, Laboral e Proteção de Dados.

A EY Law diferencia-se pela sua abordagem colaborativa e multidisciplinar, trabalhando em estreita articulação com outras áreas da EY — Consultoria, Estratégia, Transações e Fiscalidade — para oferecer uma visão integrada e soluções completas. Esta colaboração, aliada à aposta numa cultura forte e na compreensão profunda do universo EY, potencia a execução da advocacia numa realidade verdadeiramente global.

Estamos também a expandir para novas áreas, como Legal Managed Services, Energia, Infraestruturas e Life Sciences, alinhando-nos com as tendências globais da EY e respondendo aos desafios emergentes do mercado jurídico.

A inovação tecnológica é um pilar central

da nossa atuação. Utilizamos ferramentas avançadas, como inteligência artificial, automação e análise de dados, para aumentar a eficiência, a precisão e a segurança dos serviços prestados, sem nunca abdicar do cunho pessoal e da proximidade com o cliente. Esta integração tecnológica permite-nos entregar soluções jurídicas ágeis, inovadoras e alinhadas com a complexidade do mundo empresarial atual.

Na EY Law Portugal, mantemos o compromisso com os mais elevados padrões deontológicos e éticos, assegurando independência na prática jurídica, mas aproveitando todas as sinergias de uma rede global de excelência. Este equilíbrio faz de nós o parceiro estratégico de eleição para empresas que procuram soluções jurídicas sofisticadas, inovadoras e verdadeiramente globais — porque acreditamos que só assim é possível, juntos, moldar o futuro com confiança!

G A _ P

Gómez-Acebo & Pombo

A Gómez-Acebo & Pombo (GA_P) é uma sociedade de referência no mercado ibérico da advocacia, com mais de cinquenta anos de experiência na prestação de serviços jurídicos de excelência. Atualmente, conta com cerca de 500 profissionais distribuídos por nove escritórios: Lisboa, Madrid, Barcelona, Bilbao, Valência, Vigo, Bruxelas, Londres e Nova Iorque. Esta presença estratégica permite-nos oferecer um acompanhamento próximo e especializado, garantindo soluções jurídicas adaptadas às necessidades dos nossos clientes em qualquer jurisdição.

A nossa estrutura assenta em equipas multidisciplinares altamente qualificadas, que cobrem todas as áreas do Direito dos negócios. Este modelo integrado assegura um serviço completo e rigoroso, combinando conhecimento técnico aprofundado com uma abordagem prática orientada para resultados. A experiência acumulada em setores

regulados, fiscalidade, energia, ambiente, urbanismo e contratação pública reforça a nossa capacidade de atuar em projetos complexos e de elevado impacto económico.

A equipa do escritório de Lisboa é composta por advogados com vasta experiência profissional em todas as principais áreas do direito dos negócios. A nossa experiência consolidada garante a qualidade dos serviços prestados e permite-nos participar em operações complexas, tanto a nível nacional como internacional.

Os nossos principais clientes incluem empresas nacionais e internacionais de média e grande dimensão, bem como entidades públicas e organismos do Estado. Mantemos uma presença sólida tanto na vida económica do país como nas comunidades académica e jurídica. Entendemos a advocacia empresarial de forma diferente, aliando critério e inovação para tornar possíveis os objetivos dos nossos clientes.

DADOS DE PROFISSIONAIS

Número de sócios: 6 em Lisboa

(65 a nível internacional)

Número total de advogados: 30 em Lisboa

(298 a nível internacional)

Número de estagiários admitidos

em média por ano: 8 estagiários em Lisboa

(23 estagiários, a nível global)

Outros colaboradores: 12

(137 a nível internacional)

SÓCIOS

- » Mafalda Barreto
- » Nuno de Oliveira Garcia
- » Ana Luisa Guimarães
- » Madalena Caldeira
- » Filipa Cotta
- » Ricardo Campos
- » Mário Marques Mendes.

ÁREAS

- » Bancário e Financeiro
- » Comercial, Societário e M&A
- » Concorrência e Direito da União Europeia
- » Contencioso e Arbitragem
- » Direito do Trabalho
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Insolvência
- » Propriedade Industrial e Intelectual
- » Público e Setores Regulados
- » Reestruturações e Situações Especiais
- » Urbanismo

G A _ P

Gómez-Acebo & Pombo

MELHOR FIRMA IBÉRICA

Leaders League, 2024

FINALISTA EM MELHOR FIRMA IBÉRICA

The Lawyer, Chambers & Partners, Legal 500, 2024 / 2025

RANKING M&A

Entre os líderes em M&A em Espanha em 2024 por valor e volume de transações

TTR, 2024

MELHOR FIRMA ESPANHOLA EM RESTRUTURAÇÃO

El Confidencial, 2023 - 2025

ENTRE AS FIRMAS MAIS INOVADORAS DA EUROPA

Financial Times Innovative Lawyer, 2024 / 2025

MELHOR FIRMA EM SUSTENTABILIDADE EM ESPANHA

Expansión, 2022 - 2025



kgsa

Antecipamos o futuro diariamente juntando direito, tecnologia e estratégia, numa linguagem única que partilhamos com os nossos Clientes.

Compromisso com o futuro e impacto social

Fundada em 2009, a kgsa nasce de um compromisso com o futuro e com o impacto social. Trabalhamos com a convicção de que a advocacia só cumpre bem a sua função social quando é capaz de criar valor, desbloquear decisões e apoiar quem constrói as mudanças que importam.

Full service ágil, focada e com propósito

Somos full service ágil e focada nos setores em que sabemos gerar impacto. A nossa equipa combina talento de topo e percursos em escritórios de referência, Governo, startups e terceiro setor.

Somos fiéis ao legado que nos define: apoiar intencionalmente quem faz bem.

Salto estratégico

O próximo salto das organizações que trabalham connosco depende da capacidade de descobrir e ativar as ligações entre o jurídico, o tecnológico e o social. É nesse cruzamento que trabalhamos, ao lado de quem prepara o que vem a seguir.

INTERESSES

- » Investimentos e Inovação
- » Imobiliário, Turismo e Cidades
- » Tecnologia
- » Economia Social

COMPETÊNCIAS

- » Corporate e M&A
- » Venture Capital
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Propriedade Intelectual
- » Proteção de Dados e Privacidade
- » Contencioso e Arbitragem
- » Laboral
- » Terceiro Setor
- » Tax



pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

A pbbr é uma Sociedade de advogados *full service*, com vocação nacional e internacional, que presta assessoria jurídica orientada por critérios de exigência, rigor e qualidade. A nossa equipa, experiente e multidisciplinar, alia a competência técnica a uma forte disponibilidade para os Clientes e os seus projetos, procurando soluções jurídicas eficientes e ajustadas a cada contexto. O trabalho em equipa, a formação contínua e a especialização são pilares estruturantes, que garantem um serviço consistente, dinâmico e orientado para a criação de valor. Concentramos a nossa atividade no direito imobiliário, construção e urbanismo, direito público, direito do trabalho, direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, direito bancário, financeiro e mercado de capitais, contencioso e arbitragens, tecnologias de informação, telecomunicações e media, saúde, farmacêutico e life sciences, proteção de dados pessoais, ambiente, energia e recursos naturais, direito fiscal. Uma parte significativa do nosso traba-

lho tem dimensão internacional, refletindo a nossa base de clientes e integração em alianças globais. Mantemos parcerias sólidas e independentes com sociedades de advogados de referência em todo o mundo, garantindo uma resposta coordenada e serviços de elevada qualidade em operações transfronteiriças. Somos o membro exclusivo da Meritas em Portugal, uma das mais prestigiadas redes globais de sociedades de advogados: a nossa sócia Tânia Ferreira Osório integra o European Leadership Group desta aliança, e André Marcos integra o Emerging Leaders Advisory Board (ELAB). Somos também o membro exclusivo em Portugal da lus Laboris, sendo a nossa sócia Inês Reis membro do Comité Executivo desta aliança. Adicionalmente, colaboramos com a Sagardoy Abogados, líder em Direito Laboral, Relações Laborais e Segurança Social em Espanha. Mantemos, desde 2017, uma parceria com a Techlawyers, uma equipa com profundo conhecimento do sector das novas tecnologias.

SETORES

N.º de Sócios: 14

N.º total de Advogados: 42

N.º de advogados estagiários: 5

N.º de Consultores: 3

N.º de outros colaboradores: 9

SÓCIOS

- » Pedro Pinto
- » Inês Reis
- » Teresa Freire
- » Tânia Ferreira Osório
- » Carina Branco
- » Sofia de Sales Sousinha
- » Rita Roque de Pinho
- » Bruno Soeiro Barbosa
- » Marco Pereira Cardoso
- » Inês Oom de Sacadura
- » Inês Carrilho
- » Gonçalo Mendes Martins
- » Mário Silva Costa
- » Tiago Coder Meira

www.pbbr.pt

Lisboa: (+351) 213 264 747 | Avenida da Liberdade, 110 - 6.º, 1250-146 Lisboa | geral@pbbr.pt



Raposo Bernardo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Raposo Bernardo é uma full service law firm reconhecida pela sua capacidade de aliar a solidez da tradição da advocacia à mais moderna e avançada tecnologia, com o propósito de proporcionar o maior benefício aos nossos Clientes. Entendemos que para disponibilizarmos um apoio jurídico do mais elevado nível é fundamental que as nossas equipas de advogados, para além de elevadas competências técnicas, tenham um profundo conhecimento da atividade e dos projetos dos nossos Clientes, bem como uma apurada sensibilidade para o seu modo específico de fazer negócios.

A cultura de colaboração que existe entre todos os membros das nossas equipas é a mesma cultura de colaboração que mantemos com os nossos Clientes. Esse espírito de colaboração e de proximidade permite criar relações fortes e de confiança, e com isso alcançar os melhores resultados.

Mantemos uma permanente e intensa atividade de formação e reciclagem interna, essencial para que as nossas equipas estejam sempre na vanguarda do que de mais avançado e sofisticado se vai fazendo no mercado jurídico internacional.

Com total independência mantemos relações com sociedades de advogados em todo o mundo, estando inteiramente abertos a desenvolver trabalho em parceria, sempre em

benefício dos projetos dos nossos Clientes.

Passados mais de 30 anos, renovamos o nosso compromisso em aliar experiência e tradição com inovação, modernidade e sofisticação, através de um aconselhamento pragmático e que acrescente valor aos nossos Clientes, mantendo sempre a mesma capacidade de resposta rápida e rigorosa e uma cultura de total disponibilidade e colaboração.

SETORES

- » Agricultura
- » Água, Saneamento e Resíduos
- » Arte, Cultura e Entretenimento
- » Aviação
- » Banca e Instituições Financeiras
- » Centros Comerciais & Retail Parks
- » Desporto
- » Distribuição e Consumo
- » Economia Social
- » Energia e Recursos Naturais
- » Logística e Transportes
- » Capital de Risco
- » Imobiliário e Construção
- » Indústria
- » Infraestruturas e Projetos
- » Marítimo e Cruzeiros
- » Media
- » Tecnologias e Digital
- » Telecomunicações
- » Saúde e Farmacêutico
- » Seguros e Fundos de Pensões
- » Startups
- » Turismo e Hotelaria

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Bancário e Financeiro
- » Direito Societário
- » Fusões e Aquisições
- » Mercado de Capitais
- » Corporate Finance
- » Project Finance
- » Private Equity
- » Startups
- » Direito dos Seguros
- » Direito Farmacêutico
- » Arbitragem e Contencioso
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso Tributário
- » Direito do Trabalho
- » Direito da Concorrência e Europeu
- » Direito dos Contratos
- » Direito do Consumo
- » Direito Administrativo
- » Privacidade e Dados Pessoais
- » Direitos de Autor e Conexos
- » Direito da Energia
- » Propriedade Intelectual
- » Tecnologias de Informação
- » Direito Marítimo, Transportes e Logística
- » Direito Aéreo
- » Direito do Desporto
- » Reestruturação de Empresas

SERVIÇOS

- » Compliance
- » Corporate Governance
- » Due Diligence
- » ESG – Environmental, Social, Governance
- » Proteção de Dados e Cibersegurança
- » RGPC e Whistleblowing
- » Startups program



RAPOSO BERNARDO

VdA VIEIRA DE ALMEIDA

VdA Challenged by the future



Vieira de Almeida

& Associados - Sociedade de Advogados SP RL

A Vieira de Almeida (VdA) é uma sociedade de advogados de referência internacional, com mais de 45 anos, destacando-se por um track-record ímpar na assessoria jurídica empresarial e pelo seu carácter inovador.

Reconhecida como referência de excelência na advocacia, a VdA reúne hoje mais de 550 colaboradores que atuam em diversas indústrias e áreas especializadas, que se pautam pelos mais elevados padrões éticos, solidez técnica e rigor profissional.

Com uma cultura fundada na consciência de que a cidadania é a âncora da prática da advocacia, a VdA é uma firma aberta, inclusiva e solidária, focada nas pessoas e na justa oportunidade de realização de cada um, promovendo a colaboração, a confiança e um elevado sentido de exigência, enquanto equipa e na defesa dos clientes.

Uma organização vibrante e inquieta, inovadora, que se afirma nas aspirações de um coletivo que quer ser parte ativa da solução para os desafios que a Sociedade enfrenta, mobilizando pelo exemplo de respeito, justiça e humanidade.

A VdA tem sido premiada consistentemente com as mais prestigiadas distinções internacionais da indústria da advocacia empresarial, tendo sido reconhecida pelo Financial Times como uma das 10 firmas de advogados mais inovadoras da Europa Continental nos últimos 20 anos.

Através da VdA Legal Partners, os clientes têm acesso a 8 jurisdições, com uma vasta cobertura setorial em países em África e Timor-Leste.

VdA LEGAL PARTNERS

Angola | Brazil | Cabo Verde | Mozambique | Portugal | Sao Tome and Principe | Spain | Timor-Leste

www.vda.pt

alínea b)



António Frutuoso de Melo e Associados
Sociedade de Advogados, SP RL

Temos uma história consolidada com muitos dos nossos Clientes

Fundada em 1997, a AFMA tem acompanhado a vida de muitas empresas em momentos relevantes das respetivas atividades. Ao longo deste percurso criou relacionamentos de confiança que continuam a crescer e que se traduzem em autênticas parcerias com os seus Clientes.

Uma sociedade “full-service” com uma visão personalizada

Com vocação de serviço completo, a AFMA criou uma equipa experiente, com um foco de conhecimento consolidado em todas as áreas do direito empresarial, que presta uma assessoria sempre numa perspectiva pessoal e personalizada, com um objetivo de “soluções à medida”.

Gostamos de ouvir, para identificar o que o cliente precisa

Conhecemos o negócio do cliente, seja nacional ou internacional, e gostamos de o acompanhar em todas as vertentes, com o objetivo de encontrar soluções jurídicas eficazes/inovadoras que melhor se adequem ao seu sector de atividade e à sua estrutura empresarial.

Somos cada vez mais exigentes, tecnológicos e multifacetados

Neste contexto, temos crescido sustentadamente e pretendemos continuara prestar um serviço com valor e em benefício dos nossos Clientes. A confiança que os nossos Clientes têm depositado na AFMA enche-nos de orgulho e dá-nos a garantia de que nos encontramos no bom caminho.

António Frutuoso de Melo e Associados – Sociedade de Advogados SP, R.L.
Lisboa: (+351) 21 3218600 | Av. da Liberdade, n.º 38 – 1.º andar
1250-145 Lisboa | afma@afma.pt

ADVOGADOS

- » António Frutuoso de Melo
- » Pedro Porto Dordio
- » Guilherme Frutuoso de Melo
- » Alda Cabeças
- » Guida Vila Nova
- » Sofia Belard
- » Fernando Magiolo Magarreiro
- » Rita Nina
- » António Gaio
- » Raquel Elias da Costa
- » Inês Saraiva de Aguiar
- » Ágata Dinis
- » Sandra Fraga
- » Marina Silveira
- » Rita Tavares Catarino
- » Joana Antunes da Silva

ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS

- » Sofia Cordovil
- » Francisco Moreira
- » Leonor Oliveira Neves
- » Penha Pereira Coutinho
- » Soraia da Silva Romão

CONSULTORA

- » Dafne Bensimon

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- » Comercial, Societário e M&A
- » Consumo, Distribuição e Concorrência
- » Contencioso e Arbitragem
- » E-Commerce, Privacidade e Cibersegurança
- » Farmacêutico, Veterinário e Cosméticos
- » Fiscal
- » Imobiliário
- » Trabalho e Segurança Social

Member Of



www.afma.pt



LEKTOU
ADVOGADOS 律師事務所

Lektou – Cortés

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Lektou - Cortés, Sociedade de Advogados, SP, RL é uma sociedade de advogados fundada em 2017, com sede em Lisboa e um segundo escritório inaugurado no Porto em 2024. A sua origem remonta ao escritório Rato, Ling, Lei & Cortés – Advogados | Lektou, estabelecido na Região Administrativa Especial de Macau desde 1985.

Com quase 40 anos de prática jurídica em Macau, a sociedade alia um sólido perfil académico à vasta experiência profissional da sua equipa, garantindo a qualidade dos serviços que oferece. Constituída por profissionais altamente qualificados, a equipa é capaz de responder às mais diversas necessidades jurídicas.

A Lektou conta com advogados experientes de Macau, Portugal, Brasil, Cabo Verde, República Popular da China, Timor-Leste e Nova Iorque (EUA), permitindo-lhe prestar serviços jurídicos de excelência a clientes internacionais. A expansão para Portugal insere-se na estratégia de internacionalização da sociedade, visando

oferecer um apoio mais abrangente aos seus clientes e consolidar-se como um interveniente relevante na ligação entre a RPC, os países de língua portuguesa e a União Europeia. A sociedade integra a rede global da Miranda Alliance, que está presente em todas as jurisdições lusófonas, reunindo cerca de 230 advogados em 15 jurisdições distribuídas por 4 continentes.

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Administrativo e Regulatório
- » Bancário, Financeiro e Segurador
- » Societário, Comercial, Fusões e Aquisições
- » Fiscal
- » Jogos de Fortuna ou Azar e Apostas Desportivas
- » Laboral, Migração e Fixação de Residência
- » Mercado de Capitais/Valores Mobiliários
- » Penal
- » Propriedade Intelectual e Industrial
- » Resolução de Litígios
- » Tecnologia, Media e Comunicações

www.lektou.com

Lisboa: Avenida 5 de Outubro, N.º 142, 1º Esq, 1050-061, Lisboa
(+351) 211 507 232 | lektoupt@lektou.com

Porto: Praça do Bom Sucesso, n.º 61, 5.º andar, Salas 501-502, 4150-146 Porto
(+351) 211 507 232 | (+351) 936 108 443

Macau: Avenida da Amizade, Macau, 555, Office Tower 23rd Floor, Macau SAR (+853) 2856 2322 | mail@lektou.com

Outros escritórios: Hengqin e Shenzhen

Fundada em 2011, a PARES ADVOGADOS dispõe de uma equipa experiente, versátil e coesa, focada no estabelecimento de relações de longo prazo com os seus clientes. O seu principal objetivo passa por proteger os interesses, defender os direitos e prestar auxílio no planeamento e estruturação dos negócios dos seus Clientes, sempre com integral respeito pelas regras que regem o exercício da profissão. Desde o início que a PARES ADVOGADOS aconselha empresas, particulares, entidades públicas e privadas, oriundos das mais diversas jurisdições. O rigor técnico e a transparência são os pilares em que assenta o exercício da advocacia pela PARES ADVOGADOS, nas mais variadas áreas do direito em que trabalha, o que faz dela uma sociedade full service.

A aposta da PARES ADVOGADOS na prestação de assessoria jurídica a comunidade francófona, tem-se revelado um sucesso. Atualmente, o Departamento Francófono possui uma vasta e sólida carteira de clientes franceses que aconselha em todas as áreas do Direito.

EQUIPA ESTRUTURA

Sócios: 12
Associados Coordenadores: 5
Advogados: 29
Advogados Estagiários: 3

NOME DOS RESPONSÁVEIS

- » António Juzarte Rolo
- » Carlos Amaro
- » Joao de Freitas e Costa
- » Joao Malhadas Teixeira
- » Maria Norton dos Reis
- » Myriam Ouaki
- » Pedro Carreira Albano
- » Rita Maltez
- » Rui Rompante
- » Sandra Severino
- » Sónia Afonso Vasques
- » Tiago Gama

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Direito Comercial e Societário
- » Corporate Governance
- » Direito Bancário e Financeiro
- » Capital de Risco
- » Fusões e Aquisições
- » Direito Fiscal
- » Direito Imobiliário
- » Contencioso e Arbitragem
- » Insolvência e Recuperação de Empresas
- » Ordenamento do Território e Urbanismo
- » Direito do trabalho e Segurança Social
- » Protecção de Dados
- » Propriedade Intelectual
- » Direito Penal e Contra-Ordenacional

www.paresadvogados.com/pt/

Contatos: (+351) 210 936 404 | F: (+351) 210 937 407 | Rua Alexandre Herculano, n.º23 – 2.º | 1250-008 Lisboa | geral@paresadvogados.com | <https://www.linkedin.com/company/pares-advogados/?viewAsMember=true>

Leading you to higher levels.

paxlegal

A paxlegal foi fundada em 2021. É uma boutique law firm dedicada a private clients e advocacia de negócios. Especializada em investimento estrangeiro, imigração, imobiliário, societário, família e planeamento sucessório dá igualmente apoio ao ecossistema das start-ups. A paxlegal presta serviços jurídicos de excelência, com foco na proximidade e na transparência, de acordo com os mais elevados padrões de qualidade, a clientes privados, empreendedores, criativos, pequenas e médias empresas.

Possui ainda uma experiência assinalável na gestão de pequenas e grandes transações empresariais, a nível nacional e internacional, e no tratamento e abordagem de todos os aspetos legais de um negócio.

A paxlegal possui uma equipa altamente especializada e com elevada senioridade, reconhecida no mercado, nas respetivas áreas de atuação. Trabalha de forma integrada, na procura de soluções jurídicas inovadoras e com elevado valor acrescentado para os seus clientes, envolvidos num espírito de verdadeira parceria.

A paxlegal é membro da Uglobal Immigration.

EQUIPA



António Patrício
Sócio Fundador



Bárbara Pestana
Sócia Fundadora

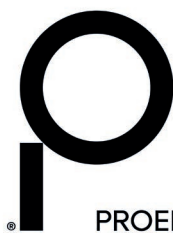
- » Carmo Pereira Coutinho - Associada
- » Emellin de Oliveira - Associada Coordenadora
- » Francisco Arga e Lima - Consultor
- » João Embaixador - Associado
- » Maria Mendonça - Associada
- » Mariana Andrés - Paralegal
- » Marta Ivanchyshyn - Associada
- » Murillo Costa Sanches - Associado
- » Natacha Silva - Associada
- » Rita Botelho Moniz - Consultora
- » Rita Coreia Nunes - Associada
- » Rita Marques - Consultora
- » Ryan Kim - Consultor
- » Vitoria Costa - Associada
- » Ana Gandarela - Assistente Legal
- » Ilda Sousa - Assistente Financeira
- » Luísa Melo Ribeiro - Assistente Financeira

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Private Clients
- » Business advocacy
- » Empreendedorismo
- » Imobiliário
- » Imigração & Nacionalidade
- » Direitos Humanos
- » Societário
- » Regulatório, Compliance & AI
- » Propriedade Intelectual
- » Laboral
- » Família
- » Fiscal
- » Planeamento Sucessório

www.paxlegal.pt

Contatos: Av. Eng. Duarte Pacheco Torre 1 14 º - Sala 1, 1070-101 Lisboa
Telf: +351 213 850 046 | **Email:** paxlegal@paxlegal.pt



PROENÇA DE CARVALHO

Your Trusted Legal Partners

Uma tradição de confiança rejuvenescida para o futuro

A Proença de Carvalho é uma marca com história na advocacia assente nestes valores fundamentais: confiança, coragem, visão, rigor, proximidade. Aliando tradição e inovação, proporcionamos soluções jurídicas personalizadas e especializadas para cada negócio e situação.

Compromisso com pessoas, comunidade e sustentabilidade

A nossa sociedade está empenhada em promover práticas que colocam as pessoas e a responsabilidade social no centro da atuação. Valorizamos a saúde mental e o bem-estar da nossa equipa, criando um ambiente de trabalho positivo, através de um modelo flexível que valoriza a diversidade de perfis.

Inovação

Procuramos continuamente inovar e adaptar-nos à evolução do panorama jurídico, assegurando que permanecemos na vanguarda da profissão. Nesse sentido, utilizamos como suporte ao trabalho da nossa equipa, uma plataforma especializada de inteligência artificial desenvolvida para transformar a forma como os profissionais jurídicos encontram, processam e produzem informação, procurando acentuar a qualidade e eficiência dos nossos serviços.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Societário, Comercial e M&A
- » Private Equity e Venture Capital
- » Resolução de Litígios
- » Direito Penal Económico
- » Direito Fiscal e Reestruturações
- » Direito Laboral
- » Imobiliário e Urbanismo
- » Bancário e Financeiro
- » Private Clients
- » Dados, Digital & Inteligência Artificial (IA)
- » Governação Corporativa, Compliance & ESG
- » Direito Público
- » Energia, Ambiente e Regulatório
- » German Desk

SÓCIOS

- » Francisco Proença de Carvalho
- » André Matias de Almeida
- » Bárbara Schürmann
- » Eduarda Proença de Carvalho
- » Filipa Loureiro
- » Francisco Sousa Coutinho
- » Frederico Pestana
- » Patrícia Vinagre e Silva

OF COUNSEL

- » Anne Vogdt

ASSOCIADOS

- » Bruno Matias
- » Gonçalo Poejo Grilo
- » Igor Amari
- » Luís Gabriel Pereira
- » Luís Teixeira Cardoso
- » Margarida Bruno Silva
- » Mariana Castro Pereira
- » Manuel Bruschy Martins
- » Miguel Almeida Simões
- » Nuno Miguel Marques
- » Tânia de Matos

ADVOGADA ESTAGIÁRIA

- » Pilar Líbano Monteiro

www.proencadecarvalho.com



RSA Raposo Subtil e Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Rede de Serviços de Advocacia

Fundada em 1997, a RSA - Raposo Subtil e Associados tem por matriz um serviço completo e integrado. Enquanto sociedade interdisciplinar está organizada por diversas áreas de prática, permitindo, através da experiência e especialização dos seus profissionais, responder aos desafios e solicitações dos clientes, nacionais e estrangeiros, diretamente ou por via dos seus parceiros, procurando soluções profissionais criativas.

Conta com uma equipa de mais de 60 advogados, que acreditam na partilha do seu conhecimento, refletida no acesso livre aos muitos trabalhos publicados na imprensa geral e da especialidade.

Atenta aos novos desafios da era digital, a RSA acredita que o verdadeiro diferencial competitivo está nas pessoas, na sua formação e qualidade, fomentando valores como a confiança, a experiência e a partilha. Em 2013, a RSA fundou a Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa (RSA-LP), uma rede inovadora de sociedades de advogados/escritórios de advocacia associados, trabalhando em parceria, em 6 países lusófonos (Portugal, Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau). Nestes mercados, a RSA LP atua através de equipas locais sólidas e experientes, prestando uma assessoria jurídica global e de acordo com padrões de excelência internacionais, dentro e fora daqueles mercados.

A RSA, está hoje presente em outros territórios nacionais e internacionais, com a sua experiência expressiva em litígios complexos, numa diversidade de temáticas e em diferentes jurisdições.

SÓCIOS

- » António Raposo Subtil
- » Carla dos Santos Freire
- » Cristina Bogado Menezes
- » João Corte Real
- » João Subtil
- » Manuel Ilhéu
- » Maria José Esteves
- » Miguel Matias
- » Pedro Gonçalves Paes
- » Ricardo Néry
- » Rita Montalvão
- » Rui Moreira

SÓCIOS CONTRATADOS

- » André Batoca
- » Carlos Matos Rosa
- » João Luz Soares
- » Manuel Camarate Campos
- » Paulo Cunha Trindade
- » Tiago Marcelino Marques

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Imobiliário, Urbanismo e Construção
- » OICs, Fundos e Imobiliário Financeiro
- » Contencioso, Recuperações e Insolvências
- » M&A, Societário e Comercial
- » Fiscal e Contencioso Tributário
- » Registos e Notariados
- » Arbitragem e Resolução Alternativa de Litígios
- » Compliance Empresarial, Proteção de Dados
- » Administrativo e Regulatório
- » Criminal, Contraordenacional, Sancionatório
- » Bancário e Seguros
- » Laboral e Segurança Social
- » PI, Concorrência
- » Família e Sucessões
- » Direito de Aviação
- » Direito de Desporto
- » Direito de Energia
- » Visto, Imigração e Nacionalidade
- » Operações Internacionais

Lisboa: Rua Tierno Galvan, Torre 3, Amoreiras, Piso 7, Escritórios 711 e 712, 1070-274 Lisboa – Portugal | + 351 211 599 599 | office@proencadecarvalho.com

Lisboa [sede]: (+351) 213 566 400 | Rua Bernardo Lima, 3, 1150-074 Lisboa geral@rsa-lp.com | www.rsa-lp.com

alínea c)



CONHECIMENTO JURÍDICO COM VALOR

A BAS foi constituída por profissionais que asseguram uma assessoria qualificada, aportando conhecimento jurídico com valor. O nível de serviços jurídicos que a sociedade oferece aos seus clientes permite incrementar a capacidade de resposta nacional e internacional. O reconhecimento interpar nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Administrativo e do Direito da Saúde é evidenciado nos rankings internacionais. Além de escritórios em Lisboa e no Porto, a BAS marca a sua presença internacional através das parcerias e associados em Espanha, Angola, Brasil e Moçambique.

NOVA MORADA

☎ (+351) 211 554 330
📍 Praça Duque de Saldanha, 1
Atrium Saldanha – 8º H, 1050-094 Lisboa
✉ geral@bas.pt
🌐 www.bas.pt
🌐 <https://www.linkedin.com/company/bas-sociedade-de-advogados/?viewAsMember=true>
📍 Porto: (+351) 220 118 647 | (+351) 224 064 415
📍 Edifício Scala Rua de Vilar, n.235, 2. DTO
4050-626 Porto | geralporto@bas.pt

ANO FUNDAÇÃO 2010

SÓCIOS

» Cláudia Monge
» Dália Cardadeiro
» Marco Aurélio Constantino
» Marco Real Martins
» Miguel Salvador
» Nuno Miguel Vieira
» Pedro Madeira de Brito
» Sérgio Alves Ribeiro
» Tânia Silva

Número total de sócios e advogados: 28
Nº Total de Advogados Estagiários: 6

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assessoria em todas áreas de atividade, com especial enfoque no apoio jurídico nas áreas de:
» Direito da Saúde e Ciências da Vida
» Direito Laboral, Segurança Social e Emprego Público
» Direito Administrativo e Contratação Pública
» Contencioso Civil e Laboral
» Contencioso Administrativo
» Proteção de Dados
» Propriedade Intelectual
» Direito do Ambiente;
» Direito Societário, Comercial e M&A
» Direito da Concorrência
» Direito Fiscal
» Imobiliário
» Insolvência



COMPLEX PROBLEMS NEED UNIQUE SOLUTIONS

A Cavaleiro & Associados é um escritório boutique do Norte de Portugal especializado em direito público e energia e com uma forte componente de direito empresarial (societário, fiscal, laboral e imobiliário). A equipa assessora clientes nacionais e internacionais, instituições públicas e autarquias locais.

SÓCIOS

João Quintela Cavaleiro
Pedro Seixas Silva

COORDENADOR ESCRITÓRIO VISEU

João Lobo do Amaral

OUTROS ESCRITÓRIOS

Vila Real | Viseu | Viana do Castelo
Paris (em associação)

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Energia, Agricultura e Ambiente
» Direito Público e Administrativo
» Contratação Pública e Regulação
» Imobiliário
» Comercial e Societário
» Urbanismo e Ordenamento do Território
» Contencioso e Arbitragem
» Direito Fiscal
» Bancário e Financeiro
» Direito da Saúde
» Clientes Privados
» Trabalho e Segurança Social
» Direito do Desporto
☎ +351 220 945 361
✉ geral@cavaleiroadvogados.pt
📍 Rua de Guerra Junqueiro, 452
4150-389 Porto
🌐 www.cavaleiroadvogados.pt

A. Neto Brandão & Associados, RL

Av. Dr. Lourenço Peixinho,
87, 3º DTº 3800-165 Aveiro
Telef: (+351) 234 423 459
E-mail: nb.advogados@mail.telepac.pt
Site: www.anetobrandao.com

A. Sousa Pinto, Carla A. Sousa, Casimiro José Ribeiro

Rua Professor Egas Moniz, 387
4810-027 Guimarães
Telef: (+351) 253 520 940
E-mail: spinto.advogados@mail.telepac.pt

AAA Advogados

Av. Engº Duarte Pacheco,
nº26 1070-110 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 300
E-mail: advogados@aaa.pt
Site: www.aaa.pt

AAMM Abecasis, Moura Marques & Associados

Avenida da Liberdade, nº190 – 1ºB, Edifício
Avenida 190 1250-147 Lisboa - Portugal
Telef: (+351) 211 940 538
Email: geral@aamm.pt
Site: www.aamm.pt

AAMT – Azevedo, Ascenso & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Marquês de Fronteira 111
1ºesq 1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 211648457
Email: info@aamtlegal.com | **Site:** www.
Site: aamtlegal.com

ABC LEGAL Sociedade de Advogados

Avenida Conselheiro Fernando de Sousa,
19B-C 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 480

E-mail: abclegal@abclegal.com.pt

Site: abclegal.com.pt
Torres Vedras Largo Benedita
de Vale Jordão, nº1-Loja A, Silveira
2560-526 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 936 016

Abel Cardoso & António José Martins – Soc. Adv. R.L.

Rua Sra. Da Piedade, Lt. 1 - 1º
6000-279 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 339 420
E-mail: acamsolawyers@acamsolawyers.com
Site: www.acamsolawyers.com.pt

Abel Cardoso, Catarina Carvalho, Esteves Aguiar & Associados

Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abel Marques & Associados - Soc. Advogados, R.L.

Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abílio Aranha e Associados, Soc. Advogados

Rua De Ceuta, 118 - 2º, Sala 14
4050-190 Porto
Telef: (+351) 222 051 920
E-mail: aniros@abilioaranhaassociados.mail.pt

ABPA - A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados

Rua Tierno Galvan, Amoreiras,
Torres 3, 5º Piso, 511 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 212 454 262
E-mail: geral@abpa.pt | **Site:** www.abpa.pt

ABPD - Amaral Blanco Portela Duarte & Associados

Avenida da República, Nº 84, 5º Esq.
1600-205 Lisboa
Telef: (+351) 217 932 430
E-mail: abpd.lx@abpd.pt
Site: www.abpd.pt

Abranches Namora & Associados

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto.
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 990
E-mail: geral@abranches.pt
Site: www.abranches.pt

Abreu Advogados

Av. Infante D. Henrique, 26
1149-096 Lisboa
Telef: (+351) 21 723 18 00
E-mail: lisboa@abreuadvogados.com
Site: www.abreuadvogados.com

Abreu & Marques & Associados – Soc. Advogados, R.L.

Rua Filipe Folque, Nr. 2 - 4º
1069-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 307 100
E-mail: amsa@amsa.pt
Site: www.amsa.pt

ACFA – C. Ferreira e Associados

Av. Fontes Pereira Melo, 3, 11º
Esq. 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 210 170 470
E-mail: mail@acfa.pt | **Site:** www.acfa.pt

ACRLEX Advogados

Largo do Adro 9 4050-016 Porto
Tel.: (351) 226 076 800
E-mail: dp@acrlex.com
Site: www.acrlex.com

ACM-Vale de Andrade, Nunes Capoules, Almeida Morgado & Associados

Av. Fontes Pereira De Melo, 30 - 4º
1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 567 090
E-mail: geral@acm-advogados.pt
Site: www.acm-advogados.pt

Afonso, Lema e Sousa & Associados Soc. Advogados, RL

Rua Dr. Ricardo Jorge, 55 - 3º E
4050-514 Porto
Telef: (+351) 222 081 611
E-mail: jose.afonso-1264p@advogados.aa.pt

AFMA - António Frutuoso de Melo e Associados Sociedade de Advogados, SP,RL

Av. da Liberdade, nº 38 – 1º
1450-145 Lisboa
E-mail: afma@afma.pt
Site: www.afma.pt

Aguiar-Branco & Associados

Rua da Restauração nº 329 - 1º
4050-506 Porto
Telef: (+351) 220 112 220
E-mail: info@aguiarbranco.pt
Site: www.aguiarbranco.pt

Albuquerque & Almeida Advogados

Calçada Bento Rocha Cabral, 1
1250-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 431 570
E-mail: geral@aalegal.pt
Site: www.aalegal.pt



A CCSL Advogados é uma sociedade de advogados dedicada à assessoria jurídica em contexto transaccional, especializada nas diferentes áreas de business law e focada na prestação de serviços jurídicos de elevada qualidade, garantindo uma abordagem multidisciplinar assente numa cultura de confiança, proximidade e inovação.

A EQUIPA É A NOSSA MAIOR FORÇA.

SÓCIOS

José Calejo Guerra

João de Lemos Portugal

Mafalda Almeida Carvalho

Hugo Baptista Falcão

Rita Rendeiro

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Fiscal e Private Clients
- » Societário e M&A
- » Private Equity
- » Financeiro, Compliance e Sustentabilidade
- » Imobiliário
- » Público e Regulatório
- » Contencioso

CCSL Advogados SP, RL

Av. da Liberdade, n.º 262,
2.º esq, 1250-149 Lisboa

☎ (+351) 215 835 196

✉ info@ccslegal.com

🌐 www.ccslegal.com

COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS



COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS

SÓCIOS

André Coelho Lima

Rui Barreira

Gustavo Cunha Ribeiro

Ricardo Pinto da Silva

☎ + (351) 253 424 600

✉ geral@clt.pt

📍 Avenida de Londres,

Edifício Luzaga,

N.º540 - 3.º Andar

4810-550 Guimarães

🌐 www.clt.pt

Alcides Martins, Bandeira, Simões & Associados - Soc. Advogados, RL
Av. Duque De Loulé, 22 - 6.º
1050-090 Lisboa
Telef: (+351) 213 535 372
E-mail: advogados@amartins.pt
Site: www.amartins.pt

Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão e Rui Costa – Soc. Adv.
Av. Da República, 885, 2.ºs.C - 8/9
4450-243 Matosinhos
Telef: (+351) 229 375 250
E-mail: ruicosta-1619p@adv.ao.pt

Almeida Correia, Ne da Costa & Associados - Soc. Advog.
Av. Da República, 872 - 3.º, Salas 3.6,3.7
E 3.8 4430-190 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 770 860
E-mail: geral@aneadvogados.net
Site: www.alneadvogados.net

Almeida e Paiva & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Av. Marginal, 6068 - S. João Do Estoril
2765-585 S. João Do Estoril
Telef: (+351) 214 669 317
E-mail: mail@apalawyers.pt
Site: www.apalawyers.pt

Almeida Ribeiro & Assoc. Mário jorge Menezes – Advogados
Rua Joaquim António De Aguiar, 66 - 1.º
1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 490
E-mail: geral@arealaw.pt
Site: www.almeidaribeiro.pt

Alves Ferreira, Batista, Santos Costa, Aires Santos & Assoc.
Av. Álvares Cabral, 47 - R/C
1250-015 Lisboa
Telef: (+351) 213 814 640
E-mail: geral@fbcs.pt

Alves Henriques, Ademar Batista & Associados – Soc. Adv., RL
Rua Miguel Bombarda, 47 - 1.º
3510-090 Viseu
Telef: (+351) 232 483 380
E-mail: escritorio@ahab-socadvogados.pt

Alves Mendes & Jardim Gonçalves Soc. Advogados
Rua Tierno Galvan, 10 - Torre 3, Piso 2, Sala
201 - Amoreiras 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 812 690
E-mail: sa@amjg.com
Site: www.amjg.com

Alves Pereira & Teixeira de Sousa, RL
Av. Da Liberdade, 38 - 3.º 1250-145 Lisboa
Telef: (+351) 213 700 190
E-mail: info@alvespereira.com
Site: www.alvespereira.com

AM Associados
Rua Duque de Palmela, N.º 37,
4.º Andar 1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 879 450
E-mail: geral@am-associados.pt
Site: www.am-associados.pt

Amaral Cabral & Associados Soc. Advogados
Av. Sidónio Pais, N.º 26 – R/C Dto.
1050 – 215 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 670
E-mail: geral@amaralcabraladvogados.pt
Site: www.amaralcabraladvogados.pt

Amorim & Associados Soc. Advogados R.L
Rua Pedro Homem De Mello, N.º 55,
5.º Andar, Sala 5.05 4150-599 Porto
Telef: (+351) 226 177 850
E-mail: geral@amorimadvogados.pt
Site: www.amorimadvogados.pt

Andrade Dias & Associados Soc. Advogados, R.L
R. António Maria Cardoso,
25 - 5.º 1200-026 Lisboa
Telef: (+351) 213 468 134
E-mail: geral@diaslawyers.com
Site: www.diaslawyers.com

Anselmo Vaz, Afra & Associados
Rua Barata Salgueiro, 30 - 4.º Esq.
1250-044 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 040
E-mail: info@avalegal.com
Site: www.avalegal.com

Antas da Cunha ECIJA Edifício Amoreiras Squares
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto,
n.º17 – 2.º 1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 080
E-mail: geral@adcecija.pt
Site: www.adcecija.pt

Antonino Antunes, M.º Augusta Antunes & Assoc - Aoc. Adv, RL
Av. Combatentes G. Guerra, 179
4900-563 Viana Castelo
Telef: (+351) 258 809 090
E-mail: antoninoantunes@mail.telepac.pt
Site: www.antunes-advogados.pt

António Arribança & Associados Soc. Advogados, r.L.
R. Professor Manuel J Ferreira, 14 - 1.º E
2040-998 Rio Maior
Telef: (+351) 243 999 020
E-mail: arribancageral@mail.telepac.pt

António Correia & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Conde Valbom, Nr. 18 B
1.º A 1050-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 280
E-mail: info@acadvogados.pt
Site: www.acadvogados.pt

António M.G.Pereira, Miguel Lourenço - Soc. Advogados, RL
Rua Júlio Dinis, Nr. 891 -
4.º Esq. 4050-327 Porto
Telef: (+351) 226 008 002
E-mail: apml.porto@apml.pt
Site: www.apml.pt

António Montalvão Machado & Associados - Soc. Advogados
Praça Bom Sucesso, Edifício Península,
127/31-5, 302/4 4150-146 Porto
Telef: (+351) 225 573 010
E-mail: geral@montalvaomachado.pt

António Pragal Colaço & Associados - Soc. Advog., R.L.
Av. Da Igreja, 42 - 2.º Dto. 1700-239 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 940
Site: www.apcolaco.com

António Viñal & Co. Abogados Sucursal em Portugal
Av. Miguel Bombarda, 36 - 4.º C
1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 213 550 187
E-mail: lisboa@avinalabogados.com
Site: www.avinalabogados.com



Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados

Constituída em 1989, a GLX LTM e Associados reúne mais de 30 anos de experiência em assessoria e aconselhamento jurídico ao cliente. Comprometida com uma advocacia especializada, a sociedade traça o seu caminho de tradição e inovação, privilegiando valores como a confiança, responsabilidade, ética, rigor e sustentabilidade.

ÁREAS DE PRÁTICA

- Societário, Comercial e M&A
- Reestruturação e Insolvência
- Fiscal
- Direito Administrativo, Contratação Pública, Urbanismo e Contencioso Administrativo
- Direito Civil
- Cobranças e Recuperação de Créditos
- Trabalho e Segurança Social
- Criminal, Contraordenacional e Compliance
- Contencioso e Arbitragem
- Desporto
- Privacidade, Proteção De Dados Pessoais e RGPD, Digital e Compliance
- Propriedade Intelectual
- Vistos e Imigração
- Bancário, Financeiro e Seguros
- Imobiliário
- Europeu e Concorrência
- Registos e Notariado
- Ambiente e Energia

SÓCIOS

- Gonçalo Gama Lobo
 - Luís Filipe Teixeira e Melo
 - Rui Teixeira e Melo
 - Hugo Costa e Silva
 - Maria Emília Meira
 - Margarida Machado
 - José Pinto de Almeida
 - Mónica Moreira Soares
 - José Carlos Campos
- #### ASSOCIADOS
- Marta S. Pereira
 - Manuel Maria Machado
 - Catarina Azevedo Fernandes
 - Vânia Pereira Alves
 - Erma Fontes
 - Carolina Vilar

+ (351) 253 421 600

Guimarães: Avenida General Humberto Delgado, n.º 181, CP 4800-158, Guimarães
Felgueiras: Largo Manuel Baltazar, 50, Edifício Campo da Feira, Piso 1, AV, CP 4610-113, Felgueiras

geral@gamalobomelo.com

J+Legal

A J+Legal é uma boutique *full service* focalizada em M&A, Financeiro, Mercados de Capitais e Fiscal, reconhecida pela condução de operações complexas em setores como transportes, energia, mercado financeiro, IT, agrobusiness e infraestrutura.

Com mais de 25 anos de experiência, os sócios garantem envolvimento direto e uma abordagem estratégica e pragmática.

A equipa atua em aquisições, *private equity*, reestruturações, financiamentos e grandes operações de *capital markets*, aliando competência jurídica, visão transacional e uma resposta rápida e eficiente às necessidades dos clientes. O uso criterioso de tecnologias avançadas reforça a qualidade da análise e a precisão da execução.

As nossas principais áreas de prática baseiam-se numa profunda especialização de cada uma:

- » Banking and Capital Markets,
- » Corporate, M&A and Private Equity,
- » Litigation and Compliance,
- » Real Estate and Planning,
- » Tax.

SÓCIOS

- » Jaime Carvalho Esteves
- » Jorge Brito Pereira
- » José Diogo Horta Osório
- » Diogo Leóncidas Rocha

ASSOCIADOS SÊNIORES

- » Lourenço Côrte-Real
- » Manuel da Gama Quaresma
- » Nuno de Mendia
- » Rui Bello da Silva
- » Susana Montevedre Pereira

J+Legal - Horta Osório, Brito Pereira, Carvalho Esteves, Sociedade de Advogados SP,RL

+ (351) 218 770 000

Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1, 6 250-273 Lisboa

geral@jlegal.pt

Araújo & Associados Soc. Advogados

Rua Fernão Vaz Dourado, 77/83 4150-322 Porto

Telef: (+351) 226 184 444

E-mail: geral@araujoassociados.pt

Site: www.araujo.pt

Areias & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.

Rua Direita n.º 188, 1.º andar 5400 – 220 Chaves

Telef: (+351) 276 332 339

E-mail: geral@areiasadvogados.com

Site: www.areiasadvogados.com

Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Assoc. Soc. Ad.

Av. Miguel Bombarda, Nr. 50 - 2.º 1050-166 Lisboa

Telef: (+351) 217 819 990

E-mail: ah.acp@netcabo.pt

Assis de Almeida e Associados Soc. de Advogados, R.L.

Trav. Da Trindade, 16 - 4.º D 1200-469 Lisboa

Telef: (+351) 213 223 100

E-mail: aaadv@mail.telepac.pt

Site: assisalmeidaassociados.pt

Athade de Tavares & Assoc. Soc. Adv., RL

R. Joaquim António Augusto Aguiar, N.º 66 - 5.º 1070-153 Lisboa

Telef: (+351) 213 827 580

E-mail: atpr@atpr.pt

ATMJ Advogados

Avenida da República, 49 – 2.º andar 1050-188 Lisboa

Rua de Diu 414, salas 14 a17

4150-272 Porto

Telef: (+351) 213 584 119| Fax: 321 584 119

Email: atmj@atmj.pt | Site: www.atmj.pt

Augusta Bravo, Alves & Associados - Soc. Advogados, R.L. Av.

República, Nr. 6 - 2.º Dto. 1050-191 Lisboa

Telef: (+351) 213 500 200

E-mail: abravo.aba@mail.telepac.pt

Site: www.abravoalves.pt

AVLC Luís Cameirão & Associados - Soc. Advogados

Rua De Ceuta, 118 - 1.º 4050-190 Porto

Telef: (+351) 223 394 710

E-mail: avlc@avlc-advogados.com

Site: www.avlc-advogados.com

AVM Advogados – Sociedade de Advogados, RL.

Edifício Torre de Monsanto Rua Afonso Praça, 30, 5.º Piso, 1495-061 Algés - Lisboa

Telef: (+351) 304501010 | (+351) 304501009

E-mail: lisboa@avm-advogados.com

Luanda: Edifício Presidente Business Center, Largo 17 de Setembro, n. 3 – 3.º andar, Sala 329, Luanda

Telef: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855 553 | (+244) 222 338 407 |

E-mail: luanda@avm-advogados.com

Maputo: Rua dos Desportistas, Ed. JATV – 1, 15.º andar Maputo

Telef: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47

E-mail: maputo@hpfadvogados.com

Azevedo, Marques & Novera Soc. Advogados R.L.

Rua Dr. Carlos Felgueiras, 218 - 3.º, Salas 1 E 8 4470-157 Maia

Telef: (+351) 229 407 563

E-mail: geral@amnadvogados.com

Site: www.amnadvogados.com

Baltazar Mendes, Duque Vieira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Da República, 6, 8.º E 9.º Esq. 1050-191 Lisboa

Telef: (+351) 213 149 517

E-mail: geral@bmdv.pt | Site: www.bmdv.pt

Batista, Montevedre & Associados

Av. Álvares Cabral 47, 1250-015 Lisboa

Telef: 213 806 530

E-mail: bma@bma.com.pt

Site: www.bma.com.pt

Barrocas Advogados

Amoreiras Torre 2 15.º andar/floor 1070-102 Lisboa

Telef: (+351) 21 384 33 00

Site: www.barrocas.pt

Barros Sales & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Fontes Pereira De Melo, 47 - 3.º Esq. 1050-120 Lisboa

Telef: (+351) 213 152 642

E-mail: geral@bsadvogados.com

Site: www.bsadvogados.com

Barros, Sobral, G.Gomes & Associados - Soc. Advogados, R.L.

Edifício Castil, Rua Castilho, 39 - 12.º B 1250-068 Lisboa

Telef: (+351) 213 875 702

E-mail: law@bsgg.pt | Site: www.bsgg.pt

BAS, Sociedade de Advogados

Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela, Edifício 1, 4.º Andar 1250-137 Lisboa

Telef: (+351) 211 554 330

E-mail: geral@gmail.com

Site: www.bas.pt

BSC Advogados - Baião, Castro & Associados - Soc. Adv. R.L.

Av. 5 De Outubro, 17 - 9.º 1050-047 Lisboa

Telef: (+351) 213 190 640

E-mail: bcslaw@bcs.pt | Site: www.bcs.pt

Belzuz Abogados S.L.

SUCURSAL EM PORTUGAL Rua De Camões, 788 - 1.º Dtº 4000-142 Porto

Telef: (+351) 229 389 452

E-mail: porto@belzuz.com

Site: www.belzuz.net

Bernardino, Resende E Associados

Rua Carlos Testa, 1 – 6.º C 1050-046 Lisboa

Telef: (+351) 213 174 742

E-mail: info@bernardinoresende.com

Site: www.bernardinoresende.com

Boino & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.

Rua Castilho, 44 – 7.º 1250-071 Lisboa

Telef: (+351) 213 894 280

E-mail: advogados@boino.pt

Site: www.boino.pt

Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados

Rua Manuel Da Ponte, 2 S. Miguel-Açores 9500-085 Ponta Delgada

Telef: (+351) 296 282 513

E-mail: geral@bpldadadvogados.com

Site: www.bpldadadvogados.com



Estamos há 50 anos no mundo jurídico Português. Somos uma Law Boutique de Contencioso e Direito Empresarial. A nossa área nuclear de atividade é o contencioso, na sua vertente civil e comercial, a qual é complementada, essencialmente, pela assessoria jurídica nos ramos bancário e financeiro, laboral e imobiliário. Somos o membro exclusivo da rede internacional IR Global na área da Insolvência em Portugal.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Contencioso
- » Insolvência
- » Recuperação de Créditos
- » Comercial e Societário
- » Direito do Trabalho
- » Direito Financeiro
- » Fundos de Investimento
- » Imobiliário
- » Proteção de Dados e Privacidade

☎ +351 213 139 010
 ✉ geral@mgadvogados.pt
 📍 Edifício Aviz - Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 35 - 6.º D 1050-118 Lisboa
 🌐 www.mgadvogados.pt



step up
to
the
future.

Somos uma Sociedade de Advogados dinâmica, com uma equipa capaz e mo-tivada e com um compromisso diário de rigor e profissionalismo, na procura das melhores soluções jurídicas. Conheça a NFS Advogados.

ASSOCIAÇÕES | ORGANIZAÇÕES | NETWORKS

- » AEA (International Lawyers Network)
- » CNED (Conselho Nacional de Estudantes de Direito)
- » IURIS FDUP Junior
- » AEDUM
- » Instituto Politécnico de Bragança

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- » Imigração e Nacionalidade
- » Recuperação de Créditos
- » Direito Societário
- » Direito da Família e Sucessões
- » Direito dos Seguros
- » Direito Imobiliário
- » Direito do Trabalho
- » Insolvências
- » Direito da Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- » Proteção de Dados

Ano da Constituição: 2021
Nº de Sócios: 2
Nº Total de Advogados: 14
Nº de Advog. Estagiários: 6
Outros Colaboradores: 4

NOME DOS SÓCIOS

- » Nuno Fonseca Alves
- » Fabiana Azevedo

IDIOMAS

- » Espanhol | Inglês

📍 Largo da Paz, n.º 41, 4050-460 Porto
 ☎ (+351) 220 161 680
 ✉ geral@nfs-advogados.com
 🌐 www.nfs-advogados.com

Caetano de Freitas e Associados – Soc. Advogados
 Av. 24 De Julho, N.º 68-E 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 620
E-mail: lisboa@caetanodef Freitas.com
Site: www.caetanodef Freitas.com

Calama V. Meneses Falcão & Associados
 Campo Grande, 28 - 5.º B 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 040
E-mail: geral@cvmf.eu
Site: www.cvmf.eu

Caldeira Pires – Sociedade de Advogados
 Avenida da República, n.º 45 - 8.º Dto. 1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: info@caldeirapires.pt
Site: www.caldeirapires.pt

Campilho, Silveira, Sarmento Soc. Advogados, R.L.
 Rua Guerra Junqueiro, 79 4150-388 Porto
Telef: (+351) 226 079 390
E-mail: cssa@cssa.pt | **Site:** www.cssa.pt

Campos Lencastre & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Prt. 25 De Abril, Nr. 90 - 1.º D 4430-257 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 798 764
E-mail: camposlencastre-983c@adv.ao.pt

Cancela de Abreu Esteves & Associados - Soc. Advog, R.L.
 Rua Rodrigo Da Fonseca, 149 - 4.º D 1070-242 Lisboa
Telef: (+351) 213 876 404
E-mail: cae@caeadvogados.pt
Site: www.caeadvogados.pt

Candeias & Associados – Sociedade de Advogados
 R. Soeiro Pereira Gomes 1, 4.º A, 1600-196 Lisboa
Telef: (+351) 211 455 415
E-mail: geral@candeias.pt
Site: www.candeias.pt

Carita, Taborda, Barbas Homem – Soc. Advogados
 Rua Hermano Neves, 22 - 3.º C 1600-477 Lisboa
Telef: (+351) 217 521 260
E-mail: advogados@ctbh.pt

Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Associados, Soc. Adv., RL
 Av. Antonio Augusto Aguiar, 27 - R/C 1050-012 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 755
E-mail: cafl@cafl.pt | **Site:** www.cafl.pt

Carlos Olavo e Associados Sociedade de Advogados, R.L.
 Rua Victor Cordon, 7 - 3.º 1200-482 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 740
E-mail: olavolex@olavolex.pt
Site: www.olavolex.pt

Carlos Rocha, Paulo Varzielas & Associados – Soc. Adv., RL
 Av. De Berna, 30 - 2.º C 1050-042 Lisboa
Telef: (+351) 217 817 230
E-mail: j.c.rocha@mail.telepac.pt

Carneiro Pacheco & Associados – Soc. Advogados, R.L.
 Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 503 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 864 466
E-mail: geral@cpassociados.pt
Site: www.cpassociados.pt

Castanheira, Pereira, Almeida & Associados - Soc. Adv., R.L.
 Rua João Machado, N.º 19 - 2.º C 3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 842 730/1
E-mail: geral@capa-advogados.com
Site: www.capa-advogados.com

Carvalho, Matias & Associados
 Rua Júlio de Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: info@cmasa.pt | **Site:** www.cmasa.pt

Cavaleiro & Associados
 Rua Pedro Homem de Mello, 55, 6.º, 4150-599 Porto
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@cavaleiroadvogados.pt
Site: www.cavaleiroadvogados.pt

CCA Advogados – Sociedade de Advogados R.L
 Rua Vítor Cordon, n.º 10.º 1249-202 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 590
E-mail: ccageral@cca-ontier.com
Site: https://pt.ontier.net

CC AA - Costa Carvalho Advogados Associados, RL
 Alameda dos Oceanos, n.º 142 - 2.º E 1990-502 Lisboa
Telef: (+351) 218 981 080
E-mail: ccaa@ccaa.pt | **Site:** www.ccaa.pt

CCSL Advogados
 Avenida da Liberdade, 262, 2.º Esq. 1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 215 835 196
E-mail: info@ccslegal.com
Site: www.ccslegal.com

Celso Cruzeiro & Associados – Sociedade de Advogados
 Rua Cap. Sousa Pizarro, 25 - 2.º 3810-076 Aveiro
Telef: (+351) 234 377 862
E-mail: geral@ccadvogados.pt
Site: www.ccadvogados.pt

Cerqueira Alves & Associados – Sociedade de Advogados, RL
 Rua de S. Marcos, n.º 101- 1.º andar 4700-328 Braga
Telef: (+351) 253 201 570
E-mail: geral@cerqueiraalves.pt
Site: www.cerqueiraalves.pt

Cerqueira Gomes & Associados Soc. Advogados, R.L.
 Rua De Ceuta, 53 - 6.º 4050-191 Porto
Telef: (+351) 222 074 010
E-mail: cg@cerqueiragomes.pt
Site: www.cerqueiragomes.pt

Cerejeira Namora, Marinho Falcão, Advogados Portugal
 Porto: Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, 388 4200-348 Porto
Telef: (+351) 225 573 520
E-mail: geral@societadedadvogados.eu
Site: www.societadedadvogados.eu

César d'Araújo & Associados Sociedade de advogados, R.L
 Av. Manuel Da Maia, 36 - 1.º Dto 1000-201 Lisboa
Telef: (+351) 218 478 311
E-mail: caa@casadvogados.com
Site: www.casadvogados.com
 César Pratas & Associados Soc.



Santiago Mediano e Associados

A Santiago Mediano e Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL foi fundada em 2003, contando com escritório em Lisboa e em Madrid. A Sociedade tem um particular foco no apoio jurídico próximo às empresas de forma integrada para os mercados português e espanhol.

A equipa do escritório de Lisboa conta com 15 advogados por forma a oferecer um conhecimento e experiência especializados nas diferentes áreas do direito. No escritório de Madrid dispomos de 45 profissionais para oferecer um nível de serviço de excelência aos nossos clientes.

SÓCIOS

- » Paulo de Jesus Correia
- » Susana Braz
- » Santiago Mediano Abogados (Madrid)

ÁREAS DE PRÁTICA

- » Direito Societário e Comercial
- » Imobiliário
- » Direito e Contencioso Laboral
- » Contencioso Civil e Comercial
- » Propriedade Intelectual e Media
- » Direito Fiscal e Contencioso Tributário
- » Direito Público e Direito da Contratação Pública

☎ (+351) 21 2 409961

📍 Rua D. João V, n.º 2 - 6.º Dto
1250-090 Lisboa (Portugal)

✉ pcorreia@santiagomediano.com

✉ sbraz@santiagomediano.com

🌐 www.santiagomediano.com

LinkedIn (<http://www.linkedin.com/compan/santiago-mediano-abogados?trk=biz-companies-cm>)

Advogados, R.L.

Rua Castilho, 211, 1.º 1070-051 Lisboa
Telef: (+351) 213 850 684
E-mail: geral@cesarpratas.com
Site: www.cesarpratas.com

Chaves Roquette, Matos, Azevedo & Associados

Rua das Amoreiras N.º 70 – 12.º
1269-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 000
E-mail: lawfirm@crma.pt
Site: www.crma.pt

Claudino Pereira Advogados

Sociedade de Advogados
Rua Dos Clérigos, 46 - 1.º 4050-204 Porto
Telef: (+351) 223 394 090
E-mail: claudinop@mail.telepac.pt

Clareira Legal

Rua dos Remolares 14, 2.º 1200-371 Lisboa
Telef: +351 213 400 800
E-mail: geral@clareira.com
Site: www.clareira.com

CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro & Associados

Avenida de Londres, Edifício Luzaga,
N.º 540 - 3.º Andar 4810-550 Guimarães
Telef: (+351) 253 424 600
E-mail: geral@clt.pt | **Site:** www.clt.pt

CM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Praça Rainha D. Leonor, n. 7, 1.º Esq.
6000-117 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 346 715
E-mail: geral@cmadvogados.pt
Site: <http://www.cmadvogados.pt>

CMS Rui Pena & Arnaut

Rua Castilho, 50 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: geral@cmsportugal.com
Site: www.cms-rpa.com

CNCM – Curado, Nogueira, Costa Mendes & Assoc., Soc. Adv., R.L.

Avenida Da Boavista, 3265 4.º 4
Edifício Oceanos 4100-137 Porto
Telef: (+351) 225 431 000
E-mail: cncm@cncm.pt

Coelho, Ribeiro & Associados

Soc. Civil de Advogados
Av. Eng.º Duarte Pacheco
Empreendimento Amoreiras, Torre 2 - 13.º
A 1099-042 Lisboa
Telef: (+351) 213 839 060
E-mail: cra@cralaw.com
Site: www.cralaw.com

Correia Afonso, Archer & Assoc. – Soc. Adv., R.L.

Rua Do Noronha, Nr.1 - 1.º
1269-132 Lisboa
Telef: (+351) 213 960 909
E-mail: geral@caa.pt
Site: www.caa.pt

Correia Moniz & Associados

Av. Fontes Pereira De Melo, 15 - 7.º
1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: cma@cma.pt

Costa Pinto Advogados

Edifício Amoreiras Plaza | Rua Carlos
Alberto da Mota Pinto, 9 – 7.º A
1070-374 Lisboa
Telef: (+351) 213 180 370
E-mail: geral@costapinto.pt
Site: www.costapinto.pt

CRBA – Capitão, Rodrigues Bastos, Areia & Associados

Av. Duque D'ávila 66, 5.º
1069-075 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 301
E-mail: crba@crba.pt | **Site:** www.crba.pt

CRS Advogados - Cruz Roque Semião

Rua Abranches Ferrão n.º 10 15.º D,
1600-001 Lisboa
Telef: 214 046 850
E-mail: crs@crs-advogados.com
Site: www.crs-advogados.com

CSA – Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados

Avenida 5 de Outubro, N.º 17, 7.º Andar
1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 250
E-mail: csa_lisboa@cscsa.pt
Site: www.cscsa.pt

CPGL Sociedade de Advogados

Teix. da Costa, Nuno Paixão, Paulo
Gonçalves Duarte, José Ribeiro, Paulo
Brandão & Associados
Av. Do Ultramar, 15 – 1.º E/F
2750-506 Cascais
Telef: (+351) 214 818 704
E-mail: geral@cpgl.pt
Site: www.cpgl.pt

CSBA Advogados

Rua Castilho, 44, 8.º andar
1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 200
E-mail: csba@csba-advogados.pt
Site: www.csba-advogados.pt

CTSU

Av. Eng. Duarte Pacheco 7, 7.º piso
1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 219 245 010
E-mail: geral@ctsu.pt
Site: www.ctsu.pt

Cuatrecasas - Gonçalves Pereira & Associados

Av. Fontes Pereira de Melo, 6
1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 800
E-mail: cuatrecasasportugal@
cuatrecasas.com
Site: www.cuatrecasas.com

CVA – Cruz Vilaça Advogados

Av. Duque de Ávila, 141 – 4.º dto
Edifício OMNI 1050-081 Lisboa
Telef: (351) 211 609 524
Email: info@cruzvilaca.eu
Site: www.cruzvilaca.eu

Dantas Rodrigues & Associados

Soc. de Advogados, R.L.
Av. Elias Garcia, 162 - 7.º A
1050-102 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 050
E-mail: secretariado@dantasrodrigues.com
Site: www.dantasrodrigues.com

Dário Freitas & Associados

Rua Sá da Bandeira, 567 - 1.º Dto
4000-437 Porto
Telef: (+351) 222 087 065
E-mail: geral@dfassociados.com

Delgado & Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Boavista, 1837 - 12.º 4100-133 Porto
Telef: (+351) 220 114 100
E-mail: mail@delgado.pt
Site: www.delgado.pt

DCM Littler

Rua Julieta Ferrão, 12, 204, 503 e 604
1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 961 074
E-mail: mcv@dcmlawyers.com
Site: www.dcm-lawyers.com/

Dinis Lucas & Almeida Santos

Av. da República, 50 - 7.º A
1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 816 010
E-mail: geral@dias.pt
Site: www.dias.com.pt

Diogo, Neto, Marques & Associados - Soc. Advog. R.L.

Edifício Avenida | Av. Heróis Do
Ultramar, 52 - 2.º Apartado 107
3100-462 Pombal
Telef: (+351) 236 209 650
E-mail: dnm@dnm-sadvog.com
Site: www.dnm-sadvog.com

DLA Piper ABBC

Largo de São Carlos, n.º 3
1200-410 Lisboa
Telef: (+351) 213 583 620
E-mail: dlapipeabbc@dlapiper.com
Site: www.dlapiper.com
Eduardo Paz Ferreira & Associados
Avenida Duque de Loulé,
N.º 106 - 8.º Andar 1050-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 510 050
E-mail: secretariado@
eduardopazferreira.pt
Site: www.eduardopazferreira.pt

Eduardo Pereira Sousa,

Teresa Marques Guerra & Assoc.

Rua Da Boavista, 844-2.º,
Sala 2.2 4050-106 Porto
Telef: (+351) 223 390 773
E-mail: epsouatmguerra@iol.pt

Eduardo Serra Jorge

e Maria José Garcia - Soc. Adv. R.L.
Av. António Augusto De Aguiar,
N.º 183 - R/C Dto. 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 390
E-mail: esjmjg@esjmjgadvogados.com
Site: www.esjmjgadvogados.com

Elmiro de Sousa, Rosa Vasconcelos & Assoc. – Soc. Advog. RL

Campo 24 De Agosto, 129 - 5.º - Escr. 501
4300-504 Porto
Telef: (+351) 226 051 298
E-mail: elmirosousa-2441p@adv.ao.pt

Enes Cabral

Av. Fontes Pereira de Melo, 25-2.º Df.º
1050-117 Lisboa
Telef: (+351) 215 844 930
E-mail: ec@enescabral.com
Site: www.enescabral.com

Esquivel Advogados

Avenida da República, N.º 43 – 2.º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 310
E-mail: geral@esquiveladvogados.com
Site: www.esquivel.com.pt

Espanha & Associados

Rua Castilho, n.º 75,
8.º Dto. 1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 538 705
E-mail: geral@espanhaassociados.pt
Site: www.espanhaassociados.pt

EY LAW Portugal

Avenida da Índia, n.º 10, piso 0, 1349-066 Lisboa, Portugal

Email Geral: info@pt.eylaw.com

Telef: (+351) 21 801 44 53

Website: https://www.ey.com/pt_pt/law/ey-law/

https: //pt.linkedin.com/company/ernstandyoung

Estúdio Jurídico Ejaso, H. Pardo, H. Larramendi Asoc.

Rua Castilho, 13D - 1º B, 1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 528 133

E-mail: ejalisboa@ejaso.com

Site: www.ejaso.com

Eversheds Sutherland

Av. Liberdade, 249, 1º - 1250-143 Lisboa

Telef: (+351) 213 587 500

E-mail: geral@eversheds-sutherland.net

Site: www.eversheds-sutherland.pt

FALM – Ferreira de Almeida, Luciano Marcos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L

Rua Abranches Ferrão, 10 - 5º F 1600-001 Lisboa

Telef: (+351) 217 224 200

E-mail: geral@falm.pt

Site: www.falm.pt

Farinho Dias & Ana Cristina Dias Soc. Advogados

Rua Braamcamp, Nr. 12 - 3º Dt. 1250-050 Lisboa

Telef: (+351) 213 826 880

E-mail: fd@farinhodias.pt

FB&A

Campo Grande, 28-9ºA 1700-093 Lisboa

Telef: (+351) 215 866 800

Fax: (+351) 215 866 336

E-mail: geral@fbaa.pt

FCM - Ferreira da Conceição, Menezes & Associados, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.

Av. Avenida da República, n.º 44, 2º Dt. 1050-194 Lisboa, Portugal

Telefone: (+351) 21 795 05 55

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

FDR – Pinto Duarte, Côrte-real, Casado Neves & Assoc., R.L

Rua Marquês De Fronteira, Nº 8, 1º Dt. 1070-296 Lisboa

Telef: (+351) 213 710 700

E-mail: fdradvogados@fdr.pt

Site: www.fdr.pt

Fernando Alberto, G.Alves, Marcos Silva, V.Castro e Assoc.

Largo República Do Brasil, 437 C - 4º 4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 420 550

E-mail: fagamsvc.assoc@mail.telepac.pt

Fernando Anastácio & Associados – Soc. Advogados, R.L

Av. Liberdade, 93 - 2º - Apartado 2235 8200-002 Albufeira

Telef: (+351) 289 586 447

E-mail: advogalgarve@cam-advogados.pt

Site: www.cam-advogados.pt

Fernando Fraga & Associados Soc. de Advogados

Av. República, 24 - 9º 1050-192 Lisboa

Telef: (+351) 213 170 830

E-mail: advogados@ffa.pt

Site: www.ffa.pt

Fernando Sobreira**& Associados – Soc. Advogados**

Rua Sampaio E Pina, 12 - 4º Dtº 1070-249 Lisboa

Telef: (+351) 213 841 220

E-mail: fs@fsadvogados.pt

Ferreira da Conceição, Menezes & Associados

Av. Da República, 44 - 2º Dto. 1050-194 Lisboa

Telef: (+351) 217 950 555

E-mail: fcmg@fcmg.pt

Site: www.fcmg.pt

Filipe Azoia & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL.

Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1, Piso 6, Sala 1 1070-101 Lisboa

Telef: (+351) 211 319 684

E-mail: geral@fa-associados.pt

Site: www.a-associados.pt

Filipe Sequeira & Associados Soc. Advogados

Av. Arriaga 44b, 5º, Sala 1 9000-064 Funchal

Telef: (+351) 291 214 100

E-mail: info@fsadvogados.com

Site: www.fsadvogados.com

Fonseca, Barroso & Vicente Soc. Advogados, R.L.

Av. De Berna, 24 - 2º Esq.127/31-5, 302/4 1050-041 Lisboa

Telef: (+351) 217 937 900

E-mail: fbv-lexberna@mail.telepac.pt

Fontes Neves & Associados, Sociedade Advogados, R.L.

Rua António Augusto De Aguiar 112 – 2º Esq 6200-050 Covilhã

Telef: (+351) 275 320 710

E-mail: advogados.geral@fontesneves.pt

Site: www.fontesneves.pt

Frederico Bonacho, António Falé Nobre & Assoc. – Soc. Adv.

Rua Bernardim Ribeiro, 12 A 1150-071 Lisboa

Telef: (+351) 213 590 561

E-mail: geral@bna.pt

Freitas, Giraldes, Leão & Associados - Soc. Advogados R.L

Rua António Cardoso, 332 4150-079 Porto

Telef: (+351) 226 079 400

E-mail: fgl@fgl.pt | **Site:** www.fgl.pt

Freitas de Carvalho Advogados

Largo da República do Brasil, 437C – 2ºX 4810-446 Guimarães

Telef: (+351) 253 095 086

E-mail: info@freitascarvalho.pt

Site: www.freitascarvalho.pt

Gabinete de Advogados J.C. Rufino Ribeiro & Associados, SPA, R.L

Rua Barbosa Resende, 16 - 3º Apartado 130 2670-901 Loures

Telef: (+351) 219 834 791

E-mail: rufino.gabinete.advogados@gmail.com

Galhardo Vilao, Torres, Sociedade de Advogados

Rua Castilho, Nr. 13 D - 7º A 1250-066 Lisboa

Telef: (+351) 213 193 930

E-mail: welcome@gvt.pt

Site: www.gvt.pt Galvão & Sacôto

Associados –**Soc. Advogados, R.L.**

Av. Infante Santo, 23 - 8º B 1350-177 Lisboa

Telef: (+351) 213 965 818

E-mail: gsadvoga@netcabo.pt

Site: www.galvaosacotoassociados.pt

Gama Glória

Rua Alexandre Herculano, 38 – 4º 1250-011 Lisboa

Telef: (+351) 211 390 139

E-mail: gamagloria@gamagloria.com

Site: www.gamagloria.com

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados

Avenida General Humberto Delgado, 181 4800-158 Guimarães

Telef: (+351) 253 421 600

E-mail: geral@gamalobomelo.com

Site: www.gamalobomelo.com

Gameiro e Associados**Sociedade de Advogados, R.L**

Beloura Office Park, Edif.2 Escr. 2, Qta Beloura 2710-694 Sintra

Telef: (+351) 219 246 755

E-mail: smggameiroeassociados@lexactual.com

Site: www.gameiroassociados.com

Garrigues

Av. Da República, 25 - 1.º Andar 1050-186 Lisboa

Telef: (+351) 213 821 200

E-mail: portugal@garrigues.com

Site: www.garrigues.com/pt

GCCA – Guimarães, Correia, Cardoso & Associados – Soc. Adv., R.L.

Rua Marquês Da Fronteira 8, 2º - E 1070-296 Lisboa

Telef: (+351) 213 715 370

E-mail: geral@gcca.pt

GDP – Advogados Associados

Av. 5 De Outubro, Nr. 176 - 5º Esq. 1050-063 Lisboa

Telef: (+351) 217 931 433

E-mail: mail@gdpalegal.com

Site: www.gdpalegal.com

George Advogados

Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar 1050-059 Lisboa

Telef: (+351) 215 832 292

(+351) 217 930 876

E-mail: lisboa@georgeadvogados.com

Site: https://lei-network.com/

Gil Figueira & Devillet Lima – Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Rodrigues Sampaio, 97 – 4º Andar 1150-279 Lisboa

Telef: (+351) 210 997 356 / 210 200 076

E-mail: hello@gfdl.legal

Site: www.gfdl.legal

Gil Moreira Santos, Caldeira, Cernadas & Associados – Soc. Advogados R.L

Rua 5 De Outubro, 446 - 466 4100 - 173 Porto

Telef: (+351) 226 076 020

E-mail: geral@gmscc.pt

Site: www.gmscc.pt

Gómez – Acebo & Pombo

Av. Duque de Avila, n.º 46, 6.º 1050-083 Lisboa

Telef: (+351) 213 408 600 |

E-mail: advogados.lisboa@ga-p.com

Site: www.ga-p.com

Gonçalo Leite Campos & Associados

Rua Garret, 12, 1º Esq. 1220-204 Lisboa

Telef: (+351) 213 460 054

E-mail: geral@glic.pt | **Site:** www.glic.pt

Gonçalves Lopes & Associados Soc. de Advogados, R.L.

Rua Professor Correia De Araújo, 593, Pct. Privada, Ent. 3, Salas 1/2 1050-047 Lisboa

Telef: (+351) 225 020 635

E-mail: l.goncalves@mail.telepac.pt

GPA Advogados – Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados

Edifício Amoreiras Square Rua Carlos Alberto da Mota Pinto

Nº 17 – 3º B 1070-313 Lisboa

Telef: (+351) 213 121 550

E-mail: gpa@gpasa.pt

Site: www.gpasa.pt

Graça, Gonçalves & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Tenente Valadim,

nº 7-A 2750-502 Cascais

Telef: (+351) 214 831 770

E-mail: mail@ggadadvogados.pt

Site: www.ggadadvogados.pt

Guedes, Cruz Gonçalves & Associados – Soc. Adv., R.L.

Av. Almirante Reis, 94-D-Rch E 1º Dtrº 1150-022 Lisboa

Telef: (+351) 218 163 110

E-mail: geral@gcg.pt

Hellmuth Diniz & P. R. Madeira Soc. Advogados

Rua Visconde De Seabra, 22 - 8º 1700-270 Lisboa

Telef: (+351) 217 956 900

E-mail: p.r.madeira@hdprmsocadv.pt

Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Av. Miguel Bombarda, Nr. 35 1050-161 Lisboa

Telef: (+351) 213 169 500

E-mail: geral@haaag.pt

Site: www.haaag.pt

Horácio Lages & Carlos Lages

Avenida da Liberdade Nr. 706, 2º andar 4710-249 Braga

Telef: (+351) 253 267 474

E-mail: carloslages.braga@societadedadvogados.mail.pt

Site: www.hcladvogados.com

Ilime Portela & Associados Soc. Advogados, R.L.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 7 - 6º Esq. 1070-060 Lisboa

Telef: (+351) 217 263 386

E-mail: www.ilimeportela-advogados.aweb.org

Isabel Duarte & Associados – Soc. Advogados, R.L.

Av. António Augusto De Aguiar, 11 - 4º Esq. 1050-010 Lisboa

Telef: (+351) 213 515 520

E-mail: isabel.duarte@idlei.com

Isabel Seuanes & Associados – Soc. de Advogados, R.L.

Av. Duque D Avila, 185 - 7º 1050-082 Lisboa

Telef: (+351) 213 121 550

E-mail: geral@isassociados.pt

Site: www.isassociados.pt

J+Legal

Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1 – 6ºC 1250-273 Lisboa

Telef: (+351) 218 770 000

E-mail: geral@jlegal.pt

Site: www.jlegal.pt

J. A. Pinto Ribeiro & Associados
Rua Duque de Palmela, 27 - 5ª Esq.
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.com

Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva Associados
Av. Duque de Ávila, nº 141 Ed. OMNI - 4º Andar Dto., 1050-081 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 300
E-mail: jsms@jmsm.pt
Site: www.jmsm.pt

J. Plácido Santos & Associados Soc. Advogados, R.L.
Lg. 5 De Outubro, 9/10 - 1º Apt. 186
8401-903 Lagoa
Telef: (+351) 282 340 250
E-mail: jpslaw@jpslaw.com.pt
Site: www.jpslaw.com.pt

João Marcelo & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. 1º De Maio, 12 - 2º Andar
6000-086 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 328 566
E-mail: jma@jma-advogados.com
Site: www.jma-advogados.com

João Marques & Associados Soc. Advogados, R.L.
Pç. Carlos Alberto, 123 - 3º, Sala 33/34
4050-293 Porto
Telef: (+351) 222 052 016
E-mail: info@jmadv.pt

João Nabais & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Fernando Palha, Nº 26
1950-131 Lisboa
Telef: (+351) 218 622 100
E-mail: advogados@jnabais-advogados.pt
Site: www.jnabais-advogados.pt

João Norberto da Palma Carlos e Associados – Soc. de Advogados
Av. 5 De Outubro, 168 1050-062 Lisboa
Telef: (+351) 213 579 595
E-mail: palmacarlos@ip.pt

João Pedroso & Associados
Avenida Fontes Pereira de Melo 30
1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 260
E-mail: geral@pedrosoadv.pt
Site: www.pedrosoadv.pt

João Pinto Germano & Associados
Avenida da Liberdade Nº 144, 8º Dto
1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 406 050
E-mail: geral@jpg-associados.com
Site: www.jpg-associados.com

Joaquim C. Santos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Mestre Roque Gameiro 29, 1º-E
2700-577 Amadora
Telef: (+351) 214 948 080
E-mail: joaquimcsantos-10034@advogados.ao.pt

Joaquim Petisca & Associados Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 402
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 844 945
E-mail: jpa.advogados@netcabo.pt

Jorge Carneiro & Associados – Soc. Advogados
Rua Eugénio De Castro, 352, 2º Andar, Sala 26 4100-225 Porto
Telef: (+351) 226 051 330
E-mail: lawfirm@jcasassociados.pt
Site: www.jcasassociados.pt

Jorge Mota, Jorge Monteiro Santos & Associados
Calçada Marques Abrantes,
38-3º-Esqº 1200-719 Lisboa
Telef: (+351) 213 969 684
E-mail: jms.socadv@clix.pt

Jorge Pracana e Francisco José Martins & Associados
Rua Joaquim António De Aguiar,
Nr. 66 - 3º Esq. 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 806 210

José Carlos de Oliveira & Associado – Sociedade de Advogados R.L.
Avenida João XXI 16, 1º-D 1000-302 Lisboa
Telef: (+351) 218 400 316
E-mail: jco@jcoadvogados.pt

Jose de Albuquerque & Associados, Soc. Adv. R.L.
Rua Oliveira Martins 4 – 1º C
2845 - 381 Amora
Telef: (+351) 212 245 323
E-mail: advogados@josealbuquerque.com
Site: www.josealbuquerque.com

José M. S. Moniz, Marçal Antunes, Ricardo Brazete e Associados
Rua Dos Combatentes Da Grande Guerra,
17 - 1º 3500-109 Viseu
Telef: (+351) 232 480 390
E-mail: geral@jmmarb.com
Site: www.jmmarb.com

José Macieirinha, Pedro Macieirinha & Associados Soc. Adv. R.L.
Rua D. Pedro De Castro
5000-911 Vila Real
Telef: (+351) 259 371 949
E-mail: tmacieirinha@jmpr-advogados.pt
Site: www.jmpr-advogados.pt

José Maria Calheiros & Associados, Soc. Adv. R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, 38 -
6º Andar 1050-016 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 795
E-mail: advogados@jmclawyers.com

JPAB – José Pedro Aguiar-Branco & Associados
Rua de José Falcão, 110 4050-315 Porto
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: info@jpab.pt | **Site:** www.jpab.pt

José Pimenta & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Avenida 25 Abril Edifício Navegador
1011, 1º-F 2750-515 Cascais
Telef: (+351) 214 848 860
E-mail: geral@jpassociados.pt

José Saramago & Associados Sociedade de Advogados, RL
Edifício Euro | Rua Pedro Álvares Cabral,
24 - 4º C 2670-391 Infantado, Loures
Telef: (+351) 219 835 555
Fax: (+351) 219 835 557
E-mail: info@jose.saramago.com
Site: www.jose-saramago.com

José Serrão & Associados – Soc. Adv. R.L.
Avenida Duque De Loulé, N.º 47º,
5º Esq 1050-086 Lisboa
Telef: (+351) 213 103 320
E-mail: geral@jsadvogados.com /
joseserrao@jsadvogados.com
Site: www.jsadvogados.com

Júlio Corrêa Mendes & Associados
Av. António José De Almeida, Nº 30 – 2º
Andar 1000-044 Lisboa
Telef: (+351) 217 963 252
E-mail: advogados@jcorreamendes.pt
Site: www.jcorreamendes.pt

KENNEDS
Avenida Engenheiro Duarte Pacheco
Amoreiras, torre 1, piso 5, sala 5
1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 213 243 690
E-mail: reception.portugal@kennedslaw.com
Site: www.kennedslaw.com

KGSA - Krusse Gomes, Simões de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, SP RL.
Avenida da República, 6, 2 D,
1050-191, Lisboa
Telef: (+351) 211 250 200
Site: www.kgsa.pt
Linked In : kgsa sociedade advogados

Lam & Alves – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Do Barranco 75 8400-508
Carvoeiro Lga
Telef: (+351) 282 357 276
E-mail: advogados@lamalves.net

Leal, Faro, Ramos & Tentugal
Rua Caldas Xavier, nº38, 5º Drt.
4150-162 Porto
Telef: (+351) 226 004 851
E-mail: geral@lfrt.pt | **Site:** www.lfrt.pt

Lebre Sá Carvalho & Associados Soc. Advogados
Rua Julio De Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: jlfrteis@lsc.a.pt

Legalworks (Gomes Da Silva & Associados) Sociedade de Advogados R.L.
Edifício Espaço Chiado,
Rua Da Misericórdia, Nº14, 6º Andar,
Escritórios 22 E 23 1249-038 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 360
E-mail: geral@legalworks.pt
Site: www.legalworks.pt

Leite, Campos, Soutelinho & Associados
Avenida Casal Ribeiro,
Nr. 14 - 9.º 1000-092 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 060
E-mail: geral@lcsgr.com
Site: www.leitecamposoutelinho.com

LeggiTeam, S.L.P. – Sucursal em Portugal
Av. António Augusto de Aguiar,
nº 90 - 2º 1050-018 Lisboa
Telef: (+351) 211 341 469
E-mail: geralpt@leggitteam.com
Site: www.leggitteam.com

LGP - Soc. Advogados R.L.
Rua Pinheiro Chagas, 17 - 2º
1050-174 Lisboa
Telef: (+351) 213 182 700
E-mail: info@lgp.pt | **Site:** www.lgp.pt

LINKLATORS
Avenida Fontes Pereira de Melo, 14 – 15.º
1050-121 Lisboa
Tel.: (+351) 218 640 000
E-mail: LinklatorsPortugal@linklators.com
Site: www.linklators.com

Lipari García & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Da República 56, 7º-E
1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 962 151
E-mail: geral@liparigarcia.pt

LJ & Associados – Soc. Adv. R.L.
Rua Manuel Tiago, Nr. 83- R/C
2870-353 Montijo
Telef: (+351) 212 309 570
E-mail: geral@lj-advogados.pt

LSPA - LAUREANO SANTOS, PEREIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS – SOCIEDEDE DE ADVOGADOS, SP
Av. Fontes Pereira de Melo, 35 - 9.º, 1050 -
118 Lisboa, Portugal
Telef: (+351) 213592500
(+351) 213592599
E-mail: @ geral@lspa.pt
Site: www.lspa.pt
Lobo, Vasques & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo Vitorino Damásio, 4 – 1º
Santos-o-Velho 1200-872 Lisboa
Telef: (+351) 213971 314
E-mail: info@lobovasques.com
Site: www.lobovasques.com

Lopes Barata & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Rua Poeta Bocage 2, 2º D
1600 - 233 Lisboa
Telef: (+351) 213 555 651
E-mail: geral@netcabo.pt
Site: www.lopesbarata.com

Lopes Cardoso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Júlio Dinis 247,4.º E/9
4051-401 Porto
Telef: (+351) 226 099 448
E-mail: lca@lopes-cardoso.pt
Site: www.lopes-cardoso.pt

Lopes Dias & Associados Soc. Advogados R.L.
Av.24 De Julho Nº 60 2º Esq
1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 920 290
E-mail: lopesdias@ld-lawfirm.com
Site: www.ld-lawfirm.com

Luís Barros Figueiredo, Sofia Louro & Associados Soc. Advogados
Av. António Augusto De Aguiar,
165, R/C Esq 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 310
E-mail: law@law.com.pt
Site: www.law.com.pt

Luís Filipe Chaveiro & Associados
Av. Duque D' Ávila, 185, 1ºc
1050-082 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 550
E-mail: lfchaveiro@lfc-associados.com

Luís Laureano Santos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira De Melo, 19 - 3º
1050-116 Lisboa
Telef: (+351) 213 592 500
E-mail: geral@lsc.pt | **Site:** www.lsc.pt

Luís Loureiro, João Gomes & Associados-Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Doutor António José Almeida
23,4º-D 3510-046 Viseu
Telef: (+351) 232 431 368
E-mail: geral.ljig.adv@mail.telepac.pt

Luis S. Rodrigues & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Campo Grande, 28 - 6º A
1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 969 712
E-mail: lsr-lisboa@pratica-legal.com
Site: www.lsrassociados.com

Lumbrales & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Camilo Castelo Branco, Nr. 23 - 4º,
1150-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 870
E-mail: geral@lumbrales-associados.eu
Site: www.lumbrales-associados.eu

M. Rodrigues & Associados
Avenida 5 de Outubro, Nr. 53, 5.º andar
1050-048 Lisboa
Telef: (+351) 213 546 599
E-mail: geral@mrdriguezassociados.pt
Site: www.mrodriguesassociados.pt

Macedo Vitorino & Associados
Sociedade de Advogados
Rua Do Alecrim, 26 E 1200-018 Lisboa
Telef: (+351) 213 241 900
E-mail: mva@macedovitorino.com
Site: www.macedovitorino.com

Machado Ruivo & Associados
Sociedade de Advogados
Rua Camilo Castelo Branco 122, 1.º
4760-127 Vila Nova De Famalicão
Telef: (+351) 252 322 402
E-mail: mruivoassociados@mail.telepac.pt

Magalhães Pereira e Associados,
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. António Augusto de Aguiar, n.º 19,
1.º dt.º 1050-012 LISBOA
Telef: + 351 213 875 141
Email: geral@mpassociados.pt
Site: www.mfassociados.pt

Magna – Sociedade de Advogados
Rua Comendador António Hipólito 6º B
2560-134 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 327 320 / 261 327 325
E-mail: soc.advogados@mjguerreiro.pt
Site: www.mjguerreiro.pt

Maltez, Amaro & Associados
Sociedade de Advogados R.L.
Av. Conde Valbom. Nr.1, Escr. B
1050-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 313
E-mail: mman-law@mman-law.com

MANO & RODRIGUES –
Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Mota-Galiza Rua Júlio Dinis,
247 - 5º E 4 4050-324 Porto – Portugal
Telef: (+351) 22 606 99 13
Email: geral@mradvogados.com
Site: www.mradvogados.com

Manuel Guerra Pinheiro,
Paulo Reis & Associados Sociedade
de Advogados, R.L.
Rua Latino Coelho, N.º1, 6º Andar,
Edif. Hi-Fi 1050-132 Lisboa
Telef: (+351) 210 010 640
E-mail: lisboa@g-advogados.com
Site: www.g-advogados.com

Manuel Rebanda, Pereira Monteiro &
Associados Sociedade de Advogados
Rua João Machado 100,5º-S 505
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 851 950
E-mail: geral@mrpmadv.pt

Maria Ferreira, Fernandes Ferreira
Alameda da Quinta de Santo António,
N.º 13F 1600-675 Lisboa
Telef: (+351) 213 551 811
E-mail: geral@miff.pt

Marques Bom & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Duque De Loulé, 5 - 6º 1050-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 504 510/1
E-mail: geral@marquesbom.com
Site: www.marquesbom.com

Martins Alfaro, Rui Teixeira &
Associados Sociedade
de Advogados, R.L.
Av. República, N.º 44, 7º Esq
1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 803 010
E-mail: geral@lisbonlegal.com
Site: www.lisbonlegal.com

Matos Ferreira & Associados
Sociedade De Advogados
Rua Do Conde De Redondo, N.º 8,
4º Dto 1150-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 190
E-mail: pedromf@lis.ulusiada.pt

MC&A - Sociedade
De Advogados, R.L.
Avenida Da Liberdade, 262 – 4º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 569 930
E-mail: vmc@legalmca.com
Site: www.legalmca.com

MCJ Advogados
Largo De Jesus, N.º 1-B 2900-499 Setúbal
Telef: (+351) 265 530 260
E-mail: mcj@mcjadvogados.com.pt
Site: www.mcjadvogados.com.pt

Mendes Ferreira & Associados
Soc. Advogados R.L.
Av. Da Boavista, 3477 - 3521 -S.
308-309 Edifício Avis 4100-139 Porto
Telef: (+351) 226 098 915
E-mail: info@mendesferreira.com
Site: www.mflaw.eu

Messias Carvalho, Sónia de Carvalho
& Associados – Sociedade
de Advogados, R.L
Rua De Vilar, N.º 235, 6.º-Esq.
Edifício Scala 4050-626 Porto
Telef: (+351) 226 076 070
E-mail: geral@mcsc.pt
Site: www.mcsc.pt

MGRA & Associados, R.L.
Avenida Praia Da Vitória, N.º 48,
3º Andar Dt.º 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 595 090
E-mail: mgra@mgra.pt
Site: www.mgra.eu

Miguel Veiga, Neiva Santos &
Associados - Sociedade de
Advogados
Rua Picaria 75 4050-478 Porto
Telef: (+351) 220 113 000
E-mail: mail@mvassoc.pt

Miranda & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL
Lisboa: Av. Engenheiro
Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 814 800
(+351) 217 814 802
Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4º andar
4050-322 Porto
Telef: (+351) 220 439 500
(+351) 220 439 501
Site: www.mirandalawfirm.com

MLA - Maricato, Lima & Associados -
Sociedade de Advogados, R.L.
Rua das Picoas, 12 - 2º andar
1050-173 Lisboa
Telef: (+351) 219 364 200
E-mail: mla@mla.pt
Site: www.mla.pt

MLJ - Sociedade e Advogados R.L.
Avenida Visconde Valmor N.º 41 - 2º
Esq.1050-237 Lisboa
Telef: (+351) 217 800 280/1
E-mail: mfreitas@mlj-advogados.com /
Ineves@mlj-advogados.com
Site: www.mlj-advogados.com

Monforte Calheiros & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida Sidónio Pais 24, 5º- Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 450
E-mail: mc@mc-law.com.pt

Monereo Meer Advogados
Rua Filipe Folque n.º 10 J – 4º dto.
1050 -113 Lisboa
Telef: + 351 210 203 478
E-mail: lis@mmmm.pt
Site: www.mmmm.pt

Montalvão Martins & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida Da República 64, 8º
1050-197 Lisboa
Telef: (+351) 217 827 120
E-mail: montalvaassociados@gmail.com

Monteiro Gomes Advogados
Edifício Aviz
Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 35 – 6º D –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 139 010
E-mail: geral@mgadvogados.pt
Site: www.mgadvogados.pt

Monterroso & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida General Pedro Cardoso
Nr. 1 Apartado 726
2504-917 Caldas Da Rainha
Telef: (+351) 262 249 030
E-mail: geral@madv.pt
Site: www.madv.pt

Morais Leitão, Galvão Telles,
Soares da Silva & Assoc.,R.L.
Rua Castilho, 165 1070-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 817 400
E-mail: mlgtslisboa@mlgts.pt
Site: www.mlgtsp.pt

MORE than lawyers
Rua Castilho, 57, R/C Direito
1250-068 Lisboa
Telef: (+351)213 147 150
E-mail: teresa@more.pt
Site: www.more.pt

Mota Pereira & Associados
Sociedade De Advogados RL
Avenida Guerra Junqueiro 3,2º-E
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 453 500
E-mail: advogados@motapereira.pt
Site: www.motapereira.pt

MPABS - Menéres Pimentel,
Ataide Bailão, Sevivas & Associados
Soc. Adv. R.L.
Av. Guerra Junqueiro, 5 2º Dto
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 437 460
E-mail: mpabs@mpabs.pt
Site: www.mpabs.pt

MRA - Miguel Reis & Associados
Sociedade de Advogados RL
Rua Marquês de Fronteira 76-5º,
1070-299 Lisboa
Telef: (+351) 213 852 138
E-mail: info@lawrei.com
Site: www.lawrei.com/pt

MSP ADVOGADOS - Matias Serra,
Ferreira da Silva, Paulo Duarte, Sofia
Penha, José Pedro Sousa
Praça Pedro Nunes, 94 4050-466 Porto
Telef: (+351) 226 091 116
E-mail: mslawfirms@gmail.com
Site: www.mspadvogados.org

N. Maldonado Sousa & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Sidónio Pais, 16 2º. Esq.
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 760
E-mail: info@nmsadvogados.pt
Site: www.nmsadvogados.pt

Nascimento Catarino & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras,
Torre 2, Piso 14.º - E 1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 213 869 300
E-mail: info@ncadvogados.com
Site: www.ncadvogados.com

Neto Mesquita E Associados
Sociedade De Advogados
Rua Marquês Fronteira 4-C, 3º-E
1070-295 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 900
E-mail: geral.nmadvogados@netcabo.pt

Neves Lima & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Marquês De Tomar, 44-3º
1050-156 Lisboa
Telef: (+351) 213 849 070
E-mail: geral@neveslima.com
Site: www.neveslima.com

Neville De Rougemont & Associados -
Soc. Advogados R.L.
Av. Casal Ribeiro, Nr. 50, 6º Andar
1000-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 191 290
E-mail: info@ndr.pt
Site: www.nevillederougemont.com

Nicolina Cabrita & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira Melo
Bloco A1-35, 18º-D 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 217 811 100
E-mail: ncacs.socadv@netcabo.pt
Site: www.ncacs.pt/pt

Nobre Guedes, Mota Soares
& Associados Sociedade
de Advogados, RL.
Rua Braamcamp, 90, 3º
1250-052 Lisboa
Telef: (+351) 210 900 300
E-mail: ngms@ngms.pt | **Site:** www.
ngms.pt

Noronha Advogados
Av. António Augusto Aguiar, 148 -4ºc/5ºc
1050-021 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 178
E-mail: noadlis@noronhaadvogados.
com.br
Site: www.noronhaadvogados.com.br

Nova Advogados
Av. General Humberto Delgado, 20-1º
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 774 461
E-mail: nova@novalegal.pt
Site: www.novalegal.pt

Nuno Fonseca Alves,
Fabiana Azevedo & Associados -
Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo da Paz, 41, 4050-460 Porto
Telef: (+351) 222440820
Email: geral@nfs-advogados.com
Site: www.nfs-advogados.com

Kore Partners
Rua Garrett, 19-2ºC 1200-203 Lisboa
Telef: (+351) 215 849 530
E-mail: kore@korepartners.com
Site: www.korepartners.com
PACC.V - Mendes Pinto, Cunha
Araújo, Borges De Carvalho,

Caçada, Vareiro & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Braamcamp, N.º 6, 1.º Esq.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 802 620
E-mail: geral@paccv.com
Site: www.paccv.com

Pacheco De Amorim, Miranda Blom & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Dr. Antunes Guimarães, Nr. 628
4100-075 Porto
Telef: (+351) 225 323 890
E-mail: sede@pa-advogados.pt
Site: www.pa-advogados.pt

Pancada Fonseca, Costa Oliveira & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Defensores De Chaves, N.º69, R/C Esq.
1000-114 Lisboa
Telef: (+351) 217 815 370/8
E-mail: fcostaoliveira@netcabo.pt
Site: www.pfcoo.pt

Pares Advogados
Rua Alexandre Herculano, N.º23, 2.º
1250-008 Lisboa
Telef: (+351) 210 936 404
E-mail: geral@paresadvogados.com
Site: www.paresadvogados.com

Paula Esteves Escritório de Advogados
Rua Camilo Castelo Branco, 30a
8200-276 Albufeira
Telef: (+351) 218 472 106
E-mail: pe@peadvogados.pt
Site: www.peadvogados.pt

Paulo De Almeida & Associados
Av. Da Republica N.º 14 - 6.º 1050-191
Lisboa
Telef: (+351) 213 584 700
E-mail: advogados@paasa.pt
Site: www.paulodealmeida.com

Paulo Silva & Associados
Rua Ramiro Ferrão, Nr. 13C
2805-356 Almada
Telef: (+351) 212 729 380
E-mail: psa@psa.pt | Site: www.psa.pt

PaxLegal - Patrício, Pestana & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Joshua Benoliel, 6, 8-A 1250-133
Lisboa
Telef: 213850046
E-mail: paxlegal@paxlegal.pt

pbbr.a - Sociedade de Advogados, RL
Avenida da Liberdade, 110-6,
1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 264 747
E-mail: geral@pbbr.pt | Site: www.pbbr.pt

Pedro Soares, Ana Mafalda Matos & Associados - Soc. Advogados
Avenida República 679, 4.º-S 44-46
4450-242 Matosinhos
Telef: (+351) 229 373 165
E-mail: pedro.soares@pedrosoareseassociados.com
Site: www.pedrosoareseassociados.com

Pereira da Cruz & Associados Sociedade de Advogados
Lisboa: Rua Victor Cordon, n.º 14
1200-484 Lisboa
Telef: (+351)213 244 644
E-mail: info@pca-advogados.pt
Porto: Edifício Hoehchst
Av. Sidónio Pais, 379 Sala 1.14 – Piso 1
4100-468 Boavista Porto
E-mail: porto@pca-advogados.pt
Site: www.pca-advogados.pt

Pereira de Almeida & Associados
Av. António Augusto de Aguiar, n.º21 –
5.ºD.º 1050 - 012 Lisboa
Telef: (+351) 218 452 460
E-mail: geral@aapa-law.com
Site: www.aapa-law.com

Pereira Fernandes & Associados Sociedade de Advogados
Avenida António De Serpa, 34, 8.º C/D
1050-027 Lisboa
Telef: (+351) 217 996 180
E-mail: info@pfadvogados.com
Site: www.pfadvogados.com

Pereira Pinto & Associados
Avenida das Descobertas, Nr. 15, 1.º D,
Infantado 2670-383 Loures
Telef: (+351) 219 822 073
E-mail: geral@pereirapinto.pt
Site: www.pereirapinto.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1.º, 1.09 4100-353
Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | Site: www.ptcs.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1.º, 1.09
4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt | Site: www.ptcs.pt

Pinto Ribeiro Advogados
Rua Duque de Palmela, 27-1.ºEsq
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.pt
Site: www.pintoribeiro.pt

PJM Advogados
Alameda da Guia Edifício Oceano,
n.º 124-A 2750-368
Cascais – Lisboa – Portugal
GPS: 38°41'54.7"N 9°26'21.2"W
E-mail: geral@pjmadvogados.com
Telefone: (+351) 915 276 878
Site: www.pjmadvogados.com

PLA – Francisco Preto, Lia Araújo & Associados
Edifício Sotto Maor, 1.º E 2.º,
Largo Do Arrabalde 5400-093 Chaves
Telef: (+351) 276 340 680
E-mail: geral@pla-advogados.com
Site: www.pla-advogados.com

PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Pita Negrão Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Castilho, Nr. 59, 4.º Dto
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 580
E-mail: plen@plen.pt
Site: www.plen.pt

PLMJ – Sociedade de Advogados, RL
Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 43
1050-119 Lisboa
Telef: (+351) 21 319 73 00
Site: www.plmj.com
Porto: Porto Office Park Av. de Sidónio
Pais, 153 4100-467 Porto, Portugal
Faro: R. Reitor Teixeira Guedes, 11A
8000-422 Faro, Portugal

PMBGR – Trocado Perr Durães Rocha & Associados Soc. de Advogados R.L.
Av. Conselheiro Fernando De Sousa,
N.º 19 – 18.º 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 300
E-mail: pmbgr@pmbgr.pt
Site: www.pmbgr.pt

PMC | José Pujol, Luís Marçal, Jorge Calisto & Associados
Av. António Augusto Aguiar, Nr. 11 - 1.º E
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 178 690
E-mail: geral@pmc-advogados.pt
Site: www.pmc-advogados.pt

PMCG – Sociedade De Advogados, Sp, R.L.
Avenida da Liberdade n.º 258, 9
1250 -149 Lisboa
Telef: (+351) 210 937 042
Fax: (+351) 211 956 491
E-mail: geral@pmcg.pt
Site: www.pmcg.pt

PMCM - Advogados
Rua Castilho, 44, 3.º Andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 220
Fax: (+351) 213 845 221
E-mail: geral.lisboa@aport.pt
Site: www.pmcmm.pt

PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados
Rua Rodrigo da Fonseca, Nr. 82, 1.º Dt.º,
2.º Esq.º, 2.º Dt.º e 4.º Dt.º 1250-193 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 940
E-mail: lisboa@pra.pt | Site: www.pra.pt

Quintas Jardim Fernandes & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Ferreiros 260 9000-082 Funchal
Telef: (+351) 291 224 707
E-mail: qjfgeral@qjfflegal.com
Site: www.qjfflegal.com

Ramirez & Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro N.º 12 - 3.º D.º
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 542 275
E-mail: geral@ramirez-advogados.pt
Site: www.ramirez-advogados.pt
Raposo Bernardo & Associados
Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 18.º –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 330
E-mail: lisboa@raposobernardo.com
Site: www.raposobernardo.com

RCA – Colmonero & Associados Soc. Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro, Nr.10 4.º Esq.
1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 380
E-mail: rca@colmonero.com
Site: www.colmonero.com

Regal, Varela, Ramos & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Av. Fontes Pereira De Melo, 35, 1.ºB
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 510
E-mail: geral@rvr.pt
Site: www.rvr.pt

RFF & Associados
Praça Marquês de Pombal n.º16 5.º6.º
1250-163 Lisboa
Telef: (+351) 215 915 220
E-mail: contacto@rffadvogados.pt
Site: www.rffadvogados.com

Rodl & Partner
Rua João Chagas, 10 B Dt.º
1500-493Lisboa
Telef: (+351) 212 472 688
Site: www.roedl.com

Rodrigues Alves & Associados – Sociedade de Advogados
Avenida António Augusto Aguiar, 11-R/C-E
1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 210
E-mail: geral@rodriguesalvesadvogados.pt
Site: rodriguesalvesadvogados.pai.pt

Rogério Alves & Associados
Av. Álvares Cabral, 61 - 4.º E 5.º
1250-017 Lisboa
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: geral@raassociados.pt
Site: www.raassociados.pt

Roldão Mendonça, Teresa Jorge & Associados – Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Almada Guerra, N.º 28 E 30
Portela De Sintra 2710-417 Sintra
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: advogados@rmtja.com
Site: www.advogados-rmtja.com

Roseira & Pereira Sociedade de advogados r.L
Rua Álvares Cabral 235 4050-041 Porto
Telef: (+351) 223 390 106
E-mail: roseira.pereira@mail.telepac.pt

RPP Advogados
Rua Visconde de Seabra, 3 – 1.ºD.º
1700-421 Lisboa
Telef: (+351) 217 653 860
Fax: (+351) 217 653 869
E-mail: rrp.lisboa@rrp.pt
Site: www.rrp.pt

RSA – Raposo Subtil e Associados
Rua Bernardo Lima, N.º 3 1150-074 Lisboa
Telef: (+351) 213 566 400
E-mail: geral@rsa-lp.com
Site: www.rsa-advogados.pt

RSN – Remelgado Silva Nogueira & Associados
Av. Dr. Antunes Guimarães, 423
4100-080 Porto
Telef: 222 089 491
E-mail: adm@rsnadvogados.com
Site: www.rsnadvogados.com

Rui Pinto Duarte & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Castilho, 14-C, 5.º
1250-069 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 460
E-mail: geral@rpdadvogados.pt
Site: www.rpdadvogados.pt

Sampaio, Peres & Associados
Avenida Elias Garcia 20,7º
1000-149 Lisboa
Telef: (+351) 217 970 014
E-mail: osa-5843l@adv.ao.pt

Saraiva Lima & Associados
Avenida António Augusto de Aguiar,
n.º 15 – 1.º Direito 1050-012 Lisboa
Telef: 213 110 790
Site: www.saraivalma.com

Saragoça da Matta & Silveiro de Barros – Soc. Advogados
Rua Carlos Testa N.º 1 - 5 B
1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 680
E-mail: info@smsb.pt
Site: www.smsb.pt

Seabra, Cunha, Marta & Associados
R. Marquês De Fronteira, 117- 3.º Esq.
1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 840
E-mail: advogados@sgfc-law.pt
Site: www.sgfc-law.pt

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Garrett, 64- 1200-204 Lisboa
Telef: 210933000
E-mail: servulo@servulo.com
Site: www.servulo.com

Silva e Sousa & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Praia Da Vitória 48 - 3.º Esq
1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 740
E-mail: secretariado@iberjuris.com
Site: www.iberjuris.com

Simões Correia Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Rodrigo Da Fonseca, 178, 1º Dto.
1070-243 Lisboa
Telef: (+351) 213 713 220
E-mail: geral@simoescoreeiaassociados.pt
Site: www.simoescorreiaassociados.pt

SLCM/Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua General Firmino Miguel, N.º3, Torre 2
10º B | 1600-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 234 000
E-mail: slcm@slcm.pt | **Site:** www.slcm.pt

Sottomaor & Associados
Rua Do Nogueiral, 9 2350-724 Torres Novas
Telef: (+351) 249 812 667
E-mail: geral@sottomaorassociados.com / sottomaorassociados@gmail.com
Site: www.sottomaorassociados.com

Sousa Guedes, Oliveira Couto & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Ricardo Severo, 132 4050-515 Porto
Telef: (+351) 225 430 230
E-mail: sgoc@sgoc.pt | **Site:** www.sgoc.pt

Sousa Machado, Ferreira da Costa & Associados – Soc. de Advogados R.L.
Rua Castilho Nr. 5 - 4º 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 210 924 800
E-mail: mail@smfcnet.com
Site: www.smfc.pt

SPS Advogados – Sociedade de Advogados
Rua General Firmino Miguel, n.º 5 – 11º
1600-100 Lisboa
Telef: (351) 217 803 640
E-mail: info@spsadvogados.com
Site: www.spsadvogados.com

SRS Advogados
R. Dom Francisco Manuel de Melo 21
1070-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 132 000
E-mail: geral.portugal@srslegal.pt
Site: www.srslegal.pt

Sternberg Galamba & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Nv Trindade 1,5ª-Porta S
1200-301 Lisboa
Telef: (+351) 213 219 900
E-mail: sga.advogados@stga.pt

Tavares de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua Tierno Galvan (Amoreiras)
Torre 3, 17º Piso 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 825 820
E-mail: tca@tc-advogados.pt

Teresa Patrício & Associados – Sociedade de Advogados R.L
Avenida Almirante Gago Coutinho, 96
1700-031 Lisboa
Telef: (+351) 217 981 030
E-mail: info@tpalaw.pt
Site: www.tpalaw.com

Telles de Abreu Advogados
Av. Marechal Gomes da Costa, 1131
4150-360 Porto - Portugal
Telef: (+351) 220 308 800
E-mail: geral@telles.pt
Site: www.telles.pt

TFRA – Sociedade de Advogados
Av. da República, 32 - 4.º Esq.
1050-193 Lisboa
Telef: 217 815 660
E-mail: lawfirm@tfra.pt | **Site:** www.tfra.pt

TLCB Advogados – Amorim Teixeira, Couto, Borgas & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, 235, 4º Andar, Sala 404
4050-626 Porto
Telef: (+351) 222 085 316
E-mail: geral@tlcb.pt | **Site:** www.tlcb.pt

TMA – Tenreiro Martins, Tomás & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Av. Da Liberdade Nr. 9, 5º 1250-139 Lisboa
Telef: (+351) 217 615 510
E-mail: tma@tma-advogados.pt
Site: www.tma-advogados.pt

Uría Menéndez, Proença de Carvalho
Edifício Rodrigo Uría – Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162 Lisboa
Telef: (+351) 210 308 600
E-mail: lisboa@uria.com
Site: www.uria.com

Vasconcelos, Arruda & Associados – Sociedade de Advogados. R.L.
Rua Joshua Benoliel, 6 – 7º A
1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 218 299 340
E-mail: geral@vaassociados.com
Site: www.vaassociados.com

Vaz Serra & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Av. Sidónio Pais 16 - 5º Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 840 086
E-mail: lawyers@vsa-law.net
Site: www.vsa-law.net

Vieira de Almeida & Associados
Rua Dom Luís I, 28 1200-151 Lisboa
Telef: (+351) 213 113 400
E-mail: lisboa@vda.pt | **Site:** www.vda.pt

Vespasiano Macedo & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Rua Do Raio, 301 4710-923 Braga
Telef: (+351) 253 203 550
E-mail: vm-advogados@vm-advogados.pt
Site: www.vm-advogados.pt

Victor Marques e Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua Actor Taborda, Nº 27 – 4º Dto
1000-007 Lisboa
Telef: (+351) 213 521 545
E-mail: geral@vm-advogados.com
Site: www.vm-advogados.com

Vieira Advogados
Rua de Janes, 20, 1º andar, sala 101
4700-318 Braga
Telef: (+351) 253 995 296
E-mail: braga@vieiralawfirm.eu
Site: www.vieiralawfirm.eu

Vieira Conde & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Edifício Arnado, Business Center - Piso 1,
Sala 7, Rua João De Ruão, Nr. 12
3000-229 Coimbra
Telef: (+351) 239 854 610
E-mail: geral@vc-advogados.pt
Site: www.vc-advogados.pt

Vieira Fonseca & Associados
Praça Do Príncipe Real, 28, 3º Andar
1250-184 Lisboa
Telef: (+351) 218 429 920
E-mail: master@vfadvogados.pt
Site: www.vieirafonseca.pt

Vieira, Costa Gomes Sociedade de Advogados, R.L
Avenida Miguel Bombarda, Nº 36 – 5º B
Edifício Presidente 1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 217 810 910
E-mail: geral@vieiracostagomes.pt
Site: www.vieiracostagomes.pt

Villalobos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 412
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 813 170
E-mail: v.a@villalobosadv.com

VPA – Venture Partners Advogados
Rua Projectada à Matinha, Prédio A, 1ºB
1950-327 Lisboa
Telef: (+351) 211 387 417
E-mail: mail@vpa.pt | **Site:** www.vpa.pt

VPSM & Associados
Av. Da República, N.º6 - 4º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 588 710
E-mail: geral@vpsm.eu | **Site:** www.vpsm.eu

HALX Advogados
Rua João Penha 10 r/c 1250-131 Lisboa
Telef: + 351 213 869 333
E-mail: halx@halx-advogados.com
Site: halx@halx-advogados.com

oIanda Busse, Oehen Mendes & Associados . Soc. Adv. R.L.
Av. Dr. Antunes Guimarães, 700
4100-075 Porto
Telef: (+351) 226 100 001
E-mail: bom@netcabo.pt
Site: www.bom.eu

Esta é uma listagem representativa das sociedades e dos escritórios de advogados disponíveis no mercado português, elaborada com base na recolha de informação feita pelo Jornal Económico.



| | | | |
|---|--|---|---|
| PÓS-GRADUAÇÕES  | CONTENCIOSO CONTRATUAL, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM | CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO | CORPORATE FINANCE, RESTRUCTURING & LITIGATION |
| DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS | DIREITO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL | DIREITO DA ENERGIA | DIREITO ADUANEIRO EUROPEU  |
|  DIREITO DO DESPORTO | DIREITO DOS NEGÓ- CIOS EM ECONOMIAS EMERGENTES | DIREITO E PRÁTICA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA | DIREITO IMOBILIÁRIO |
| | PRIVATE CLIENTS - TRIBUTAÇÃO E REGULAÇÃO | FISCALIDADE | DIREITO MARÍTIMO  |
| CURSOS BREVES E INTENSIVOS  | Crime e Impostos | Direito e Prática da Inteligência Artificial | Regulação das Transações Internacionais |
|   +INFORMAÇÕES | | ESG Strategy and Reporting | Corporate Governance e ESG  |